UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CLARICE ASSALIM

**A CONSERVAÇÃO DE MARCAS GRAMATICAIS ARCAICAS EM
MANUSCRITOS E IMPRESSOS DO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII:
ORTOGRAFIA E NEXOS DE COORDENAÇÃO NOS TEXTOS
SEISCENTISTAS BRASILEIROS**

Vol. 1

São Paulo

2007

CLARICE ASSALIM

**A CONSERVAÇÃO DE MARCAS GRAMATICAIS ARCAICAS EM
MANUSCRITOS E IMPRESSOS DO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII:
ORTOGRAFIA E NEXOS DE COORDENAÇÃO NOS TEXTOS
SEISCENTISTAS BRASILEIROS**

Vol. 1

**Tese apresentada ao Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculas para
obtenção do título de Doutor em Filologia e
Língua Portuguesa.**

**Área de Concentração: Filologia e Língua
Portuguesa.**

Orientador: Prof. Dr. Heitor Megale

São Paulo

2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

Clarice Assalim

A conservação de marcas gramaticais arcaicas em manuscritos e impressos do Português do século XVII: ortografia e nexos de coordenação nos textos seiscentistas brasileiros.

**Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Doutor.
Área de Concentração: Letras Clássicas e
Vernáculas**

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada à memória da Prof.^a Me. Cecília de Arruda Campos Pacheco e da Prof.^a Oraíde Fávero Florence de Barros, por me ensinarem que na Filologia, como na vida, o fruto só vem depois do amor.

E à memória de meus pais, de cujo amor sou fruto.

AGRADECIMENTOS

É comum que o primeiro a quem se agradeça seja o orientador, e eu não vou fugir a essa regra. No entanto, não posso dizer a ele simplesmente “muito obrigada”. Tenho de dizer por que serei a ele eternamente grata.

Sempre soube que estudaria Filologia. Digo sempre, porque já o sabia mesmo antes de ouvir falar nesta ciência. Meu fascínio pelas “coisas de antigamente” existe desde que descobri para que servem as letras; cresceu comigo e tomou forma no mesmo momento em que eu também me transformei - de adolescente irresponsável em mulher determinada.

Tinha 15 anos quando, estudando Trovadorismo no primeiro colegial, decidi que queria conhecer as mesmas coisas constantes no livro didático que minha professora de Português adotara. Era um desses livros de Língua, Literatura e Redação, mas não era um livro como os outros, porque eu me apaixonei por ele a ponto de definir, a partir dele, que faculdade iria fazer.

Entrei para o curso de Letras três anos depois. Com a inexperiência própria de uma jovem que acabara de entrar para a faculdade, fiz o meu primeiro trabalho (de Língua Portuguesa, com o saudoso Prof. Dr. Duílio Colombini) usando aquele livro do meu primeiro colegial e copieei, inescrupulosamente, um longo trecho da obra, além de uma citação, que nele havia, de um outro autor. Se, de um lado, me senti extremamente envergonhada pela advertência que levei por ter plagiado um livro, de outro descobri, para minha grata surpresa, que um dos autores daquele livro era professor da USP. Filólogo (e a co-autora, Marilena Matsouka, sua esposa).

No ano seguinte, tive a disciplina Filologia Românica e, quando descobri o que fazia um filólogo, entendi por que me apaixonara por aquele livro no segundo grau. Tive, desde aquele momento, a certeza de era Filologia o que eu faria na pós-graduação.

Uma especialização em Gramática da Língua Portuguesa possibilitou-me dar aula na faculdade em que havia me graduado e lá me tornei professora de Filologia Românica, disciplina que leciono até hoje. Vários acontecimentos me impediram de ir para o mestrado logo após o término do *latu senso*, embora o desejo de estudar Filologia fosse cada vez mais forte.

Anos depois, com a transformação da faculdade em Centro Universitário, todos os professores especialistas viram-se forçados a fazer pós-graduação *stricto senso* e então percebi que chegara o momento de buscar a Filologia na USP.

Para conseguir inscrever-me como aluna especial no curso “Tópicos de Filologia Portuguesa”, passei três dias na fila, já que, naquela época, o critério de seleção de alunos especiais era a ordem de chegada. Claro que meu esforço não era só por causa da disciplina: o professor que iria ministrar o curso era o autor daquele meu já bem distante livro de primeiro colegial.

Cursei a disciplina com o prazer que só os que amam sentem e com o êxtase de finalmente conhecer aquele a partir de cuja obra eu decidi minha vida profissional.

Hoje sei que o amor reverente que sinto pela Filologia e por esse filólogo se confundem.

Guardo aquele livro de colégio com o zelo com que se devem guardar os tesouros, e ao seu autor - meu querido orientador, Prof. Dr. Heitor Megale - expresso aqui meu profundo agradecimento e o eterno reconhecimento da honra que tive em ser sua orientanda.

Agradeço também aos professores doutores Lígia Corrêa, Mirta Groppi, Oswaldo Humberto L. Ceschin e Waldemar Ferreira Neto, pelos cursos ministrados, por meio dos quais obtive créditos em disciplinas;

ao professor doutor Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, pela leitura minuciosa de meu relatório de qualificação e pelas preciosas sugestões;

ao professor mestre, colega de trabalho e estimado amigo Juarez Donizete Ambires, pelo incentivo e envio de vários textos de Portugal;

ao professor mestre e prezadíssimo amigo Clóvis Pacheco, pelos ensinamentos de História;

a Priscila T. de Andrade Damasseno, Renata Assalim, Renê Vilaça Neto e, sobretudo, a Robson M. Fernandes, pela presteza em realizar as mais variadas tarefas, como xerox de material, foto digital de manuscrito, numeração dos impressos, ordenação dos anexos, escaneamento de textos, encadernação dos volumes etc;

aos meus filhos, Eduardo e André, pela compreensão de que minha ausência era plenamente justificável;

aos meus amigos e colegas do Colegiado de Letras, da Fundação Santo André, em especial à amiga Prof. Me. Irene Scótolo de Oliveira, por não me deixar esmorecer;

à Cleusa Alves dos Santos, pelo sempre bem-vindo café;

e aos professores doutores, amigos e companheiros de história Gilvan Müller de Oliveira e Permínio Ferreira, por serem quem são e como são.

RESUMO

ASSALIM, Clarice. **A conservação de marcas gramaticais arcaicas em manuscritos e impressos do Português do século XVII: ortografia e nexos de coordenação nos textos seiscentistas brasileiros.** 2007. 194 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Esta tese tem por objetivos apresentar a edição criteriosa de manuscritos brasileiros seiscentistas; mostrar tendências gramaticais do português do século XVII, com base nesses manuscritos e em impressos coetâneos; analisar a retenção gráfica desses textos, muito mais próxima da escrita fonética do que da etimológica e, ainda, analisar o uso freqüente das conjunções coordenativas. A preocupação com o estado da língua portuguesa no século XVII justifica-se pela pouca quantidade de estudos voltados especificamente a esse período, através de fontes primárias, e por ser este um período em que a escrita, baseada de modo geral nos textos literários, é considerada pelos lingüistas de modo geral como *pseudo-etimológica*, contrariando fatos apresentados nas cartas e textos notariais seiscentistas. Os passos seguidos para a análise partiram da edição criteriosa de manuscritos seiscentistas brasileiros, da comparação com impressos e com gramáticas e tratados de ortografia de mesma época e do confronto com o que dizem os atuais especialistas em lingüística diacrônica. Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que a ortografia portuguesa do século XVII e o uso dos nexos de coordenação apresentam fortes características do português medieval, contrariando o que se pregava na época, em função da revolução filosófica desencadeada pelo Renascimento. Tal conclusão, a nosso ver, deve-se, especialmente, ao fato de a educação em Portugal, e conseqüentemente no Brasil, estar nas mãos da Companhia de Jesus, defensora da filosofia escolástica e opositora, portanto, ao pensamento racional e cartesiano dos países reformados, o que manteve Portugal afastado das grandes correntes filosóficas do século em questão.

Palavras-chave: manuscritos, impressos, arcaísmos, ortografia, coordenação

ABSTRACT

ASSALIM, Clarice. Conservation of arcaic gramatical marks in XVIIth century in Portuguese manuscripts and printed versions: orthography and coordination nexus in Brazilian seiscentists texts. 2007. 194 f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

The purpose of this thesis is to present a discerning edition of seventeenth Brazilian manuscripts; to demonstrate grammatical trends of Portuguese from the Seventeenth Century, based on these manuscripts and on coetaneous printed versions; to analyze the graphical retention of these texts, much more near to the phonetic writing than to the etymological one, and, also, to analyze the frequent use of the coordinative conjunctions in those texts. The concern with the Portuguese language condition in the Seventeenth Century is justified by the little quantity of studies specifically focused on that period, through primary sources, and because that is a period in which the writing, usually based upon literary texts, is considered by almost all linguists as pseudo-etymological, contesting facts presented in letters and in seventeenth century notarial texts. The steps followed for the analysis arose from the discerning edition of seventeenth Brazilian manuscripts, the comparison with printed versions and with grammar books and treaties on orthography from the same period and from the parallel with what the specialists on diachronic linguistic say. The obtained results allow us to affirm that the Portuguese orthography from the Seventeenth Century and the use of the coordination nexus present strong characteristics of medieval Portuguese, opposing to what was preached in that period, on account of the philosophical revolution broken out by the Renaissance. Such conclusion, in our point of view, is specially due to the fact that the Education in Portugal, and consequently in Brazil, in the hands of “Companhia de Jesus”, defensor of the scholastic philosophy and, therefore, opponent of the Rational and Cartesian thought of the reformed countries, what kept Portugal away from the great philosophical chains of the century under discussion.

Key-words: manuscripts, printed versions, archaisms, orthography, coordination.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	11
2 – REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1. A ortografia portuguesa	15
2.1.1. A periodização	15
2.1.2. O período pseudo-etimológico e o português do século XVII	16
2.2. Os caracteres gráficos do século XVII	21
2.3. A produção gramatical seiscentista	22
2.4. O contexto histórico brasileiro	27
2.4.1. O processo de expansão e o bandeirismo	28
2.4.2. A educação no Brasil colônia e na Metrópole no século XVII	30
2.4.3. A língua que se fala no Brasil dos seiscentos	34
3 – MATERIAIS E MÉTODOS	36
3.1. Os <i>Corpora</i> utilizados	36
3.1.1. Os impressos	36
3.1.2. Os manuscritos	37
3.1.3. As gramáticas e tratados de ortografia	39
3.2. Metodologia	39
4 - EDIÇÃO DOS MANUSCRITOS	41
4.1. Ementas dos documentos	43
4.2. Edição	50

5 – LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	91
5.1. A ortografia dos textos seiscentistas brasileiros	91
5.1.1. Estudo de segmentos e seqüências vocálicas	94
5.1.1.1. Variação entre <i>a</i> e <i>e</i>	94
5.1.1.2. Variação entre <i>e</i> e <i>i</i>	99
5.1.1.3. Variação entre <i>o</i> e <i>u</i>	105
5.1.1.4. Variação entre <i>o</i> e <i>e</i>	111
5.1.1.5. Variação entre <i>i, j</i> e <i>y e u e v</i>	113
5.1.1.6. Vogais contínuas	121
5.1.1.7. Seqüências nasalizadas	125
5.1.2. Estudo de segmentos e seqüências consonânticas	137
5.1.2.1. Variações entre <i>s/c/ç/ss</i>	137
5.1.2.2. Variações entre <i>gu/g/c/qu/q</i>	139
5.1.2.3. Variações entre <i>b</i> e <i>v</i>	142
5.1.2.4. Consoantes duplas	145
5.1.2.5. O emprego do grafema <h>	148
5.1.2.6. Demais variações	157
5.1.3. Uso de grafemas maiúsculos	162
5.1.3.1. A distinção entre grafemas maiúsculos e minúsculos	162
5.1.3.2. A capitalização da inicial	164
5.1.3.3. As normas nos tratados ortográficos seiscentistas	164
5.1.3.4. A capitalização da inicial nos documentos	165
5.2. Polissíndeto - a coordenação	175
6 – CONCLUSÕES	185
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

1 – Introdução

Este trabalho insere-se num projeto amplo, intitulado Filologia Bandeirante, cujo principal objetivo é o de “verificar a retenção de vestígios de camadas lingüísticas do Português na trilha das bandeiras e propiciar aos estudiosos da língua *corpus* cientificamente preparado para seu estudo” (Megale, 1998: 13). Desse modo, buscando traços da língua mais antiga que tenham se mantido ou sofrido variação, a Filologia Bandeirante ocupa-se, no tocante aos manuscritos, prioritariamente de documentos escritos em fins do século XVII e todo o século XVIII. Almeida (2000: 15), autor da primeira tese nascida do Projeto, assim o descreve:

“apresenta a constituição de um projeto temático de equipe para a coleta de material lingüístico, acompanhado de estudos para identificação, análise e tabulação de traços dos aspectos fonológico, morfológico, sintático e semântico pertencentes a uma ou mais fases da língua portuguesa, provavelmente preservados em localidades situadas nas trilhas das bandeiras paulistas em fins do século XVII, com repercussão ao longo do século XVIII.”

Dentro de tal projeto, nossa atenção está voltada para o estado da língua portuguesa especialmente durante a segunda metade do século XVII, momento do início das bandeiras paulistas.

De maneira geral, os séculos XVI e XVII são considerados, conjuntamente, como o *período clássico* da língua portuguesa. No tocante à ortografia, o período que vai do século XVI até o início do século XX é classificado de *período pseudo-etimológico*, conforme denominação de Nunes (1969: 190), caracterizando-se por uma retomada do modelo latino, cuja ortografia deveria ser modelo para a nossa.

De todos os estudos relativos a esse período, poucos fazem menção especificamente ao século XVII. A coleção *História da Língua Portuguesa*, ed. Ática, tem um volume dedicado aos séculos XVI e XVII, de autoria de Segismundo Spina, centrando sua atenção nos escritores quinhentistas, de modo geral, e nos poetas seiscentistas. Bastos (1987), em tese de doutorado, apresenta sua *Contribuição à Gramática da Língua Portuguesa – o século XVII*, em que analisa o discurso de três dos

maiores gramáticos seiscentistas, Amaro de Roboredo, Álvaro Ferreira de Vera e Franco Barreto, objetivando verificar até que ponto eles são capazes de representar os objetos de valor de sua época; Rita Marquilhas (2000), também como tese de doutorado, faz um longo e precioso estudo sobre a leitura e a escrita em Portugal no século XVII. Mais recentemente, em 2003, Maria José Elia, viúva de Sílvia Elia, preparou para publicação os originais datilografados dos *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*, que traz um capítulo dedicado ao século XVII, com um breve estudo sobre a língua desta época. No entanto, desconhecemos, até o presente momento, uma obra que trate do estado da língua portuguesa, especificamente no século XVII, através de fontes diretas, impressas ou – sobretudo – manuscritas.

Naturalmente o século XVI tem fundamental importância nos estudos diacrônicos, sobretudo por ser esse o século do surgimento das gramáticas portuguesas. Do mesmo modo, os estudiosos de nossa língua têm sua atenção voltada para o século XVIII, por ele representar o marco do português do Brasil. Contudo, o século XVII também produziu uma quantidade significativa de obras que ainda estão por ser estudadas. Edições semidiplomáticas (ou diplomático-interpretativas) de documentos brasileiros têm sido feitas, em várias universidades do país, a fim de que se constituam *corpora* diacrônicos para uma história do português brasileiro. No entanto, poucos têm se debruçado sobre o português do século XVII, embora muitos historiadores de nossa língua tenham alertado para a necessidade de se fazerem pesquisas sobre o português seiscentista (Castilho, 1998: 66).

Como bem lembra Ambires (2000), ao longo do percurso histórico-cultural das civilizações, se há momentos em que sua essência e inter-relações são bem documentadas e interpretadas por seus estudiosos na posteridade, há outros, como nos parece ser o caso do português seiscentista, que não têm a mesma sina, abrindo-nos a possibilidade de uma retomada dessa época e de uma caracterização mais precisa.

A esse propósito, Marquilhas (2000: 10) adverte-nos que

“No domínio da lingüística histórica o português clássico não tem atraído uma atenção equivalente àquela que repetidamente se dirige ao português medieval. O facto de ser um estado de língua que ficou codificado em gramáticas e dicionários acabou por reverter em seu desfavor, havendo tendência para confundir descrição da língua clássica com

escrutínio de juízos metalingüísticos formulados por Oliveira, Barros, Cardoso, Nunes de Leão, Ferreira de Vera, Franco Barreto ou Bluteau. Negligenciam-se as fontes directas mas, como todo o filólogo sabe, elas contam uma história diversa daquela que vem oficializada no discurso severo dos teóricos.”

Em função do exposto, o principal objetivo deste trabalho é, além de fornecer documentos criteriosamente editados para posterior pesquisa na área de Lingüística Histórica, preparar uma análise lingüística do material coletado, a fim de se verificar até que ponto está correto dizer que a grafia do português seiscentista é moderna, apresentando, quando muito, somente vestígios do português arcaico¹. Entendendo-se aqui como arcaico “o período histórico da língua portuguesa que se situa entre os séculos XIII e XV.” (Mattos e Silva, 1996: 15). Quanto há de retenção lingüística nesses textos e por que há constituem o escopo desta pesquisa.

O século XVII supõe a continuação do Renascimento, mas com inovações substanciais. Embora seja um período de contribuições importantes para o pensamento lingüístico², é ainda um século unido ao medievo por muitos aspectos. Como veremos, a norma empregada pelos autores dos diversos textos analisados não corresponde exatamente àquilo que prescreviam as gramáticas do século XVII, contemporâneas desses textos, ou àquilo que dizem os lingüistas sobre o português daquela época. Além disso, é possível considerar-se a existência, no século XVII, de duas “normas” distintas: a dos textos impressos e a dos manuscritos.

Pelo que se apurou nos vários compêndios de gramática e observando-se os

---

¹ Vários estudiosos já se dedicaram ao conceito de arcaísmo. Câmara Jr. (77) define-o como “vocábulos, formas ou construções frasais que saíram do uso na língua corrente e nela refletem fases anteriores nas quais eram vigentes”. No dicionário de Dubois e outros (78), encontramos que arcaísmos também podem ser formas usadas pelos mais velhos em comparação com a norma comum dos falantes mais novos numa mesma comunidade lingüística. Coutinho (76) nos dá uma definição bastante ampla de arcaísmos, informando-nos que são simplesmente “palavras, formas ou expressões antigas que deixaram de ser usadas”. No entanto, o autor elenca as várias causas dos arcaísmos (desaparecimento do costume, objeto ou instituição designados pelo termo; sinonímia ou neologismo; eufemismo; degradação de sentido; sentido especial; homonímia) e aponta-nos o século XVI como o marco divisório entre o português arcaico e o moderno.

Desse modo, de acordo com os conceitos supra-referidos e considerando seja consenso que o século XVI seja a fronteira temporal entre os dois grandes períodos da língua portuguesa, denominaremos aqui de português arcaico o período histórico de nossa língua situado entre os séculos XIII (momento em que a língua portuguesa começa a ser escrita) e XVI.

² Sobretudo pela busca de uma “gramática universal”, como veremos adiante.

dados coletados dos *corpora*, cabem aqui os seguintes questionamentos: seria o português seiscentista de fato uma renovação da linguagem do século anterior ou consistiria em um retrocesso em relação a ele? Além disso, a ortografia desse período, chamada pseudo-etimológica, de fato, já está significativamente distante da escrita fonética? Até que ponto o português do século XVII não consiste em uma tentativa de retenção de uma forma lingüística que, de certa forma, se indispõe contra uma norma nitidamente burguesa e pagã? Desde há muito que os estudiosos sobre a mudança do português observam essa retenção; no entanto, embora muitos já tenham especulado a esse respeito, ainda existem poucas comprovações.

Diante das hipóteses estabelecidas, constituem objetivos essenciais deste trabalho, a partir da edição semidiplomática de manuscritos brasileiros inéditos do século XVII:

- (1) mostrar tendências ortográficas e gramaticais do século XVII;
- (2) comparar os fatos gramaticais detectados nesses manuscritos com os de material impresso na mesma época, elaborando um estudo do estado da língua portuguesa presente nos dois tipos de textos;
- (3) confrontar tais fatos com o testemunho de gramáticos e lexicógrafos coetâneos.

2 – Revisão da Literatura

2.1. A ortografia portuguesa

2.1.1. A periodização

A falta de uma uniformização da ortografia portuguesa sempre foi assunto de discussão entre os estudiosos da língua. Lopes (1920), Britto (1921), Michaelis de Vasconcelos (1946), para falar somente de alguns poucos estudiosos do último século, já se dedicaram ao assunto. Apesar disso, é consenso dividir-se a história da escrita portuguesa em três grandes períodos: 1) o fonético, do século XIII até o século XVI; 2) o pseudo-etimológico, do século XVI até 1904; e 3) o simplificado, a partir de 1904 (Coutinho, 1976).

Não é nosso propósito discutir cada um desses períodos. No entanto, a fim de que possamos contextualizar o momento em que se inserem os documentos que compõem os *corpora* deste trabalho, faremos uma breve exposição das principais características do primeiro e do terceiro períodos, dando, a seguir, uma maior atenção ao segundo.

O período fonético caracteriza-se, em linhas gerais, por uma flutuação na grafia das palavras. Embora chamado de *fonético*, adverte-nos Ferreira Neto (2001: 26) não se tratar de um período de simples transcrição da fala, mas de “um momento em que várias alternativas de construção de escrita são testadas”. É durante este período que nossa ortografia começa a configurar-se de acordo com suas particularidades e que começa a haver “o progressivo estabelecimento da escrita portuguesa, a partir dos modelos de escrita que eram conhecidos” (*idem*: 27). Importante ressaltar que não se trata de um momento de escrita caótica, já que havia uma regularidade na aparente oscilação gráfica. Nunes (1969: 193) adverte, no entanto, que a representação gráfica da fala “nem sempre acompanhou *pari passu* as alterações que se foram dando e por vezes conservou-se antiquada em relação ao desenvolvimento da língua.”

O período pseudo-etimológico, de que trataremos mais detalhadamente na próxima seção, caracteriza-se, basicamente, pela tentativa - nem sempre acertada - de se escrever de acordo com a retomada da forma greco-romana da palavra. Inicia-se no século XVI (Nunes, 1969, propõe o século XVII) e estende-se até a publicação da

Ortografia Nacional, de Gonçalves Viana, em 1904.

O período simplificado, que se inicia em 1904, corresponde à escrita atual com as poucas alterações propostas pelo *Vocabulário ortográfico*, organizado por Rebelo Gonçalves, em 1940, e pelas “Instruções para a organização do vocabulário ortográfico da língua portuguesa”, publicado pela Academia Brasileira de Letras, em 1943.

2.1.2. O período pseudo-etimológico e o português do século XVII

Movimento intelectual caracterizado pela assim chamada “ressurreição dos estudos clássicos” (Viana, 1904: 8), o Renascimento, em função da admiração pela cultura greco-latina, levou os escritores do XVI “à tradução, à imitação e à assimilação dos Antigos” (Spina, 1987: 10).

Como consequência, a penetração na língua portuguesa de formas eruditas e semi-eruditas, calcadas no latim, se intensificou.

“O latinismo vai consistir muitas vezes em adotar uma ortografia etimológica para tornar a forma escrita das palavras mais próxima do latim; ex.: *doctor* por *doutor* [...] Em outros casos, o latinismo consistirá em dar preferência, entre as variantes de uma mesma palavra, à que parece mais semelhante à forma etimológica: assim *infamar* sobrepujará *enfamar*.” (Teyssier, 1997:84/5).

Não é difícil imaginar as extravagâncias a que esse influxo levou. Uma profusão de consoantes dobradas e de grupos consonantais, como <ph>, <th>, <rh> foram sendo introduzidos à língua portuguesa - muitos justificados pela etimologia, mas outros muitos resultantes da pretensão daqueles que se julgavam conhecedores de latim e de grego. Assim, “não só vocábulos novos entraram para o nosso léxico com aspecto gráfico alatinado, mas também os que já tinham formas vulgares sofrem o travestimento etimológico” (Coutinho, 1976: 76). O resultado são formas gráficas absolutamente injustificáveis, como *lythographia* (Nunes, 1969: 196).

Porque o abuso (*ab-uso*) ultrapassou o uso, esta é a razão pela qual este período da língua, que se estende do século XVI ao XX, seja chamado de *pseudo-etimológico*:

“PERÍODO PSEUDO-ETIMOLÓGICO - inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, em que aparece a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana. O que caracteriza esse período é o emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como o *y*, *k* e *w*, sempre que ocorriam nas palavras originárias.” (Coutinho, 1976: 107)

Apesar da crescente adesão à escrita etimológica pelos gramáticos e ortógrafos da época, desde cedo começaram as reações contra esse tipo de escrita.³ Dentre elas, sobressai-se a publicação da Gramática de Port-Royal, em 1660, ou *Grammaire générale et raisonnée*, de Arnauld e Lancelot⁴, que representa uma ruptura com o modelo latino, como veremos mais adiante.

É importante salientar aqui que seria muito simplista considerar a etimologização gráfica uma mera tentativa de normalização da língua escrita. Vale lembrar que o século que marca o Renascimento marca também o início da Era Moderna e a conseqüente transição entre o sistema feudal (sustentado pela nobreza católica) e o capitalista (fundamentado na razão e no modo de produção industrial).

“A Renascença foi, antes de mais nada, um movimento capitalista e urbano, ao contrário da Idade Média, que era corporativa e rural; ela foi burguesa e não feudal, liberal e não autoritária, aristocrática nos sentimentos e não apenas nas instituições, democrática porque reconhece pela primeira vez, desde a Antiguidade, a existência do povo, individualística e não anonimizadora, fundada mais na consciência implícita dos direitos do que nos mandamentos explícitos dos deveres, guiada, em suma, por uma tábua de valores completamente diferente e muitas vezes oposta à da Idade Média.” (Martins, 2001: 193-194)

---

³ Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia da lingua portuguesa*, em 1576, já propunha uma ortografia simplificada.

⁴ Antoine Arnauld (1612-1694), teólogo e filósofo francês e Claude Lancelot (1615 – 1695), educador e gramático francês. Cf. SAINT-BEUVE. Port-Royal. Tomo 1, p. 420 e p. 560.

Nos últimos séculos da Idade Média, sobretudo nas cidades da Itália, ocorrera um notável crescimento da burguesia urbana. Os nobres e burgueses enriquecidos ofereciam à cultura um apoio antes exclusivo da Igreja e dos grandes soberanos. A necessidade de conhecimentos que habilitassem os burgueses a gerir e multiplicar suas fortunas também os impelia na direção da cultura. Juntaram-se, portanto, duas linhas com um mesmo fim: maior valorização da cultura e necessidade de uma educação mais prática do que a teologia medieval podia oferecer.

Sabe-se que a produção cultural renascentista é patrocinada em princípio pelo mecenato propiciado pela nobreza, devendo, portanto, refletir

“a visão de mundo dessa mesma nobreza que, se por um lado começa já a sentir - nos países em princípio de industrialização - a concorrência da burguesia como nova classe social; por outro lado, também se revoltava com a ingerência da Igreja na vida social.” (Pita, 2001: 3).

Dessa forma, sendo pagã, a cultura clássica agradava a nobreza, ansiosa por ganhar autonomia em relação ao Catolicismo, do mesmo modo que agradava a burguesia ascendente, uma vez que tal cultura, não sendo acessível a todos, demarcava as fronteiras sociais. Pode-se daí associar o “revestimento” greco-latino sofrido pelas línguas europeias à política social que marca o início da Era Moderna.

Percebe-se, dessa forma, que o empuxo etimológico a que a ortografia vigente foi impelida demarcava a esfera das classes dominantes. Consciente dessa diferenciação, o homem culto sente desprezo pelas camadas mais humildes e desse modo a cultura assume um papel delimitador da fronteira social, pois culta só poderia ser a elite dominante, que tem condições de passar pela longa escolarização que a nova mentalidade exige. Não é sem razão que Shakespeare, em fins do século XVI, na peça *Henrique VI*⁵, deixa transparecer a tensão cultural entre o crescimento regular da alfabetização (definindo os papéis de comando e de justiça) e uma nostalgia das sociedades sem escrita, em que a palavra oral era conhecida por todos, estabelecendo, desse modo, uma relativa igualdade.

No tocante à língua de Portugal, o abismo que a etimologização gráfica

provocou em relação à modalidade falada da língua fez nascer, de acordo com Saraiva (1981: 175), “uma espécie de bilingüismo, que reflectia e agravava a separação entre duas camadas sociais: a dos portugueses cultos e eruditos e a de toda a outra gente”. Ou seja, de um lado, uma minoria escolarizada que começa paulatinamente a praticar uma modalidade de língua bem de acordo com o pensamento renascentista (e posteriormente racionalista); de outro, a maioria analfabeta, que continua praticando uma modalidade de língua calcada nos padrões medievais.

A ditadura ortográfica imposta pela escrita etimológica e a conseqüente elitização da língua provocaram reações em nome de uma simplificação ortográfica que culminaram, em 1904, com a publicação da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, em cuja introdução se lê:

“Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenho dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da Antigüidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quase sem protesto.”

É importante notar que a caracterização da língua portuguesa do século XVII como sendo “uma tentativa de renovação da linguagem renascentista, para reconquistar o poder expressivo da palavra” (Spina, 1987: 44/5), é calcada basicamente no texto poético, obviamente produzido pela elite social, e mesmo assim não exclui a presença de “formas da tradição medieval, embora com sua feição arcaizante e popular.” (*idem*: 16).

Pode-se dizer que as etimologizações gráficas misturam-se nos textos às grafias fonéticas. De modo geral, percebe-se uma tentativa de escrita etimológica, embora freqüentemente os escribas mesclam a essa escrita formas da língua antiga.

---

⁵ Cena II – ato IV, em que se lê: “Costumas escrever teu nome ou tens uma marca para ti, como um homem honesto e franco?” [Dost thou use to write thy name, or hast thou a mark to thyself, like na honest plain – dealing man?] *apud* Chartier (1997: 124)

No tocante especificamente à língua portuguesa, é somente a partir da publicação da *Ortographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, de João de Moraes Madureira Feijó, em 1734, que a escrita etimológica se normaliza.

Embora os que se dedicam a estudos diacrônicos concordem com a denominação de *pseudo-etimológico* ao período no qual se insere o século XVII, se analisarmos atentamente o que dizem os tratados de ortografia seiscentistas, percebemos um intenso desejo de que se reproduza em letras aquilo que se realiza com palavras:

“o escrever, como se pronũcia, he com a penna imittar a lingua, estampar com letras aquillo, que declaramos com palavras: (não acrescentando, nem diminuindo, pois não he necessário, antes fica sendo mais perfeito o modo de aquelle, que cõ esta arte imittar a natureza) & quanta mais propriedade tiuer nos pontos &acentos, tãta mais ventajem terá” (Vera, 1631: 2v).

Pelo exposto, não se pode afirmar que o português do século XVII apresente somente vestígios de um período ortográfico calcado na fonética. Em outras palavras, não se pode dizer que o português seiscentista apresente somente formas residuais da escrita medieval.

Conforme nos relata Mattos e Silva (1996: 17), vários acontecimentos históricos marcaram o século XVI e serviram de balizas para delimitar o período arcaico da língua portuguesa: a expansão marítima lusitana, que propiciou um grande enriquecimento lexical na língua, em função do contato do povo português com outros povos; o aparecimento do livro impresso, substituindo, assim, os manuscritos; o surgimento dos primeiros tratados de ortografia, provocando o “delineamento de uma normatização (*sic*) gramatical” (p. 17). Soma-se a isso, em consonância com o pensamento renascentista, o desejo de aprimorar a língua portuguesa, aproximando-a da língua mãe - o latim.

Apesar de todos esses acontecimentos terem favorecido o processo de mudança na língua portuguesa, naturalmente esses acontecimentos são extralingüísticos, razão pela qual

“um limite final para a fase arcaica da língua, com base em fatos lingüísticos, está à espera de que se estabeleça uma cronologia relativa para o desaparecimento das características que configuram o português antigo em oposição ao moderno” (p. 16).

2.2. Os caracteres gráficos do século XVII

Os caracteres gráficos dos séculos XVI e XVII, usados tanto na metrópole quanto na colônia, são originados da escrita *Processada* ou *Processual*, que, de acordo com Acioli (1994:14) é “uma degeneração da Cortesã, que por sua vez constitui uma corrupção da Gótica Cursiva”. Ainda de acordo com a autora, são as seguintes as características desse tipo de escrita:

“separação irregular das palavras; ligações das letras; variedade de abreviaturas; confusão no traçado das letras; grande quantidade de traços supérfluos; diagonal (/) usada como ponto final, como vírgula ou como ponto-e-vírgula” (1994: 42).

Por ser cursiva, ou seja, traçada de forma corrente, com letra minúscula, a escrita processada oferece maior flexibilidade e uma conseqüente e extraordinária rapidez, razão pela qual se tornou a preferida dos escrivães.

Tanodi (1965: 38) adverte que a grande liberdade no traçado da letra processada pode levar alguns leitores a pensar que se trata de uma mistura de várias letras:

“A escrita processual é eminentemente cursiva, permitindo dessa forma aos escreventes grande liberdade no traçado. Como conseqüência, surgiu a degeneração da letra, sendo difícil encontrar, em toda a paleografia latina e suas aplicações nas línguas vernáculas, uma escrita com tantas formas divergentes como é a processual. À primeira vista, os variados manuscritos examinados por pessoas que não estão a par do traçado da descrita processual, podem levar à

conclusão de que se trata de vários tipos de escrita.”

Se a leitura de manuscritos seiscentistas é dificultosa por causa da escrita processada, pior é a leitura de documentos notariais da mesma época. Lavrados pelo notário ou tabelião, tais documentos são redigidos diante das partes interessadas, e com a presença de testemunhas, com a intenção primordial de servir de prova de determinada transação. Assim, por se tratar de texto geralmente feito sem possibilidade de revisão, é plausível que os documentos notariais não apresentem o mesmo “apuro” dos textos literários, ou mesmo das cartas pessoais. Desse modo, é natural que, nesses documentos, linhas inteiras sejam escritas num traçado contínuo (a chamada escrita *Processada Encadeada*) - sem que o notário levante a pena do papel - ou que a levante, para carregar a pena de tinta, ao longo da escrita de uma palavra, provocando lacunas que dificultam imensamente a leitura desses manuscritos e que, muitas vezes, são responsáveis por interpretações errôneas.

“hum p edaço de terra nabor dado Campo par | tindo Com terras degas par Jo ão B areto
| as quais terras esuatestadaheporonde”

2.2. A produção gramatical seiscentista

Rompendo com a mundividência que antecede a Idade Moderna, o Renascimento debruça-se sobre a tradição clássica, desprezando, desse modo, a aristotelismo medieval da Filosofia Escolástica.

Os estudos lingüísticos objetivam o descritivismo das línguas modernas, tendo como modelos as gramáticas gregas, sobretudo a de Dionísio de Trácia, que valorizava a língua literária. No entanto, ao longo de todo o século XVI, o latim cada vez mais cedia espaço às línguas vernáculas, das quais os gramáticos não tinham ainda uma

tradição literária como modelo de expressão. Em razão disso, a busca de uma gramática universal, que se adaptasse a todos os idiomas, tornou-se uma obsessão. (Azeredo: 1993)

A necessidade de aprimoramento e normalização das línguas nacionais, desencadeada a partir do Renascimento, provocou, no século XVII, uma intensa produção de gramáticas e tratados de ortografia em toda a Europa.

O pensamento lingüístico do século XVII, de acordo com Gil (1978: 11), apresenta duas vertentes bem diferenciadas. A primeira é a tradição gramatical, que associa dois aspectos: a tradição humanista, que fixa seus interesses nas gramáticas do mundo clássico, e a tradição medieval, preocupada em elaborar uma gramática especulativa. A segunda vertente da Lingüística do século XVII é a introdução da “nova ciência”⁶, mediante as idéias racionalistas de Descartes e empiristas de Locke. Essa “nova ciência” diferencia-se do pensamento grego e medieval pelo emprego sistemático de uma nova metodologia, baseada na observação, na razão e na experiência.

É exatamente esse movimento racionalista que faz surgirem as gramáticas filosóficas, partindo do princípio de que a língua é a expressão do pensamento e que o pensamento é regido pelas mesmas leis em todos os homens. Daí concluir-se que a língua deveria refletir essas mesmas leis, o que possibilitaria, então, criar-se uma gramática geral, comum a todas as línguas.

De todas as gramáticas surgidas nesse período, sobressai-se a Gramática de Port-Royal, de Arnauld e Lancelot.

Publicada em 1660, a Gramática de Port-Royal, ou *Grammaire générale et raisonnée*, propõe uma ruptura com o modelo latino, indo de acontro à gramática formal do Renascimento:

“À gramática não caberia ser somente o registro de regras, normas e preceitos com base no *uso* simplesmente: não mais o uso como o único mestre das línguas, como apregoava Vaugelas (*Remarques sur la Langue Française* – 1647), idéia que predominou até a primeira metade do séc. XVII, em que a gramática era concebida como o registro dos usos,

---

⁶ Assim chamada por Francis Bacon e seguida por Kepler e Galileu. “La nueva ciencia es un modelo de construcción racional que sugiere la iniciación de una nueva filosofía, basada en un sistema más amplio y

dos “bons usos”, a serem estabelecidos com base na “qualidade” ou qualificação dos usuários; não mais o uso por si mesmo, mas a procura de seu fundamento racional.” (Ranauro, 2003: 255)

A Gramática de Port-Royal serviu de base para outras gramáticas filosóficas publicadas na Europa.

No entanto, em Portugal, essa ruptura com o modelo latino vem a manifestar-se somente no final do séc. XVIII, quando Jerônimo Soares Barbosa publicou sua Gramática Filosófica⁷. A razão disso é o fato de Portugal encontrar-se sufocado pela dominação espanhola dos Felipes e pela excessiva repressão inquisitorial contra-reformista.

A filosofia escolástica predominava entre os portugueses, conforme se verá na seção 2.4.2, e seus maiores representantes, os jesuítas, mantiveram Portugal afastado das grandes correntes filosóficas da época.

Fundamental é lembrar que a comunidade de Port-Royal é um centro jansenista⁸ no século XVII, seguindo as doutrinas de Cornelius Jansen, que se expandiam numa época em que a Igreja Católica encontrava-se fragilizada por duas razões: pelo crescente poder do protestantismo e pela oposição jesuítica aos tradicionais dogmas católicos contidos na teologia de Santo Agostinho. De acordo com Gil (1978: 28), “los jansenistas fijan su propósito, en parte, en el renacimiento del agustinianismo; propósito que les lleva, por un lado, a equipararse con los protestantes en este punto concreto y, por otro lado, a sostener amargas polémicas con los jesuitas”.

Ao longo do século XVII, observa-se, em Portugal, um longo intervalo entre uma obra e outra. Estando as escolas nas mãos da Companhia de Jesus, é o latim a língua ensinada nas escolas, de modo que uma produção em vernáculo seria desnecessária.

Apesar disso, aproximadamente setenta gramáticas e tratados de ortografia, tanto impressos quanto manuscritos, foram publicados em língua portuguesa, ou sobre ela (Cardoso, 1994), dos quais citamos:

---

general que el de la ciencia particular, apar así aportar um fundamento común al conocimiento.” (Gil, 1998: 12)

⁷ *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou princípios da grammatica geral, applicados à nosa linguagem*, 1ª edição póstuma, em 1822, Lisboa: Tipografia da Academia de Ciências.

I) obras manuscritas:

- 1602 (?) – *Principios de Grammatica, e Varias Poesias*, de Manuel Correia
- 1640 – *Arte da Lingoa Canarina*, de Fr. Gaspar Miguel
- 1647 – *Arte de bem falar*, de D. Inácia Xavier
- 1682 – *Arte de Ortografia*, de P. Manuel Luis
- 1697 – *Arte da lingoa commua a que chamam geral com hum confessorario e varias Practicas*, de Fr. (Santo) Antonio Boaventura

II) obras impressas

a) Gramáticas

- 1606 – *Origem da lingua portugueza*, de Duarte Nunes de Leão
- 1619 – *Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes: 1ª Grammatica exemplificada na portugueza e latina; 2ª Cópia de palavras exemplificada na latina; 3ª Phrase exemplificada na latina, etc.*, de Amaro de Roboredo
- 1619 – *Recompilaçam da grãmatica portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as linguas*, de Amaro de Roboredo
- 1623 – *Porta de línguas, ou modo muito accomodado para as entender, publicado primeiro com a tradução hespanhola, agora accrescentada a portugueza, com numeros interlineares, pelos quaes se possa entender sem mestre estas linguas*, de Amaro de Roboredo
- 1699 – *Promptuario da Syntaxe, dividido em duas partes*, de Antonio Franco

b) Ortografia – Tratados/ Estudos/ Artigos

- 1615 – *Regras da orthographia portugueza*, de Amaro de Roboredo
- 1631 – *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portugueza. Com um tractado de memoria artificial: outro da muita similhaça que tem a lingua portugueza com a latina*, de Álvaro Ferreira de Vera (reimpressa em 1638)
- 1670 – *Orthographia da lingua Portugueza e Notas á de Duarte Nunes de Leão*, de João Franco Barreto
- 1671 – *Orthographia da lingua portugueza, offerecida ao senhor Francisco de Mello, etc.*, de João Franco Barreto

---

⁸ Relativo a um “conjunto de princípios que enfatizam a predestinação, negam o livre arbítrio e sustentam ser a natureza humana por si só incapaz do bem”. (Houaiss, 2001: 1673)

c) Prosódia

1635 – *Prozodia*, de (D.) Afonso Correia

d) Retórica/ Eloquência/ Poética/ Lógica

1617 - *Arte de Rhetorica*, de Antonio Correia da Costa

1670 (?) – *Arte de Rhetorica*, André Nunes da Silva

e) Tratados/ Estudos/ Artigos / Vária

1624 – *Das partes que ha-de haver na linguagem para ser perfeita, como a portugueza as tem todas*, de Manuel Severim de Faria

1631 – *Breves louvores da lingua portugueza, com notaveis exemplos da muita similhaça que tem com a lingua latina*, de Álvaro Ferreira de Vera

1647 – *Thesouro da lingua portugueza*, de Bento Pereira

1655 – *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingua portugueza*, de Bento Pereira

f) Gramáticas em língua latina / Bilíngües

1610 – *Arte de grammatica pera em breve saber latim, composta em linguagem e verso portuguez. Com um breve vocabulario no cabo, e algumas phrases latinas*, de Pedro Sanches de Paredes

1627 – *Grammatica latina, novamente ordenada e convertida em portuguez*, de Domingos de Araújo

1634 – *Prosodia in vocabularium trilingue Latinum Lusitanum et Castellanicum digesta*, de Bento Pereira

1653 – *Margens da Syntaxe, com a construcção em Portuguez, posta na interlinea do texto das regras d'ella pela Arte do P. Manuel Álvares*, de João Nunes Freire (reimpressa em 1673 e 1676)

1666 – *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor orthographia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portugueza, para se ajuntar á Prosodia*, de Bento Pereira

1672 – *Ars Grammat. pro lingua lusitana addiscenda*, de Bento Pereira

Em análise feita por Bastos (1987: 171) sobre o discurso de três gramáticos portugueses do século XVII, dois dos quais utilizados neste trabalho, observa-se que Álvaro Ferreira de Vera “organiza seu texto, explicitando a sua intenção de ensinar aos

nobres portugueses e aos professores a língua escrita correta, sem se basear nas línguas clássicas, principalmente no latim”. Ioam Franco Barreto, continua a autora, também tem o propósito de “ensinar aos nobres, cortesãos e pessoas de juízo e de letras a boa escrita, através de uma ortografia renovada, bem como a fala”.

Há que se notar o fato de que, embora exista um número razoável de obras sobre a língua portuguesa, são os tratados de ortografia que ocupam a atenção dos gramáticos portugueses da época, pois, do ponto de vista da gênese da gramática, a ortografia é fundamental - a representação gráfica é a mola mestra da gramática.

As pouquíssimas obras voltadas para a sintaxe ou morfologia não passam de obras voltadas para o ensino do latim, escritas em português, o que já se vinha fazendo pela Europa, sobretudo na França, em que os estudos sintáticos se iniciaram, a partir da publicação do *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la Langue latine*, em 1644, por Claude Lancelot. Nessa obra, ao contrário dos jesuítas e outros educadores da época, Lancelot propõe o ensino do latim através da língua vernácula⁹.

2.4. O contexto histórico brasileiro

Falar do contexto histórico brasileiro no século XVII significa tratar de dois grandes temas intimamente relacionados: as invasões ocorridas durante o chamado *Período Filipino*, ou *União Ibérica* (1580-1640) e o processo de expansão, provocado pelo bandeirismo.

A União Ibérica, que se deu com a aclamação de Felipe II, da Espanha, como rei português, em 1580, teve importantes consequências na colônia, sendo que a mais significativa se deu no plano das relações internacionais. De acordo com Fausto (2002: 44-5)

“A proximidade entre Portugal e os Países Baixos desaparecia, dando lugar a um período de confrontação aberta, como decorrência do conflito existente entre os Países Baixos e a Espanha. No mundo colonial americano, a

---

⁹ Cf. Gil, *op. cit.*, p. 52

luta girou em torno do controle do comércio de açúcar e do tráfico de escravos. Foi no âmbito desse quadro que se deram as invasões holandesas no Brasil - o maior conflito político-militar da época colonial.”

A defesa dos núcleos de colonização no Brasil sempre foi precária, por diversas razões, como a distância em relação à Metrópole, a grande extensão da costa brasileira, o alto custo da manutenção de um aparelhamento militar. Tal situação agravou-se ainda mais com a *União Ibérica*, já que era imensa a extensão dos domínios espanhóis na América. Desse modo, “as nações européias inimigas da Espanha (...) tentavam minar sua resistência através de investidas contra seus domínios coloniais.” (Volpato, 1986: 47).

As invasões começaram com a ocupação de Salvador, em 1624. Dura foi a resistência imposta pelos homens chefiados pelo então Governador Matias de Albuquerque e pelo Bispo Dom Marcos Teixeira, de modo que, depois de muitos combates, os holandeses se renderam em maio de 1625.

Em 1630, os holandeses atacaram Pernambuco, ocupando Olinda. Até 1637, travou-se uma guerra de resistência, tendo os holandeses sido vitoriosos. De 1637 a 1644, houve um período de relativa paz, sob o governo do príncipe holandês Maurício de Nassau. Em função de desavenças com a Companhia das Índias Ocidentais, Nassau regressou à Europa e, em 1645, iniciou-se nova guerra, pela reconquista de Pernambuco, que se estendeu até 1654.

Por causa do exercício freqüente das investidas ao sertão e dos ataques constantes a grupos indígenas, as bandeiras transformaram-se em importante força de guerra, compondo uma poderosa força paramilitar em defesa desses núcleos de colonização.

2.4.1. O processo de expansão e o bandeirismo

Conforme dito no início dessa seção, além das invasões, o Brasil do século XVII é marcado pela expansão geográfica. Com a conquista do sertão do nordeste e da bacia amazônica até as incursões das bandeiras, o processo de povoamento efetivou-se, mesmo que de maneira lenta. A população branca e mestiça aumentou

consideravelmente, fazendo com que muitos saíssem em busca de terras melhores (Wehling, 1994:113). Foram fundados importantes núcleos de povoamento, que mais tarde fariam parte das principais rotas bandeirantes: Moji das Cruzes (1611), Taubaté (1650), Jundiaí (1655), Itu (1657). Paralelamente à colonização da capitania, a busca do ouro de lavagem abriu novas rotas de povoamento pelo litoral, em direção ao sul: Paranaguá (1648), São Francisco do Sul (1658), Laguna (1684) e Curitiba (1693).

Dos processos de expansão geográfica que marcaram o Brasil no século XVII, o mais conhecido foi o das expedições ao interior - as chamadas *bandeiras*. Os bandeirantes, por ignorarem o Tratado de Tordesilhas, que não vigorava nessa época, devido à *União Ibérica*, ultrapassaram os limites estabelecidos por ele.

Por terem sido em grande número e por apresentarem diversos objetivos e resultados, as *bandeiras* foram objeto de várias classificações, sendo a mais funcional a que as organiza em ciclos: da caça ao índio, do combate a tribos e quilombos e do ouro (Wehling, 1994: 114).

De acordo com esses ciclos, o bandeirismo iniciou-se no século XVI (com o ciclo da caça ao índio - bandeirismo de preação), tendo seu apogeu no século XVII (com o ciclo do combate a tribos e quilombos - o sertanismo de contrato - e o início do ciclo do ouro - o bandeirismo de prospecção - , em Minas Gerais) e adentrando o século XVIII (a continuação do ciclo do ouro, a partir da descoberta de ouro em Goiás, Mato Grosso e sul da Bahia).

A ausência de uma fonte econômica lucrativa – os engenhos de açúcar não foram bem-sucedidos – e o isolamento da vila de São Paulo explicam a organização das bandeiras. Tentando escapar da pobreza, os paulistas (em sua maioria mamelucos) organizaram essas expedições ao interior em busca de índios e de metais, além da prestação de serviços (como destruir quilombos, reprimir tribos hostis). De fato, como assevera Monteiro (1994: 86)

“no contexto econômico de São Paulo seiscentista, tão dependente do trabalho indígena, as perspectivas de ascensão para os jovens colonos restringiam-se ao acerto de um dote vantajoso, ao recebimento de uma boa herança ou, finalmente, à participação numa rentável expedição de apresamento. (...) Para a maioria dos colonos que buscavam estabelecer-se na sociedade local, a opção do apresamento

representava a maneira mais oportuna de constituir uma base produtiva de alguma envergadura.”

Cumpramos ressaltar que, devido à carência de recursos da terra à qual não tinham por que se prender, os paulistas dos primórdios acabaram por favorecer o surgimento de uma ideologia que muito ajudaria a camada dominante regional do futuro: a ideologia da iniciativa privada, que serviu a tal camada como instrumento do federalismo. Por causa do aspecto do pioneirismo desbravador, o primitivo isolamento da comunidade paulista contribuiu para a formação de uma mentalidade regionalista fortemente arraigada, cujo resultado último e extremo veio a ser a Revolução Constitucionalista de 1932.

Desse modo, as principais conseqüências das bandeiras foram

“o alargamento territorial do país, embora ao preço da escravidão em larga escala dos indígenas e da destruição das missões jesuíticas espanholas; a descoberta de metais preciosos em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; o melhor conhecimento orográfico e hidrográfico do interior do país; e a constituição de um núcleo de poder autóctone, em geral bem menos dependente das autoridades e dos comerciantes metropolitanos do que o representado pelos senhores de engenho.” (Wehling, 1994: 118)

2.4.2. A educação na colônia e na metrópole no século XVII

A educação européia no século XVII, ministrada nos colégios criados segundo o modelo do Renascimento, reflete o desenvolvimento das ciências experimentais e das matemáticas. O empirismo de Bacon, Hobbes e Locke e o racionalismo cartesiano “negavam qualquer sujeição ao ‘magister dixit’ e proclamavam a experiência como única fonte do conhecimento, e a razão como único critério de verdade.” (Bastos, 1987: 23). Indo de encontro à tradição veiculada pelas autoridades políticas e religiosas, essas duas correntes filosóficas propunham uma postura crítica e investigativa do homem,

mantendo, dessa forma, fortes vínculos com as ciências exatas e naturais, em franco processo de desenvolvimento nessa época.

Portugal, no entanto, orientava-se pela filosofia escolástica, cujos maiores representantes foram os jesuítas, ficando, por essa razão, alheio ao desenvolvimento intelectual e cultural do resto da Europa. De acordo com Bastos (1987: 33), a Companhia de Jesus, para o alcance de seus propósitos, utilizava-se da pregação, da confissão e do ensino, o que, ao mesmo tempo, provocou o desenvolvimento da missão catequética e o atraso cultural de Portugal e, conseqüentemente, do Brasil:

“Nesse espírito de Contra-Reforma, que teve como seu principal instrumento a Companhia de Jesus, a repressão e a espionagem foram os pontos altos e, para a consecução de seus propósitos, a ordem utilizava a pregação, a confissão e o ensino. Esta fiscalização severa, no entanto, foi um dos motivos do êxito educativo conseguido pelos jesuítas, tendo sido também o fator entravador do desenvolvimento intelectual, principalmente no sul da Europa.”

Saraiva (1981: 176) assevera que a penetração de Portugal no espaço cultural europeu deu-se numa época de oposição entre dois blocos ideológicos: o da Europa católica e o da Europa reformada. Por razões sobretudo de ordem política¹⁰, Portugal compôs o bloco católico, passando, em meados do século XVI, a ter a questão judaica como objeto de repressão anti-reformista. Desse modo, por dois séculos de instalação da Inquisição, Portugal passou por uma fase de censura intelectual, que revestia três aspectos: a) proibição da posse e leitura de livros constantes no *index prohibitorum*; b) fiscalização do comércio livreiro e da entrada de livros estrangeiros no país e c) submissão da produção literária à prévia censura do Santo Ofício. Com esse controle, a Inquisição produzia um discurso político determinado e específico, ortodoxo e, portanto, contrário à criação intelectual.¹¹ Assim, ao longo de todo o século XVII, “a Inquisição

¹⁰ D. João III era cunhado de Carlos V, fiel a Roma e grande suporte político da Europa.

¹¹ CURTO, D. R. *O discurso político em Portugal (1600 – 1650)*, p. 81

conseguiu manter a atividade cultural portuguesa isolada do movimento das idéias européias” (Saraiva, 1981: 179).¹²

Dentro desse quadro, era natural que o ensino em Portugal, monopolizado pelas instituições religiosas, se pautasse pela memorização e repetição, em detrimento do raciocínio, pois, para os clérigos, regulares ou seculares, a disseminação do saber equivaleria a uma profanação.

Se bem que bastante apaixonada, incisiva é a crítica feita por Antero de Quental, em discurso proferido em 1871¹³, sobre o ensino jesuítico. Segundo ele, “o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis”, uma vez que os métodos de ensino adotados pelos padres “ao mesmo tempo brutais e requintados, esterilizam as inteligências, dirigindo-se à memória, com o fim de matarem o pensamento inventivo”.

No Brasil, em consonância com o relato de Gandavo¹⁴, o ideal de colonização trazido pelas autoridades civis e eclesiásticas portuguesas era

“superar a ‘desordem’, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei. (...) F, L e R, associados e misturados, pois Coroa e Igreja irmanavam-se”.
(Villalta, 1997: 332).

De mãos dadas, chegando ao ponto de confundirem-se em suas atribuições¹⁵, Estado e Igreja priorizavam uma educação notadamente de reprodução, objetivando perpetuar a ordem patriarcal, estamental e colonial.

Embora também existissem escolas vinculadas a outras ordens religiosas, como franciscanos, beneditinos e carmelitas, o principal agente de educação no Brasil colonial, até meados do século XVIII, foi a Companhia de Jesus. Tendo chegado ao

---

¹² Como conseqüência, observa-se, em todas as manifestações artísticas, a introspecção de seus autores. No tocante às obras escritas, o culto à palavra supera o culto das idéias e os temas dominantes são sempre aqueles que não apresentam problemas ao sistema vigente: seráficos, hagiológicos, edificantes, congratulatórios.

¹³ Quental, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Discurso proferido em Lisboa, no dia 27 de maio de 1871, durante a 1ª sessão das Conferências democráticas.

¹⁴ Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, p. 124

¹⁵ PRADO Jr (1976: 329-30) afirma ser considerável a intervenção da Igreja e de seus ministros nos assuntos do Estado tanto pelo respeito que mereciam, quanto, sobretudo, pelo “direito reconhecido de se imiscuírem em muitos assuntos específicos e particulares.”

Brasil no início da colonização¹⁶, os jesuítas desde logo se dedicaram à organização dos aldeamentos indígenas, onde promoviam a alfabetização dos gentios.

Gozando de imenso e crescente prestígio, os jesuítas exerceram, durante todo o período colonial, várias outras funções, além de educadores e missionários, marcando sua presença no Brasil também como “construtores das maiores bibliotecas da colônia, como exploradores dos sertões, e como lingüistas, historiadores, antropólogos, botânicos, farmacêuticos, médicos, arquitetos e artesãos dos mais diversos tipos.” (Alden, 1970: 32).

Conforme atesta Carvalho (1958: 606), o trabalho pedagógico desenvolvido pelos jesuítas, além da conversão do gentio, tinha por grande objetivo a ordenação de novos padres, fator imprescindível para a sobrevivência e a ampliação da obra missionária. Observa-se, desse modo, que o ensino jesuítico procurava estender-se por toda a sociedade colonial. Assim, nas escolas dos aldeamentos, além de membros da população indígena estudavam também alguns mestiços e os filhos dos colonos, que aprendiam os rudimentos da língua e da doutrina cristã. Aqueles que se tornariam os futuros padres aprendiam também Filosofia e Teologia; os leigos aprendiam a ler, a escrever e a contar.

Evidentemente, como bem lembra Gonçalves *et alii* (1998: 7), esse caráter “democrático” do ensino, intimamente ligado à catequese, ia ao encontro da pedagogia jesuítica praticada na Europa, cuja principal característica “era justamente o elitismo, promovendo uma diferenciação de conteúdos para as diferentes classes sociais”.

Vinculada, portanto, a uma orientação religiosa, a instrução escolar tinha um alcance social extremamente restrito. Raros eram os livros no Brasil¹⁷ seiscentista e os poucos que havia eram obras devocionais. Além disso, a língua culta, ensinada tanto na Europa quanto na América, era o latim e através dele se estudavam todos os outros assuntos, inclusive o próprio vernáculo¹⁸.

No Brasil, do mesmo modo que em Portugal,

“a instrução escolar era prisioneira da orientação religiosa e calcava-se na repetição, sendo de algum modo refratária ao

---

¹⁶ Chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega, os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, juntamente com o governador Tomé de Souza.

¹⁷ Em São Paulo, há um total de 55 títulos, relacionados em 15 inventários, entre os anos de 1578 e 1700 (Villalta, 1999: 361)

espírito científico nascente. O que contava, tanto do ponto de vista da organização dos estudos quanto de sua apropriação pelas elites sociais, era a imitação dos textos clássicos gregos e latinos, havendo uma grande valorização do exagero, da retórica e da eloquência. A instrução, assim, subordinava-se à civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados.” (Villalta, 1997: 351).

Os colégios e seminários dos jesuítas disseminaram-se no Brasil durante o século XVII¹⁹. Apesar disso, até fins desse século, os alunos dos colégios jesuíticos eram impedidos de receber quaisquer graus e privilégios universitários, o que fazia com que os mais abastados fossem estudar na Metrópole. De acordo com Bastos (1981), os estudantes desses colégios seriam, mais tarde, seus próprios professores e foi exatamente isso o que propiciou a expansão de escolas aqui no Brasil.

2.4.3. A língua falada no Brasil dos seiscentos

Afirma Elia (2003: 82), que “o estudo da língua portuguesa no Brasil no séc. XVII tem de ser focado sob dois aspectos: o da língua culta, escrita, e o da língua corrente, oral. A primeira mais própria dos centros urbanos, a segunda predominantemente nos meios rurais.”

Há que se notar, entretanto, que o português das pessoas cultas do Brasil não coincide rigorosamente com o das pessoas cultas de Portugal, pois o fato de os colonizadores terem vindo de diversas partes de Portugal fez com que se nivelassem os diversos falares, e que se mantivesse um caráter conservador, visto que “a população não participava das mudanças operadas na metrópole” (Silva Neto, 1986: 595).

De fato, durante a *União Ibérica*, intensificou-se em Portugal o luso-castelhanismo, mais acentuadamente nas classes cultas que nas populares, o que não se observou no Brasil. Vásquez Cuesta, citada por Elia (2003), assevera serem muitos os

---

¹⁸ Vale lembrar que muitas gramáticas seiscentistas sobre a língua portuguesa foram escritas em latim, e, sobretudo, seguindo seu modelo, como o *Promptuario de Syntaxe*, utilizado neste trabalho.

¹⁹ Colégio de Santo Inácio, em São Paulo (1641); São Miguel, em Santos (1652); São Tiago, no Espírito Santo (1654); Nossa Senhora da Luz, no Maranhão (1670); Nossa Senhora do Ó, em Recife (1678), para citar só alguns.

escritores portugueses que escreviam em castelhano, embora não sejam estudados nas histórias da literatura espanhola: “foram estes, no entanto, suficientemente numerosos para dar lugar ao aparecimento de um embrião de língua literária com características próprias.”²⁰ No entanto, o fim da *União Ibérica* provocou “um sentimento de maior apego à língua do berço, que afinal voltou à superfície com a suspirada Restauração.” (Elia, 2003: 84)

Considerando a sociedade mista de brancos, índios e negros que se formou no Brasil desde o início da colonização, em 1532, Silva Neto (1986: 523-524) estabeleceu um quadro lingüístico da Colônia, desde aquela época até o século XVIII: 1) o português, falado pelos brancos sobretudo na costa brasileira e com notável unidade, já que resultante da presença significativa de gente oriunda de todos os pontos de Portugal; 2) um crioulo ou semicrioulo, dos mestiços, aborígenes e negros; e 3) a língua geral - o tupi - usada pelos índios que conviviam com os brancos (os administrados), pelos mamelucos e pelos brancos em suas relações com os índios.

No Brasil, inversamente do acontecia com o luso-castelhanismo em Portugal, o luso-tupinismo era mais intenso nas camadas populares e estava fadado à extinção.

Nos lugares em que eram escassos os índios administrados, o português predominava. De fato, a intensificação do processo de povoamento, aliado a uma maior vinculação à política mercantilista afetou a sobrevivência da língua geral, com exceção de São Paulo, que permanecia muito mais voltado para o mercado interno do que para uma economia de exportação (Villalta, 1997: 339). Aqui,

“o português era uma língua que existia no espaço público: era aprendido por aqueles poucos que freqüentavam a escola dos padres, utilizado nos documentos escritos e cerimônias, possuindo, assim, um caráter mais propriamente oficial do que público.” (*idem, ibidem*).

Melo (1957: 174) assegura terem sido as Bandeiras a principal causa da unificação da fala popular no interior do Brasil, cujo fundo teria sido o português arcaico tardio, semelhante ao documentado nos textos do século XV, trazido pelos primeiros colonizadores portugueses.

---

²⁰ VÁSQUEZ CUESTA, P. (1986: 42-43). *A língua e a cultura portuguesa no tempo dos Felipes*. Lisboa: Publicações Europa-América.

De fato, a fundação de novas cidades, à medida que os bandeirantes avançavam pelo interior no Brasil, colaborava fortemente para a irradiação da cultura e da língua dos colonizadores. Além disso, a chegada de negros africanos também colaborou para que o português, aos poucos, suplantasse a língua geral, uma vez que esses negros estavam em permanente contato com os feitores ou seus senhores. Finalmente, há que se considerar, como sublinha Elia (2003: 85), que

“o governo português procurou sempre administrar o Brasil com base jurídica, o que permitiu a construção de uma sociedade organizada, que pôde encontrar as vias necessárias para o desenvolvimento da colônia. O que significa não o predomínio das culturas afro-índias mas a sua progressiva integração nos moldes básicos da civilização européia (religião, moral, língua, letras, ciências e artes)

3 – Materiais e métodos

3.1. Os *corpora* utilizados

Para o desenvolvimento deste trabalho, serão confrontados dados de dois *corpora* diferentes: manuscritos (documentos oficiais, como cartas, relatórios, títulos de venda) e impressos (sermões da oratória brasileira).

3.1.1. Os impressos

Do conjunto de textos seiscentistas impressos, utilizar-se-á uma reprodução, publicada em 1923, de texto produzido pelo padre jesuíta Eusébio de Mattos (1629-1692) e uma reprodução, publicada em 1924, de texto produzido por Diogo Gomes Carneiro (1618-1676), secretário de D. Afonso, de Portugal, e marquês de Aguiar, no Rio de Janeiro, em 1641. As duas reproduções fac-similares foram editadas pela *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire, e publicadas nos volumes XI e

XIV, respectivamente. Somam-se a elas sermões de cinco outros jesuítas brasileiros: Jorge Benci, Antonio de Sá, Antonio da Silva, Ruperto de Jesus e Simão de Vasconcelos. A reprodução desses cinco sermões foi feita a partir de edições *princeps* que estão sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP).

	Autoria	Título	Volume	Procedência	Data
imp. 1	Benci, Jorge	<i>Sentimentos da virgem Maria n s em sua soledade. Sermão que pregou na se da bahia</i>	30 p.	Bahia	1699
imp. 2	Matos, Eusébio de	<i>Practicadas pregadas no Collegio da Bahia as sextas feiras à noite, mostrandose em todas o Ecce Homo (Practicadas)</i>	73 p.	Bahia	1677
imp. 3	Carneiro, Diogo G.	<i>Oração Apodixica Aos Scismaticos da Pátria (Oração)</i>	35 p.	Bahia	1641
imp. 4	Sá, Antonio de	<i>Sermão do glorioso Sam Joseph esposo da Mãe de Deos</i>	24 p.	Bahia	1692
imp. 5	Silva, Antonio da	<i>Sermoens das tardes das domingos da Qvaresma</i>	94 p.	Pernambuco	1673
imp. 6	Ruperto de Jesus, Frei	<i>Serman da gloriosa madre santa Teresa na occasiam, em que os religiosos carmelitas descalcos abrirao a sua igreja nova da Bahia</i>	24 p.	Bahia	1697
imp. 7	Vasconcelos, Simão de	<i>Sermão, qve pregov na Bahia em o primeiro de janeiro de 1659. Na festa do nome de Jesv</i>	22 p.	Bahia	1659

3.1.2. Os manuscritos

Dos manuscritos seiscentistas, serão utilizados somente os produzidos no Brasil, na segunda metade do século XVII. Desses, foram selecionados 20 documentos que, de que se tenha notícia, são inéditos. Os documentos de 01 a 15 estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Fundo Câmara Municipal de São Paulo, Grupo Conselho de Vereadores; os de número 16 a 18 estão no Arquivo do Estado de São Paulo, caixa 107, ordem 0357 e os documentos 19 e 20 encontram-se no Arquivo do Palácio da Ajuda, em Lisboa, referência *cor*, 947, cota 51.

Segue abaixo a descrição de cada um dos manuscritos:

	Tipo de documento	Volume	Procedência	Data	Localização

Ms. 1	Carta de F. F. Falcão	01 fol. r	Santos	1648	Cx. 15 – doc. 311
Ms. 2	Carta de A. de Figueiredo	01 fol. r	Santos	1670	Cx. 15 – doc. 293
Ms. 3	Carta de A. de Figueiredo	01 fol. r	Santos	1671	Cx. 15 – doc. 294
Ms. 4	Carta do Gov. de S. Vicente	01 fol. r	São Vicente	1671	Cx. 15 – doc. 18
Ms. 5	Carta de P. T. de Almeida	01 fol. r	São Paulo	1671	Cx. 15 – doc. 299
Ms. 6	Carta de A. R. Figueiredo	01 fol. r	Santos	1673	Cx. 15 – doc. 296
Ms. 7	Carta de João Negrais	01 fol. r/v	Santos	1662	Cx. 16 – doc. 620
Ms. 8	Carta dos Officiais	01 fol. r	Santos	1665	Cx. 16 – doc. 609
Ms. 9	Carta de F. C. Vaspaziano	01 fol. r	Rio de Janeiro	1646	Cx. 17 – doc. 12
Ms. 10	Carta do Gov. da Bahia	01 fol. r	Bahia	1647	Cx. 17 – doc. 04
Ms. 11	Carta do Conde d’Augous	01 fol. r/v	São Paulo	1654	Cx. 17 – doc. 05
Ms. 12	Carta do Gov. da Bahia	01 fol. r	Bahia	1669	Cx. 17 – doc. 06
Ms. 13	Carta do M. de Cascais	01 fol. r	Santos	1673	Cx. 17 – doc. 17
Ms. 14	Carta de C. Tavares	01 fol. r	Santos	1665	Cx. 18 – doc. 417
Ms. 15	Officio de D. R. C. Branco	01 fol. r/v	São Paulo	1681	Cx. 18 – doc. 08
Ms. 16	Escritura de D. de Lara	04 fol. r	São Paulo	1659	Cx. 107 – ord. 0357
Ms. 17	Requerimento de M. P. Guedes	07 fol. r	São Paulo	1684	Cx. 107 – ord. 0357
Ms. 18	Procuração Antonia Paes	02 fol. r	São Paulo	1680	Cx. 107 - ord. 0357
Ms. 19	Carta de B. L. de Carvalho	04 fol. r/v	Bahia	1690	cor 947, cota 51
Ms. 20	Relatório de B. V. Ravasco	08 fol. r/v	Bahia	1689	cor 947, cota 51

Do conjunto de manuscritos supracitados, só três fazem parte do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, pois, de maneira geral, encontram-se em péssimo estado de conservação, sendo raros os que podem ser editados na íntegra, sem que haja largos trechos corroídos. Quanto aos manuscritos sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, embora também estejam bastante deteriorados, apresentam, muitos deles, uma edição paleográfica, realizada na década de 20, durante a presidência de Washington Luís (de 1926 a 1930). Os documentos escritos na Bahia encontram-se no Arquivo do Palácio da Ajuda e estão em excelente estado de conservação.

3.1.3. As gramáticas e tratados de ortografia

Das gramáticas e tratados de ortografia do século XVII, neste trabalho serão utilizadas reproduções fac-similares das *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia*, de 1666, de autoria de Bento Pereira²¹ (1606-1681), da *Ortografia e modo para escrever certo na lingua portuguesa*, de 1631, cujo autor é Álvaro Ferreira de Vera (? /1677) e da *Ortografia da Língua Portuguesa*, de 1671, de autoria de Ioam Franco Barretto²² (1600/1674). Todos esses volumes encontram-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde foram microfilmados para a realização desta pesquisa.

3.2. Metodologia

O critério adotado para a condução do trabalho consiste, em primeiro lugar, na edição semidiplomática criteriosa dos manuscritos, de acordo com as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, estabelecidas no II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão – SP, 1999.

A partir da edição dos manuscritos, que será contínua, perfazendo um único corpo de trabalho²³, será feito um levantamento de suas características gráficas e do uso dos nexos de coordenação, bem como das dos textos impressos, que sejam comuns às dos textos medievais. Para isso, foram selecionadas características do português medieval, de acordo com Haug (1989), Maia (1986), Mattos e Silva (1996; 2001), Nunes (1959) e Sousa da Silveira (1972).

Levantados os dados nos dois *corpora*, será feito um cotejo entre eles, a fim de se verificar se tais dados são comuns a ambos, ou se existem diferentes “normas” para cada um dos tipos de texto. A seguir, faremos o confronto entre os dados tabulados e aquilo que prescrevem os gramáticos seiscentistas, bem como o que dizem os autores das principais gramáticas históricas sobre as características gráficas da época, a fim de se verificar até que ponto os fatos levantados são condizentes com o que se diz sobre o português seiscentista.

Os dados a serem analisados serão distribuídos em três capítulos, de acordo com o que segue:

---

²¹ Jesuíta, Prof. da Universidade de Évora. Foi qualificador do Santo Ofício em 1664.

²² Historiador e viajante, envolvido em missões diplomáticas.

Um capítulo que tratará dos sincretismos ortográficos, através de um estudo de segmentos e seqüências vocálicas e consonantais. Entendemos que tais variações vão de encontro ao que propõe o período pseudo-etimológico, mantendo-se a idéia de que, tal qual no português arcaico, deve-se escrever para o ouvido;

Um capítulo que tratará do uso de grafemas maiúsculos no início dos vocábulos. Entendemos, de acordo com Gonçalves (2003), que o uso de grafemas maiúsculos veicula os valores de uma época, razão pela qual, no século XVII a capitalização da inicial está intimamente relacionada aos valores veiculados pela Igreja Católica;

Um capítulo que tratará dos nexos de coordenação, por entendermos que tais usos, extremamente freqüentes no português seiscentista, vão ao encontro do que se praticava no português medieval.

4. Edição dos manuscritos

Como dito anteriormente, para se editarem os manuscritos, tomou-se por critério apresentá-los todos em seqüência, por entendermos constituírem eles um único *corpus*. A fim de que seja feito o cotejo da edição com o original, apresenta-se o fac-símile de cada um deles na seção de anexos, respeitando a ordem em que foram editados.

Os critérios de edição estão de acordo com as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, estabelecidas no II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão – SP, 1999, com uma pequena alteração no item 3, referente à fronteira de palavras, uma vez que optou-se por manterem unidos aos verbos os pronomes oblíquos átonos, proclíticos ou enclíticos, quando assim estiverem. Justifica-se tal opção pela ocorrência de duplicação

---

²³ No volume dos anexos, apresenta-se a edição fac-similar de cada um dos manuscritos, com leitura justalinear.

do grafema <r> ou <s> na passagem “provella” ou “a que merreporto” contantes respectivamente nas linhas 54 e 363 da edição a seguir.

Diante do exposto, são as seguintes as normas utilizadas para as edições:

- 1) A transcrição será conservadora;
- 2) As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
  - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba;
  - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual.
- 3) Será estabelecida a fronteira de palavras, de tal maneira que serão unidas as palavras que estiverem separadas e separadas as que estiverem unidas, com exceção dos pronomes oblíquos átonos, enclíticos ou proclíticos;
- 4) A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado [espaço];
- 5) A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração;
- 6) Será respeitado o uso de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução;
- 7) Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção;
- 8) Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada;

- 9) Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas;
- 10) Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento, informando-se a localização;
- 11) Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem de dúvida;
- 12) Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível];
- 13) Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas $\pm$ 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada;
- 14) A divisão de linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: || 1v.|| 2r.|| 2v.|| 3r.||;
- 15) Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento. Haverá numeração interna do manuscrito, de forma sobrescrita, equivalente aos números de linhas do original;
- 16) As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes.

4.1. Ementas dos documentos

Apresentamos, a seguir, as ementas dos documentos, respeitando-se a ordem em

que foram editados e em que aparecem nos anexos. A descrição de cada um deles será feita ao longo da edição, em notas de rodapé.

4.1.1. Documento 1

Tipo de documento	Carta
Data	1648
Remetente/Origem	Francisco Fonseca Falcão, Ouvidor da Comarca de Santos
Destino	não informado
Assunto	Informe sobre a ordem que recebeu do Ouvidor geral do Rio de Janeiro, sobre os alvarás e provisão dos ouvidores.

4.1.2. Documento 2

Tipo de documento	Carta
Data	1670
Remetente/Origem	Agostinho de Figueiredo, Capitão Mor da Capitania de S. Vicente / Santos
Destino	Câmara de São Paulo
Assunto	Informe sobre a jornada do Capitão Barros ao sertão da Bahia.

4.1.3. Documento 3

Tipo de documento	Carta
Data	1671
Remetente/Origem	Agostinho de Figueiredo, Capitão Mor da Capitania de S. Vicente / Santos
Destino	Câmara de São Paulo
Assunto	Leva ao conhecimento dos oficiais da Câmara o Capítulo das Instruções que Sua Alteza encarregou o Governador Geral do Estado, Senhor Afonso Furtado de Castro Mendonça, assinado por Bernardo Vieira.

4.1.4. Documento 4

Tipo de documento	Carta
Data	1671
Remetente/Origem	Governador da Capitania de São Vicente
Destino	Câmara de São Paulo
Assunto	Remete uma carata que recebera da Câmara de Moji e participa que assim que tomou posse do governo daquela capitania, visitou as fortalezas.

4.1.5. Documento 5

Tipo de documento	Carta
Data	1671
Remetente/Origem	Pedro Taques de Almeida / São Paulo
Destino	Câmara de São Paulo
Assunto	Recomenda a resolução a respeito dos dízimos, am anos divididos para o donativo.

4.1.6. Documento 6

Tipo de documento	Carta
Data	1673
Remetente/Origem	Agostinho Rocha Figueiredo / Santos
Destino	Senado
Assunto	Refere-se à cobrança de imposto sobre gêneros, e solicita que tomem resolução sobre a remessa de gêneros que se acham naquele porto, de modo que chegue este socorro a tempo porque os conquistadores deverão partir cedo.

4.1.7. Documento 7

Tipo de documento	Carta
Data	1662
Remetente/Origem	João Negrais / Santos
Destino	Oficiais da Câmara de São Paulo
Assunto	Refere-se ao aviso feito de Cubatão, a respeito do estado em que se acha o caminho para lá.

4.1.8. Documento 8

Tipo de documento	Carta
Data	1665
Remetente/Origem	Oficiais da Câmara de Santos
Destino	Câmara de São Paulo
Assunto	Refere-se à viagem de Paulo Márquez Catalam ao Rio de Janeiro, e que, valendo-se do amparo da Câmara de São Paulo, transportou um barco cheio de aguardente, pelo que fica passível de castigo.

4.1.9. Documento 9

Tipo de documento	Carta
Data	1646
Remetente/Origem	Francisco Corrêa Vaspasiano / Rio de Janeiro
Destino	Oficiais da Câmara de São Paulo
Assunto	Refere-se a paixões existentes entre esses referidos oficiais e o Sargento Mor das Minas, e sobre a remessa de rendas e moedas pertencentes a Sua Majestade.

4.1.10. Documento 10

Tipo de documento	Carta
Data	1647
Remetente/Origem	Governador Antonio Telles da Silva / Bahia
Destino	não informado
Assunto	Refere-se ao cerco daquela Praça por Sigismundo, que tomou posto na ponta da Ilha de Itaparica.

4.1.11. Documento 11

Tipo de documento	Carta
Data	1654
Remetente/Origem	Conde d'Augous / São Paulo
Destino	Oficiais da Câmara
Assunto	Participa aos oficiais ter remetido ao Capitão Mor uma provisão para que entendam o aviso que recebeu de Sua Majestade sobre a paz com os ingleses e holandeses.

4.1.12. Documento 12

Tipo de documento	Carta
Data	1669
Remetente/Origem	Alexandre de Souza, Governador da Bahia / Bahia
Destino	Oficiais da Câmara de São Paulo
Assunto	Refere-se à grande opressão por que passa aquela Capitania, principalmente as vilas de Boypeba, Camamui e Cayurua com o gentio bárbaro.

4.1.13. Documento 13

Tipo de documento	Carta

Data	1673
Remetente/Origem	Marques de Cascais / Santos
Destino	Câmara de São Paulo
Assunto	Refere-se ao contentamento e satisfação que teve pelas notícias da vitória da Capitania sobre os gentios.

4.1.14. Documento 14

Tipo de documento	Carta
Data	1665
Remetente/Origem	Cipriano Tavares, Provedor da Fazenda de Santos
Destino	não informado
Assunto	Refere-se à execução de cobrança de impostos atrasados.

4.1.15. Documento 15

Tipo de documento	Ofício
Data	1681
Remetente/Origem	Dom Rodrigo Castel Branco / São Paulo
Destino	não informado
Assunto	Refere-se aos índios foragidos com ferramentas quando estavam em serviço.

4.1.16. Documento 16

Tipo de documento	Escritura de venda
Data	13/04/1659
Remetente/Origem	Álvaro de Moraes / São Paulo
Destino	Diogo de Lara
Assunto	Escritura de venda de uma testada de terras que Álvaro de Moraes vendeu a Diogo de Lara, lavrada pelo tabelião Domingos Rodrigues Maciel.

4.1.17. Documento 17

Tipo de documento	Requerimento
Data	1684
Remetente/Origem	Manuel Pinto Guedes / São Paulo
Destino	não informado
Assunto	Refere-se à arrematação de um sítio, que não se encontrava nas mesmas condições em que estava quando fora avaliado.

4.1.18. Documento 18

Tipo de documento	Procuração
Data	1680
Remetente/Origem	Antonia Paes / São Paulo
Destino	não informado
Assunto	Documento em que Antonia Paes constitui procuradores nas cidades de São paulo, Santos e Rio de Janeiro, dando a eles plenos poderes.

4.1.19. Documento 19

Tipo de documento	Carta
Data	1690
Remetente/Origem	Bartolomeu Lopes de Carvalho / Bahia
Destino	Portugal, ao Rei D. Pedro I
Assunto	Embora escrito na Bahia, o documento descreve os costumes paulistas e o tratamento dados aos índios dessa região. Não apresenta data, mas sabe-se ter esse funcionário estado no Brasil em 1690. Apresenta o seguinte título: “Manifesto a Sua Magestade sobre os índios cativos pelos moradores de São Paulo”.

4.1.20. Documento 20

Tipo de documento	Relatório
Data	19/04/1689
Remetente/Origem	Bernardo Vieira Ravasco / Bahia
Destino	Portugal
Assunto	Relatório escrito por Bernardo Vieira Ravasco, irmão do Padre Antonio Vieira, sobre a moeda que há no Brasil, intitulado <i>Papel sobre a moeda</i> .

4.1.2. Edição

²⁴Que todos *Vossas merces* gozem perfeita saude oes | timarey eu em *muito* e que me [corroído] en *que* | eu enpreque a que pessuo em servir que co | mo mostrarey que o tenho.

5 por ordem que veio do Rio de janeiro do ou | vidor *Geral* sabese que sem sua solicita a | desão ou *Sua patente* Dom [ilegível] ha provizão da | Vara de ouvidor e sabedor que se *para* al | gũa couza estimo não he mais que *para* de | seiar enpregarne no serviço de *Vossas merces* assim que | mando a minha sertidão *Particular* que *Vossas merces* ma | fasão andar como senpre Custumarão de | visto en *que* sempre estarej a

---

²⁴ Há uma rubrica, centralizada no topo do fólio, a cerca de 6 cm do corpo do texto.

nobreza dessa | Villa. E prestando ce para alg[ũ]a couza me | tem *Vossas merces*
 10 [corroído] todo seu servico cujas Vidas | o *Deus guarde*. Santos 3 de Julho de 1648.

Francisco Fonseca Falcão²⁵

Senhores Officiais da Camera

²⁶Recebj a de *Vossa merces* de 3 deste Março, e lhes | agradeço o cuidado com
 que solecita a | jornada do sertão da bahia, eu estou | prestes para dar o dinheiro que
 15 semepede. Mas | deve o Cappitam fazer lista dos homens que | o acompanhão, e seu
 gentio no que esta to- | do o fundamento por cujo respeito o Senhor Governador | geral
 ocupa ao Cappitam Pedro vaz de barros, E | em sua auzença devemos nomear | outro;
 que senão no todo, ao menos na | parte lhe ygoalle | no gentio, e poder [corroído] | de
 tudo o que neste particular *Vossa merces* obra | rem mefarão avizo para que de minha |
 20 parte não falte ao cuidado que o dito Senhor | me encarrega. Como em servir a *Vossas*
merces que | *Deus guarde* 12 de Março de 1670

Senhores Officiaes do Senado da Camera.²⁷

Agostinho de Figueiredo

[Se]gue esta de Cubatta ao theer²⁸ autemtico de hum [capi]tu | lo da instru[ção] que Sua
 Alteza foi servido emcarregar | do Governador Geral deste estado senhor Afonço
 25 furtado de cas | [t]ro [corroído] de mendonça, asinado pello [corroído] | [corroído] delle,
 Bernardo Vieira rau[a]sco o que delle cons | ta *Vossas merces* oueraõ e odem a
 execução Reme[tem] | dome a resposta por tres uias para eu ofazer nas em | barcações
 que partirem.

Pede sua Alteza hua lista de todos os morado | res desta Capitania, como os mais
 30 deste estado | pais E filhos, mandame o Senhor Governador Geral por carta | sua de 23
 de maio passado ponha em execução | esta Ordem Ordenem *Vossa merce* aos Capitães
 dessa | Villa, e seu distritto, mandem as listras, das | pecoas que tem em suas
 Companhias, E armas | com que seruem, e os capitais por cujas patentes | seruem, E
 para as companhias que estão uagas | menomeim *Vossas merces* pecoas benemeritas
 35 para ocu | par este Carguo de Cappitam para de tudo fazer aui | zo ao dito Senhor; as
 listas am de ser dis | timtas, a saber, o bairro de tal parte seu | Cappitam foam, alferes e
 sargen[to] foam, | foam, soldados della, foam, com seu fi | lho ou filhos se os teuer.
 foam e fuam | folgarei eu Senhores que *Vossas merces* po[nhão is]to | em tam bom
 caminho que [corroído] Governador Geral | tenha [corroído] que lhes agradecer,

²⁵ Há um espace de cerca de 2cm entre o corpo do texto e a assinatura.

²⁶ No topo do fólio, centralizado a cerca de 4 cm do corpo do texto, há, a lápis, a seguinte indicação: *a* ⁹⁴

²⁷ Essa indicação esta a 9 cm do fecho do texto e, na mesma altura, a cerca de 5 cm da assinatura.

40 [corroído] saberei | Relatar como sempre ofis, [corroído] prosedi | mento dese Senado,
 guarde Deus muitos annos Santos | 2 de Agosto de 1671

<A todos que não estiverem na terra | ponhace na lista a marge do seu nome | [corroída
 a linha] duas cartas mandem Vossas merces Reme | [corroído] | serem de emportancia
 do ser[uiço de] Sua Alteza.>²⁹

45 Senhores Officiaes da Camera da Villa de São Paulo Agostinho de Figueiredo³⁰
 Sennores^{31, 32}

A Camara daVilla [de Mogê me] escre[veu] | a carta que com Esta rem[eto a Vossas
 Merces] a quoa | depoiz de lida espero avizo do que Ey de obrar | nesta materia per que
 Estou imteirado do [corroído] | que mais obram no Real Seruiço E Conseruaçam | do
 50 pouo E como Eu deuya Esta Respondy a Cama | ra de Mogê que daua parte a Vossas
 merces.

Tanto que tomey posse do Gouerno | desta Capitannia, vizitey as
 fortalezas [desta] | Villa E [corroído] a da uera Crus de ytapema | E nesta ocasiam foy
 necessario prouella na pessoa [corroído] | do Capitam Pedro taques de Almeida por asim
 55 | conuir a Real serviço, E nelle comcorrer [corroído] | todaz az callidades necessarias,
 não [corroído] | deme por suas duuidas respeito de que Este anno | Era yuiz dessaVilla
 faciliteilhe o neguoço em | teirado Eu na muita merce E honrra que Vossas Merces me
 fazem | que asim o averam por bem.

Tiue enformasam nesta Villa | que nessa auia grandes ruinas nasidas dos
 60 muitos | jogos que em varias casas se juguam com que | meparesseo aserto para
 osyustar mandar | passar [esse] bando que Vossas Merces mefaram merce mandar |
 publicar E fixallo na praça [de]ssa Villa E a mim | mandaremme em muitas ocazioins do
 | serviço deVossas Merces que Deus Goarde por muitos annos et coetera. | [corroído] de
 Mogê de 1675 et coetera

65 Servidor de Vossas Merces
Thomas Francisco de Oliveira³³

Senhores Officiaes da Camera³⁴

Para setomar Rezoluçam a Respeito dos dizimos em annos | devididos, por atte aguora

²⁸ Melhor seria *theor*.

²⁹ Localizado à margem esquerda do fôlio, à altura de 9 cm do início do texto.

³⁰ O fecho e a assinatura estão em sequência, a 3 cm do texto.

³¹ Centralizado e localizado a 2 cm do início do texto.

³² A assinatura está no canto inferior direito do fôlio, a cerca de 3 cm do corpo do texto.

³³ A assinatura está no canto inferior direito do fôlio, a cerca de 3 cm do corpo do texto.

não [corroído] em masa junta | he neseçario queVossas Mercês mandem dessa
 70 [corroído] de todos os | Bairros em que forão fintados os [corroído] villa para | o
 donativo; com distinçam de cada [corroído] que | paga cada morador tudo a este
 [corroído] que faças fee | no que fazem Vossas mercês seruiço a Sua Alteza [e] a mim
 par | ticular mente Cuias pessoas nosso Senhor Guarde [corroído] | 29 de Abril de 1671.

Servidor de Vossas mercês³⁵

75 Pedro Taques de Almeida³⁶

Senhores do Senado da Camara da Villa de São Paulo³⁷

Recebi a de Vossas Mercês de 25 de Março, E não deixo de ficar | com cuydado, pello
 pouco dinheiro que me dizem tem co- | brado, com tudo alentame, [corroído] a |
 importancia deste negocio, que sobre [corroído] elle | posto do muyto que está deuendo,
 80 fas [deste] grande cer | viço a Sua Alteza que Deus Guarde, sou de parecer apalpem a
 algûs | moradores; que pode ser folguem de pagar bem que [es] | tão lançados nos
 generos que sevêdem, e tudo tem [corroído] | conta, E de qual quer modo tomem
 Vossas mercês resolução | do que hão de fazer, pera tambem eu meauer com as |
 embarçaçoens, E não parecerá Rezã que estando a | qui este nauio setomem outras pera
 85 levar os ditos ge | neros, nem tambem terá rezão que ofação de Mo | rar de modo que
 não possa hir na frota, E tambem | não chegará este socorro a tempo que o Senhor
 governador | dezempenhe o seu desejo, pois os conquistadores hão de par | tir cedo,
 para o que Vossas Mercês com a resolução que tomarem, a | pliquem nella o cuydado,
 E eu no que poder ajudarey | com boa vontade ofarey porque Vossas Mercês logrem
 90 agradeçi | mento [corroído] senhor E eu o gosto de lhouver lograr, com muita sa | ude
 que Deus de a Vossas Mercês. [ilegível] Santos 25 de Março de 1673

Agostinho Rocha Figueiredo³⁸

Senhores Officiais da Camera³⁹

Do Cobatam fizemos avizo do estado do Caminho e | suas depemdemcias. Agora
 95 otornamos a fazer | de nosa chegada a esta Villa de sanctos; E tomando | informação do
 estado das couzas achamos te | rem determinado lamsarmos a maior | carga [corroído]
 esa villa por opolemta, | E grandioza choram<do>se ali por lemitado | E que seu ualor

³⁴ No canto superior esquerdo do fólio, a 4 cm do início do corpo do texto.

³⁵ Fecho a 3 cm do corpo do texto

³⁶ Assinatura a cerca de 4 cm do fecho, centralizado à esquerda do fólio.

³⁷ Localizado no canto superior direito, a 3 cm do início do texto. Ao seu lado, há um sinal público e, abaixo deste, lêem-se duas inscrições: *Doc. 76*, a lápis, e logo abaixo, o número *6*, grifado.

³⁸ Assinatura localizada no canto inferior esquerdo do fólio, a 7 cm do corpo do texto.

³⁹ Localizado no canto superior esquerdo, logi abaixo de sinal público, a 2 cm do início do texto.

so esta na sustancia desa | E que sendo cazo que não aseitemos o que | se nos cortar;
deixarem tudo em aberto | E fazerem auizo ao governador de como | por nosa cauza não
100 tem E feito a junta | sem do que *muito* mais podiamos dar = Esta | informação tivemos
de hũ Religiozo | que sedis desa uilla E seos moradores [corroído] | não so elles senão
outros mumtos; que | a uniam destes Senhores Em tais oca- | ziomis numca faltou=

⁴⁰Os procuradores das mais villas não | sam chegados com tudo determinamos |
passar [corroído] sem de [corroído] | querendo por abreviadas super- | fluos gastos como
105 fazemos com estes ím | dios que sam insufriueis E lhes pasa- | mos por tudo [corroído]
comseruar em for | ma que nos não deixem; Esperamos | vosas merses nos avizem o
modo em *que* | nosauemos de auer em tal comfuzam | e seauemos de gastar mais tempo
do le | <⁴¹mitado auemdo diferemsas *que* deos não permita Ele *garde* a vosas merses |
Santos 5 de *Setembro* de 662.

110 [ilegível] João Negrais Dias>

⁴²Temdo Respondido a precatoria de *Vossas merces* jun|ta mente Reçebemos [corroído]
carta feita em | [corroído] feuereyro em que nos respon | deo [corroída a linha]

D[e]ferimos a dita carta Magnifestamos | a *Vossas merces* em como Paullo
Marques Catalam sa | bendo [corroído] atualmente E deueras ser [corroído] do
115 [corroído] | sendo que desta Camera [corroído] por nosos | antecessores sefoi aoRio de
Janeyro debaixo de | Maliçia e trouxe Hums Barcos abarrotado de au | guardemte de que
esta digno de castigo.

[corroído] Como seualeo de amparo de *vossas merces* consedemos | Ao dito
paulo Marquez Catalam leve a sua au | guar[dente] para omde quizer, E pedimos a
120 *vossas merces* | muyto de mersse nam faça histo exemplo para | outros que sequizerem
nesta materia [corroído] de | Pessoas tam nobres como sam os dece Senado *que* em |
tudo mais ficamos sertos E no *que* nos for pedido da | parte de *vossas merces* cuias
Vidas *Deus Guarde* por largos annos, em | Camera Santos 6 de Marco de 1665 annoz.

125 Jacome Cantinho de Mello /
João Correa Sampaio/
Antonio Garcez Barroso
[corroído] Figueira
[corroído]

⁴⁰ Há aqui um espaço de cerca de 2 cm do parágrafo anterior.

⁴¹ Trecho escrito na vertical, do lado esquerdo do corpo do texto

⁴² Antes do início do texto, lê-se, a lápis, a inscrição *b55* e, logo abaixo, *Nº = F 3 =*.

⁴³ha muitos dias *que* careço de cartas de *Vossa Mercês* e porque estimo | muito aia
 130 entre nos a correspondencia *que* [corroído] *para que* | o serviço de *Sua Magestade* se
 consiga comunicação se [corroído] serve, | E meus desejos se acreditem, sem
 [corroído] a fal[ta] pella *que* re | faz a de *que Vossa mercês* me ordenem [corroído]
 sirva empe[nhar] | e cada hum de *Vossa mercês* em particular como farey no *que* |
 se oferecer.

135 Sinto muito *que Vossa mercês* tenham paixões, como tenho por no | ticias, com
 o Sargento Mor Presidente das minas, porque nos podem | prejudicar ao Serviço de *Sua*
Magestade em *que* estou certo *que Vossa mercês* | atendem muito como conuem: eu
 lhe escrevo e digo [corroído] | importa, e *que* sentirej muito *que* de sua parte [corroído] |
 a *que* se prosigão, porque com o contrario dispoirey o *que* me [corroído] | uer *que* mais
 140 convem a ser *Sua Magestade* servido. tenha ordenado | por vezes *que* me remeta o
que aião rendido as minas e a to | da moeda pertencente a *Sua Magestade* para lhe
 remeter como | me ordena, dilata a Remissão dizendo *que Vossa mercês* [corroído] |
 impedem, não me persuado *aque* assi seja pois não hão de | permitir *Vossa mercês*
 dilação no serviço de El Rey, sirvame *Vossa mercês* | *mercês* de lho não impedir, E no *que*
 145 se oferecer de serviço | de *Vossa mercês* não faltarey a quem, *Deus Guarde Muitos*
 annos. Rio de | Janeiro 12 de março de 1646.
 Estou esperando por Mineiros hem vindo irey a ver *Vossa mercês*. [corroído] | serei
 [corroído] perto.

Francisco Correa Vaspazanos

150 *Senhores Officiaes da Camara de São Paulo*⁴⁴
⁴⁵Hum mez ha *que* Sigismundo esta sobre esta praça com trinta vellas | com *que* tomou
 posto na ponta da Ilha de Itaparica, E nos tem citi | ado por mar, comintado / segundo
 se infere de sua acçoens / de | continuar o cerco por muito tempo, em cuja consideraçam
 me | valho de todos os meios possivieis *para* metter aqui a mayor | quantidade de
 155 mantimentos, & forças *para* sustentar a [corroído] e | rechassar o Inimigo. Bem certo
 estou *que* quando [corroído] | [corroído] a chegar a essa Villa ja seus moradores aviam
 dado cumpri- | mento a ordem *que* lhes enviey *para que* [corroído] certam se percorres |
 sem ao Rio de Sam Francisco, com [corroído] da terra e ao ma | yor numero de mil
 arcos *que* pudessem contar per sua parte, se | me havia offerecido & por menos *que*

⁴³ Centralizado sobre o corpo do texto, lê-se o número 1, grifado, e abaixo dele, o número 77, a lápis. O texto inicia-se a 2 cm desta numeração.

⁴⁴ Localizado no canto inferior esquerdo do fôlio, a 1 cm da assinatura.

160 quando [corroído] | partido estejam agora para o fazer: assy trazer a confiança | que
 faço de sua lealdade he valor meparecem escrever esta | a *Vossas Mercês* para lhes
 ordenar como, por esta faço/ que tanto | *que* a receberam no mesmo posto se elles forem
 ja partido | lhes mandem *Vossas Mercês* aviso a toda presça; que cortem o cer= | tam &
 venham em socorro desta praça; & [ilegível] se | mantenham ainda posto a Caminho
 165 *Vossas Mercês* os despo | nham a que sem demora alguma venham socorrer esta | praça,
 que tudo o que nas primeyras cartas lhes prometto | de honras & accrescentamentos de
 suas pessoas, & perdão | dos crimes que lhes [corroído] veram mais breuemente e | em
 suas pessoas servindo â minha vista, & acudindo | esta praça & m o [corroído] tam
 importante; & se | elles sem offereceram *para* hir ao Rio de Sam Francisco | a hũa
 170 jornada tanto mais dilattada, & rompendo cer= | toens com muito melhor animo se dis
 perante *Vossas Mercês* | e esta sendo tanto mais breue, & por Caminhos tam | sabidos
 & a todos podem *Vossas Mercês* segurar de minha parte | *que* lhes hey de iguallar o
 premio. A demonstração | do zello, com que se houverem, et coetera breuidade
 [corroído] | <Para os Senhores Officiais da Camara | da Villa de Sam Paulo > || 1v.||
 175 com *que* partiram e para que | eu veja melhor a pontualidade com que essa Capitania e
 em particular essa Villa | socorre esta cidade de por terra com seus naturaes, & por mar
 com seus sentimentos | se acharem E remettem de socorro desta praça, segundo o
 Regimento conforme a ordem | que mando ao Capitam *mor que* a todos sedara inteira, E
 pontual satisfação que com as | [corroído] agora fasilmente viram, E com segurança se
 180 poderam metter en | tre os fortes da barra desta Cidade, *Vossas Mercês* trabalhem em
 huas cousa e outra com | calor e dispozecam que espero *para que* sem dellaçam veja eu
 nesta praça o effeito | destas ordens, & sejam *Vossas Mercês* parte do bem & successos
que nella confio ter, & | neste grande serviço *que* fizeram *Vossas Mercês* & as honrão
 em *muitos* que [corroído] | lhes seguro, & *Vossas Mercês* devem confiadamente esperar
 185 de sua Real Grandeza, | & do animo com *que* eu lhes asseguraray. |

Bahia 11 de Março de 1647. |

Antonio Telles da Silva

Da Carta e provisam que envio ao Capitam Mór dessa Capitania | terem *Vossas*
mercês entendido o avizo que receby de *Sua Magestade que* Deus *guarde* | e muito que
 190 convem prevenisse este Estado para a | guerra *que* nelle se deve tomar da paz que os
 Inglezes e Hollan | dezes celebraram. A informação do zello desses mo | radores nas

⁴⁵ No canto superior direito do fólio, lê-se, a lápis, a data 1647 e, sob esta há uma numeração ilegível.

occasioins de mayor importancia desta Praça: me | obriga a cojurar que nesta sejam elles
a *Vossas merces* os que | a ajudem a conservar, com maior soccorro de mantimentos.|

A forma em que os mando vir, convida nam so aos que | amaõ ao serviço de *Sua*
195 *Magestade* mas aos *que* puramente de | sejam interessar em seus negocios. *Vossas*
merces se | animem a concorrer com sua asistencia & exemplo | na execuçam da
referida ordem de tal maneyra *que* | tenham todos *que* imitar, & o Capitam Mor
[corroído] | de *que* medar conta para eu o estimar & aggradecer | a *Vossas Merces* a
quem Deus Guarde. *Bahia* e Novembro | 19 de 1654.

200 Conde de Augouss

Para os Senhores Officiaes da Camara da Villa de
São Paulo.

⁴⁶Sam tam grandes as oppressoens, que este Reconcavo da Bahya, e das Villas de |
Boypeba, Cayrû, Camamuã padece com o Gentio Barbaro; que depois de varias
205 entradas, que | selhetem feito (a que tambem os moradores desta Capitania) todas com
mao successo; man= | dei ultimamente fazer hua, que tem o mesmo: mas na mesma
desgraça se logrou a felicidade, | de se topar com as Adeas dos Tupins, que sam as que
decem, nunca athe hoje descubertas; | estando tam perto que havendose gastado vinte e
hum dias na jornada, os Capitaens Mores que forão | se achavam em sete nos Campos
210 do Aporâ de que partiram. Agora fico dispondo outra, | que com a certeza espero melhor
effeito. Mas por que estes Certoens sam muy vastos, e o Gen- | tio tam numeroso, que
ainda que sedesbaratem as primeyras Aldeas, nunca as que ficarem, | deixavam de
repetir as mesmas hostilidades: virâ a ser perpetuo o prejuizo das vidas, e fa | sendas dos
vaçallos de *Sua Alteza*; e de pouco remedio as continuas diligencias, e preuençoens, e o
215 | que todos os meus antecessores lho buscaram, e eu lhe busco, se totalmente se nam
extinguirem, e | tresplantarem de todo este Certam circumuizinho, quantas naçoens
barbaras o habitam; mepa | receo tomar por ultima resolução, mandar vir segunda vez,
os moradores dessa Capitania, | a fazer este tam particular seruiço a *Sua Alteza* e tam
necessario beneficio a esta Republica, assy | pelas particulares informaçoens que tenho
220 de seu valor, acostumado sempre a penetrar o | Certam de todo o Brazil; e de
odesejarem fazer a este <da> Bahya; como pela utilidade, que | pode resultar de huã so
entrada sua, a ambas as Capitancias: a esta em liurar das mortes, | e roubos que seus
moradores padecem; a essa em the levar muytos milhares de Cativos de | qu[corroído]

⁴⁶ Lê-se, à margem superior direita, a data 1669, a lápis.

sey necessitam seus Povos para suas lauouras. E como desta entrada se segue | nam so a
 225 gloria de serem esses sujeitos chamados para esta empresa, e a conueniencia que della |
 ha de resultar a suas casas: mas a probabilidade do descubrimento da Serra das
 Esmeraldas | com que de caminho podem topar na altura do Spirito Santo (se a jornada
 nam se fizer por mar como encommendo) e a esperança das merces, e honras, que
 justamente deuem esperar de | *Sua Alteza* por ser guerra, que por varias cartas suas me
 230 encarrega com todo o aspecto (de que sera o | primeyro premio mandarlhe eu as noticias
 de que os Conquistadores de *São Paulo* obrarem, | para regular por ellas o que todos
 deuem esperar de sua grandeza Creyo eu de seus espiros, e do zello de *Vossas*
Merces, que se empenharem neste negocio, de maneyra que fiquem *Vossas Merces* | e
 elles com o merecimento de se conseguir; e eu, com o grande gosto de em [meu] tempo
 235 se lo | grar, e ficar esta Capitania deuido a essa o socego, sobre que tanto setem
 cançado o Go | verno, a Infa[n]ta, e o Povo, no que para ella tem contribuido
 circunstancias todas, que | fazem maio[r cre]dito de *Vossas Merces*, e o conceito de
 todos os que vierem.[espaço]. A jornada | passada qu[e os] morado[re]s fizeram a este
 Certam, teue para se nam ver nella o successo, *que* | se promettia o[s] inconvinientes
 240 que lâ diriam os que escaparam. [espaço] Nesta agora (sup- | posto a [corroído] as
 Aldeas estam) me parece de que nam ha outro mais, que a duuida | de se fazer p[or
 mar] ou por terra. Por mar, he mais breue, e a mayor breuidade he o que | conuem.
 [corroído] se tomaram as embarçaõens que houver nessa Capitania, que | assy o ordeno
 ao Capitam Mór e Prouedor da fazenda, para poderem partir com a primey | ra monçam.
 245 E no caso que não possa ser por mar, conuem se ponham logo a caminho *para* | que
 segaste nelle aquelle tempo, que podiam esperar para virem embarcados; e mar | chem
 con direitura a esta Bahya com a mayor antecipaçam que se possa. A despeza | toda ha
 de ser por conta desta Capitania, e das Villas visinhas offen | didas do Gentio. E do
 assento cuja copia enuio com esta a *Vossas merces* aauthentica sobre | a resoluçam que
 250 tomei na Relaçam deste Estado, de serem cati[uos], todos os Barbaros | que
 sepresionassem, e que as terras conquistadas e possuidas do inimigo se repartissem
 || 2r.|| pelas pessoas que melhor o merecem na jornada, conforme a possibilidade e qua |
 lidade de cada um: ficarâ constando a *Vossas Merces*, e aos que vierem a certeza com
 que | podem uir, de eu lhes fazer cumprir, e guardar a minha propria resoluçam, e |
 255 assento: em que *Vossas Merces* veram mais particularmente as ordens Reaes, e todos os
 | mais motivos, e documentos em que ella sefunda. Com o que me asseguro, que assy, |
Vossas Merces como esses moradores, ham de ser nesta occasiam, os para quem a

fortuna reser= | vou esta felicidade: e por isso fio de todos, que seja igual em *Vossas*
Merces a actiuidade de os | applicar ao cuidado com que nelles considero se antecipem a
 260 execução desta ordem. | Ao Capitam Pedro Vaz de Barros, escreuo encarregandolhe a
 jornada, pelas honradas | informaçõens, que delle me deo o Desembargador Sebastiam
 Cardoso de Sampayo, | que aqui fica arribado, indo por Sindicante para Angola. *Vossas*
merces lhe dem a | Carta que serâ com esta, e do effeito de tudo me dem *Vossas*
Merces particular conta; princi= | palmente se marcharem por terra; que se uierem por
 265 mar na sua chegada espero uer | o que *Vossas Merces* obraram. Guarde Deos *Vossas*
Merces Bahia e Novembro 15 de 669.

Alexandre de Souza⁴⁷

<Para os Officiais da Camera da | Villa de Sam Paulo>⁴⁸

Para a Camara de são Paulo⁴⁹

270 ⁵⁰Sem duuida alguã receby grande contentamento, e satisfação *pellas* | noticias
 que tinue da Victoria que *Deus* nos concedeu nessas Cappitanias contra o gen= | tio
 dellas, *que* nesta Corte de *Lixboa* cauzou tanta admiração e nouidade co | mo entendy
 da Carta do Cappitão Felleciano Cardozo a cuja disposissão e ualor | me acho tam
 obrigado, *que* o quiz representar a essa Camera com os pernuncios | de meus justos
 275 *dezejos* os quaes o Cappitão Thomás *Fernandez* de Oliveira | asigurarâ como boa
 testemunha de meu *dezejo*, a elle, e a todos os menis | tros dessas Cameras emcomendo
 com um persizo empenho sua continua | conseruação *para que* advercidade dos
 contrastes do mundo senão oponhão | a perseuerança dessa utilissima fundação e
 conueniencia, e peço *muito* a toda essa | Camera que não haja o menor descuido de me
 280 fazerem auizo, assy dos postos | *que* forem vaguando, como de todos os outros respeitos
 de minha obri | guação de seu [Liuro] e sua conueniencia e defenção, *que* Deos nosso
Senhor | prospere e conserve como *dezejo* Villa de Santos 10 de Dezembro de 1673.

Marques de Cascaes

A vista [corroído], E carta desses antesesores de *Vossas merces* | me a[s]iste com o
 285 provedor [d]a fazenda E lhe apresentey | a letra, E logo a vista me fes Emtregua [d]o
dinheiro qu[e] | Em minha quitacaõ consta, não ache[y] ser ne | cessario junta da
 Camara desta Villa *para* assistirem na En | tregua do *dinheiro* desa Villa quando o não
 fazem das | mais *que* tem acudido, sabendo as hordens *que* tenho | assim de sua

⁴⁷ Assinatura a cerca de 3 cm do corpo do texto.

⁴⁸ No canto inferior direito do fólio 1.

⁴⁹ No canto superior esquerdo, grifado.

Excellencia como do governo pasado, com essa | quitação minha *que* o provedor
 290 Remete, ficaõ *Vossas merces* | dezobrigados, e esse Povo, da ditta contia, pedindo a
Vossas merces | meRemetão logo com todo o cuidado o *dinheiro* deste anno | *que* ja
 Está vençido, E o Resto do pasado por *quanto* sua Excellencia | meaperta [co]m toda a
 instância trate da E[xe]cução | da cobrança deste *dinheiro* seião *Vossas merces* servidos
 de f[a]zer | Reposta a carta de sua Excellencia *que* Escr[ev]o [d]a Camara por | quanto
 295 asim mo emcom[e]nda ass[corroído] o primeiro do | mes [corroído] parte Esta sum[an]a
 co[m] o *dinheiro* | do cunho, fico gr[at]o ao serviço de *Vossas merces* [aq]uê *deus* | me
garde Santos E janeiro 5 de 665.

Cysprian[o] Tavares

Senhores⁵¹

300 Officiaes da Camara da Villa de São Paulo⁵²

Senhores meus. Remeto a *Vossas Merces* esta memoria | dos indios *que* athe o
 dia presente tem fugido | com farda, e feramentas de [corroído] pera *que* | *Vossas*
Mercês por serviço de *Sua Alteza* mandem pren- | der os ditos indios; e em correntes os
 fação | traser ás plantas do Tenente geral [corroído] Car | doso de Almeida; *porque* de
 305 alghũa paraiem | donde se há de comessar a fazer as deligencias | de buscar as minas; e
 sem indios *que* Abrão | caminhos, e carretem mantimentos das [corroído] | pera os
 Serros, não se pode fazer cousa algũa; | *quanto* *que* *Vossas Merces* são obrigados a
 fazer toda a | deligencia possivel de apanhallos, Men= | niallos com toda breuidade
 possivel; | *porque* em estando os de [corroído] | tenho de fazer proprio a [corroído] e não
 310 [corroído] | hei de culpar a mim, por desculpar a *Vossas Merces*: | & assim mesmo o
 mullato ferreiro *que* [corroído] fiz a= | uizo a *Vossas Merces* *porque* sem elle, e os
 demais [corroído] | como senão fora a fazer a deligencia; po= | is a minha peçoã não a
 manda *Sua Alteza* *que* faça | Caminhos nem [ilegível] mantimentos; *que* | a mandamos
 meu Principe; ofiz co | mo faço o mais: manda o dito Senhor *que* | seus indios Siruão
 315 nesta deligencia mas | parece *que* haj vaçallos *que* os indusem para | *que* a dita
 deligencia não [corroído] hum [corroído] | de minha parte faço tudo o que posso, pois |
 sendo mandado hũa bandeira de homes | brancos com premio de sincoenta mil | reis de
 minha fazenda *porque* o n[ão] [corroído] pa= | nhem para ver se castigando [al]gum, |
 seção as fugidas; ainda *que* parece im= | pociuel, *porque* vem bem industriados dessa |

⁵⁰ Entre o início do texto e o cabeçalho, há um espaço de cerca de 2 cm.

⁵¹ A cerca de 3 cm, lê-se uma rubrica e o número 8, grifado

⁵² A cerca de 3 cm, lê-se, em lápis vermelho, o número 78.

320 Villa: *Vossas Mercês* facão de sua parte o *que* lhes toca | como vaçallos leais,
castigando e executando | os seus bandos, *que* querem castigo a quem creio | [corroído]
Sua Alteza sabe premiar não se offerece mais | senão pedir a *Vossas Mercês* [corroído]
|| 2r.|| aprouação em *que* os posso servir destas bandas, | que o farej com toda a uontade
que deuo, | nosso *Senhor* guarde as Peças de *Vossas Mercês* com [corroído] |
325 [corroído] et *coetera*. Rio de Sapucahy a 20 | de Abril de 1681 annos.

B. L. M. de *Vossas mercês* [ilegível]

Don Rodrigo

Castelo Branco

Escritura de Diogo deLara⁵³

330 de hũa testada de terras *que* lhe ⁵⁴
uendeo Aluaro demoraiz ⁵⁵

Saibam Coantos Este *publico* estromento de escri | tura de uenda de oje pera to do o
sempre uirem | que no anno do naçimento de nosso senhor Ìe | zu Christo da era de mil e
seis sentos e sinco | enta E noue annos aos treze dias do mez | de Abril da dita era nesta
335 uila de sam paulo | Capitania de sam Vicente do estado dobra | zil, nesta dita uila em
pouzadas de Alua | ro de moraiz onde Eu tabaliam ao diante | nomeado fui chamado, e
sendo ahi lo | go apparece⁵⁶ o dito Aluaro de Moraes E | bem asim sua mulher Luiza da
foncequa | aqui moradores e per eles ambos juntos | marido E molher mefoi dito
perante as | testemunhas ao diante nomeadas e asi | nadas em Como eles tinham E
340 pesuiam | hum pedaço de terra na borda do Campo par | tindo Com terras de gaspar João
Bareto | as quais terras e sua testada he por onde | eles laurauão e de Comprimento
contentan | do Com aponta da serra de hu butu sunun | ga as Coais terras lhes couberam
em par ||1v.|| tilha per morte de sua maj Ines Rodrigues | que deus tenha como de sua
Carta e folha | de partilha çonstaua, e ora eles ditos Alua | ro de morais e sua molher
345 diceram uendião | Como de efeito logo uenderam de oje pera todo | o sempre a dita
candidade de terra e testa | da a sima declarada asim e da maneira *que* | apesuião a diogo
de lara por preço e Contia | de uinte mil Reiz em dinheiro decontado | que diceram
estarem ja deles pago e satiz | feito da mão do dito Comprador e por esta | o dauam por

⁵³ Há uma rubrica centralizada no alto da folha, logo acima do sobrenome *Lara*

⁵⁴ No canto superior esquerdo, a 6,5 cm do sobrenome *Lara*, encontra-se a lápis, de outro punho, o número 74 e, abaixo dele, também a lápis, o ano de 1659.

⁵⁵ Há, entre o cabeçalho e o corpo do texto, uma distância de 1,5 cm.

⁵⁶ Entre as linhas 15 e 17 deste manuscrito, há um carimbo em cor púrpura, formado por dois círculos concêntricos, tendo o menor diâmetro de 1,6 cm e o maior, o de 2,5 cm. Entre ambos, am caixa alta, está escrito: ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

quite e liure da dita contia E | que de oje em diante o dito comprador fa | ria e dizporia
 350 da dita testada de terra | como couza sua propia Comprada por seo | dinheiro e farão de
 oje em diante seo uon | ta de e querer e o auia por emposado e que | seobrigauão por sua
 pesoa e bẽiz a todo | o tempo auendo algũa pesoa *que* sequei | ra opor contra o teor desta
 escritura dar e | sepor apoentes e lhezazer boas a todo o tem | po que seia neçesario e de
 Como asim adi | ceram E outorgaram mandarão a mim | tabaliam fazer esta escritura
 355 neste ||2r.|| meo Liuro de notas e dele dar os treslados ne | sesarios sendo a tudo per teste
 munhaz pre | zentes françisquo Jorge uelho e Ioam *francisco* | pessoas de mim tabaliam
 Reconheçidaz | que aqui açinarão Com os ditos outer | gantes e pera dita outergante
 Luiza da | foncequa a seo Rogo per ela acinou Ma | noel *ferrera* Rios Eu domingos
 Rodriguez | Maçiel tabaliam a escreuj // Alvaro de | morais madureira // Asino a Rogo
 360 da | uendedora Luiza da fonçequa Manoel | ferrera Rios // Francisco Jorge uelho // João
Francisco | o qual trelado de escritura de uenda de teras | Como assima e atras Consta
 Eu domingo | Rodrigues Maçiel tabaliaõ do *publico* judicial | e notas nesta dita uila
 treladei bem E | fielmente da propia que em meo liuro | de notas fica a que merreporto E
 uaj | na uerdade sem couza *que* duuida faça | e o corri E comçertej escreuj e açinej | de
 365 meo publico e Razo sinais cus | tumados nesta dita uila aos uin | te e dois dias do mez
 de abril da | era de mil e seis sentoz E cin ||2v.|| quenta E noue annos

Domingos Rodriguez Maciel

Comçertado por mim⁵⁷

tabaliam

370 Domingos Rodriguez Maciel⁵⁸

<Escritura de meu | tio *diogo* de Lara de | Hikutu sunumga | *que* foi de Aluoro de |
 Morajs>⁵⁹

⁶⁰R[equeri]mento que fes M[a]

n[u]el pi]nt[o] gudes deante do

375 Juis dos orfãos Saluador Car

dozo de Almejda

⁵⁷ Logo acima desse trecho, encontra-se sinal público, caracterizado por uma rosa dos ventos, com eixo de 2 cm de altura e outro tanto de largura, com saída dde igual medida para os quadrantes que se fecham em ângulos agudos à distância de 4 cm do quadro central do eixo Nas extremidades dos quatro ângulos, mais 4cm de uma linha que termina em cruz na vertical superior e em curvas nas outras três extremidades. Este sinal toma, na vertical, três partes do fôlio. No centro e canto superior esquerdo desse sinal, o mesmo carimbo já descrito na nota 14.

⁵⁸ Esse trecho está à esquerda do texto, 6 cm abaixo da assinatura.

⁵⁹ Essa nota, de outro punho, encontra-se na vertical, no canto inferior direito do fôlio.

⁶⁰ No canto superior esquerdo, a lápis e de forma oblíqua, lê-se: copiado | por M. G. Silveira

<Manuel Pinto gudes [espaço] A⁶¹

Anna Barreto vuiva>⁶²

Anno do nassimento de Nosso | senhor Jesus Christo de mil e seis | sentos e setenta e
 380 quatro Annoz | per asim secustumar E ser pasado | dia do natal aos uinte seis diaz | do
 mes de dezenbro do dito Anno | nesta Uilla de sam paullo Capitania | de sam Uisente
 partes do Brazil | et coetera nesta dita Uilla Eu escriuão | ao diante nomeado em
 comprimento | do despacho atras do Juis doz orfãos | Saluador Cardozo de almejda au |
 tuej este requerimento Eu Ma | thias Machado escriuão dos órfãos | oescreuj .

385 <1674

Requerimento de Manoel Pinto

Guedes – arrematan

te de um Sítio>⁶³

||2r.|| R[equeri]mento que fes Man[oel]

390 [pinto gu]edes deante do Ju[is]

d[os orfã]os Saluador Cardozo

de Almeida⁶⁴

Aos vinte sinco dias domes de de | zenbro de mil E seis sentos E setenta E | quatro
 annos per ser dia d[o]nassimento | de nosso senhor Jesus christo nesta | Uilla de sam
 395 paullo Em pouzadas do | juiz dos orfãos Saluador Cardozo de | Almeida pareseo Manuel
 pinto gue | des e per elle foj dito que elle auuia | lançado sobre o sitio que foj do de |
 funto Gonçalo de almejda sento | E dous mil Reis e perquoanto tinha | per serto que o
 dito sitio estaua *muíto* | deminuto e deferente do que quando | foj aualiado elle tinha
 destrosado | as prantas e cercas E hũ girar das por | tas para dentra E que outros y o tem
 400 | po Em que despoem aly para ser | arematado E repassado a que tudo | uisto E de
 deficações do dito sitio fei | tas depois de auer lancado Reque | ria [ilegível] dito juis a
 ouuesse per | dezobrigado do dito lansso equando | oqueirão obrigar lhe mandase por o |
 dito sitio no estado En que foj aua | lliado o que uisto pello dito juis Man ||2v.||
 [corroídas duas linhas] | Anna Barreta [corroído] testamentej | ros do defunto Gonçallo
 405 de almejda | para Com sua Reposta lhefazer Com | cluzo para elle dito juis deferir | o
 que lhepareser justissa do que de | tudo fes este termo de requerimento | Em que asinou

⁶¹ Ao lado, lê-se o número 1

⁶² Ao lado, lê-se o número 2

⁶³ A lápis. Ao lado da nota, há um carimbo, formado por dois círculos concêntricos, de cor púrpura, tendo o menor diâmetro de 1,6 cm e o maior, o de 2,5 cm. Entre ambos, am caixa alta, está escrito: ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

o dito Manuel pinto | guedes Com odito juis Eu Mathias | Machado escriuão dos orfãos
oescreuj

Saluador Cardozo de Almeida [espaço] Manuel pinto guedes

410 ⁶⁵E logo Em dita era mes E Anno a | tras escrito e declarado Eu escriuão | em
Conprimento | de mandado do | juis dos orfãos Saluador Cardozo | de almeida dej uista
deste Requi | rimento a Uiuua Anna Barreta E | João barreto E a Heronimo pedrozo |
Como testamenteiros do defunto | goncalo de almeida para Respon | derem a elle no
termo da lej de | que faz este termo de uista Eu Mathias | Machado escriuão dos orfãos o
415 escreuj

// Vista //

||3r.|| [linha corroída] fuj mandado⁶⁶ | [ilegível] laurado requerimento [de] Manoel pinto
Guedes | dizemos nos per nos e pella uista *que* os [sobrescrito ilegível] juis dos órfãos |
deue conforme descrito autorizar a Manoel pinto gue | des a tomar o sitio por estar em
420 seu [corroído] E [ilegível] | sar e izibido de [ilegível] rezão *que* do sitio não se | lhe tirou
couza Algũa e somente lhe falta hũ para | que o feião [ilegível] *que* a gente da [apagado]
que guarda o sitio | comeu o *que* se não podia escavar e outro sim [ilegível] ser | quam
lha de [ilegível] antigo cousa *que* nem des | fas nem fas ao sitio hu no particular do
Mano | el pinto alega de ser pacados os termos da lej sem se | lhe arematar não fas ao
425 cauzo porque faltando algũ | dia dos *que* da direjto Cura em falemsia porem | dias de
mais não fas ao cauzo *quanto* mais *que* fais com | ueniemsia de todas as partes o
Rematerse esta feyta parecer | mais gente couza mais uzada nesta terra pello *que* per |
tudo deue [ilegível] *Senhor* Juis o Brigar a manael pinto tome | o sitio e [ilegível] nelle
arematado o *que* [ilegível] protestamos [ilegível] | queremos e não fasa duuida fazer
430 reposta | em dia feriado por *que* ofazemos per remir nosa alei | xasão e não de pasar
tempo e nos asinamos aos uin | te e seis de dezembro de mil e seis sentos e setenta | e
tres annos Heronimo Pedrozo João⁺ Barreto⁺ | foj me tornado este requerimento com a
Re | posta que asima seue Em os uinte seis | de dezenbro de mil e seis sentos e se | tenta
e quatro annos per ser passado |||3v.|| [corroídas três linhas]

435 Termo de Conclusão

E logo em o dito dia mês e Anno atraz | declarado Eu escriuão fis este Re | querimento
e Reposta concluza ao Juis | dos orfãos Saluador Cardozo de Al | mejda para deferir o

⁶⁴ Ao lado, a lápis, lê-se o número 2

⁶⁵ Espaço de pouco menos de três linhas

⁶⁶ Há, no canto superior direito, o número 3 a lápis.

que lhe pareser | justissa de que de tudo fis este termo | de conclusão Eu Mathias
Machado es | criuão dos orfãos a escreuj

440

[rubrica]

⁶⁷ antes de deferir ao requerimento

de Manuel pinto o escriuão dese

juizo o outer[ga] e satisfeito acordo

para certidão a aualiação do dito

445

citio de *que* se trata e juntamente

a cauza *que* ouue para tornar segun

do nosa praça, para boa deciação

para cauza e cū isso defiriri

se *per* 26 de dezembro

450

de 673 annos Almeida

foj publicado o despacho asima pe | llo juis dos orfãos Saluador Cardozo | de almejda e
mandouse conprise | como nelle se contem Em os uinte | seis dias de dezenbro de mil
|| 4r.|| s[eis sentos e] set[enta e qu]atro [corroído] | [corroída a linha]

[corroído] [Mat]hias Machado es | criuão dos orf[ãos] aescreuj

455

Certidam

Certifico Eu Mathias Machado | escriuão dos orfãos desta Uilla | de sam paullo e seu
termo e dello | dou minha fe en Como no Jnuen | tario do defunto Gonçalo de al | mejda
consta estar aualiado o | sitio de que setrata en sento E | sincoenta mil Reis e per não a |
uer quem nelle quizesse lançar | sobre a dita aualiação a conten | tamento das partes se
460 lansou | sento e dous mil Reis que he o | lanço que lansou o dito Manuel | pinto guedes e
por meser mandado | passar a prezente apasej era uer | dade e mereporto o dito Jnuenta |
rio e me asinej em os vinte seis dias | do mes de dezenbro de mil e seis sem | tos e
setenta e coatro annos.

Mathias Machado

465

Termo de Conclusão

Tendo autuado este requerimento | E passada a certidão que asi[n]a

||4v.|| [corroída toda a linha] do Juis dos orfãos [Saluador] Cardo[zo] |

de almejda [corroído] | [corroído] de que fiz este termo de com | cluzão

eu Mathias Machado es | criuão dos osfãos a escreuj |

---

⁶⁷ Espaço de cerca de 3 cm.

470

[rubrica]

475

480

Uisto o requerimento de Manuel pinto | reposta das partes declaração |
do escriuão da ualiação do citio | estarem os [ilegível] tão diminu |
tos do lanco do dito Manuel pinto | para acantidade em que o dito
citio | foi aualiado per cuia rezão foi | de nouamente a prassa e o
dito | Manuel pinto lancou no dito citio | e o desfraude que alega
ouue no sitio | não ser couza que desfraude a pro | priedade nã perda
que de couza a re | matação delle não pudera aten | der antes que
lançasse notal citio | pello que mando [ilegível] | auendo outro lancador
seja obri | gado o dito Manuel pinto a que | arematem no lanço en que
tem | posto [ilegível] pagara toda [ilegível] | e dano que disso
seresultar aos | órfãos e pague as contas juiz de | paz 27 de dezembro
[corroído]

Saluador Cardozo de Almeida

485

490

495

500

Saibam quantos Este publicuo Estromento⁶⁸ de poder | procuração bastante Virem que
no anno do nascimento de nosso | Senhor Iesu Cristo de mil E seis sentos E oitenta
annos aos de | zanoue dias do mes de outubro do dito anno nesta Villa de | Sam paullo
Capitania de Sam Vicente partes do brazil [corroído] | nesta dita Villa nas cazas da
morada de Antonia pais | donna Viuba onde Eu publicuo tabaliam ao diante no | meado
fuy ChaMado e sendo la loguo pareceu a dita An | tonia pais e por ella mefoy dito Em
minha prezenca | E ao diante das testemunhas ao diante nomeadas Easi[nadas] | que por
bem deste estromento fazia Como fes [corroído] | Constituhio E em lugar por seus sertos
um todo suficientes pro | Curadores a sauer nesta Villa de Sam paullo ao Capitam
francisco | nunes de sequera luis pereira francês E Andre de sequera de men | donça E
na Villa de Santos o Capttam Vicente pires damora | Antonio pinto o Capitam Antonio
de oliuera Manoel da | Murim na sidade do Rio de Janero o licenseado Antonio | barros
o doutor francisco da mota o licenseado Clemente de mar | tis francisco alures E Roque
de barcelos os amostradores que | foram do presente estromento a cada hũ dos quais
dice que | daua Como de feito deu outorgou comsedeu e tras[corroído] | dos seus liures
E cumpridos poderes quantos tenha o direito [de] | dar podia com liure E geral
administracão pera que per | ella E em seu nome E Como ella propia em pecaõ posuia |
nas ditas partes E nas mais onde Cumprir e nececario | for perante os Julgadores que
pertencer por ella outorgante | procurar Requerer E aligar todo seu direito E justisa em

todas | suas Cauzas E demandas moudas E por mouer sobre bens | moueis Como de
 raiz cauzas crimis ou siueis e todas as pe | soas que o seu lhe tiuerem ou deuerem E
 505 logo dar E pagar não | quizerem os ditos seus proCuradores os poderam mandar | sitar e
 a juizo levar e Contra elles [ilegível] Conhecimentos [corroído] | criaturas emventarios
 verbas d[e] testamentos todo mais | jenero de papeis Contratos E obrigasois das
 [corroído] testemu | nhas E outras vir jurar E os julgadores que sospeitos lhe fo | rem
 E os mais oficiais de justisa por tais o Recusarem | em outros que não seiaõ selouuarem
 510 E nos Recuzados [corroído] | a Consentir se lhe parecer segundo Em tudo o foro
 judic[ial] | que sua justiça não paressa jurando em sua [corroído] | os juramentos que
 Com direito lhe pocam E [corroído] E os de Calunia nesesarios E [corroído] nas partes |
 [corroída 1 linha]

|| 1v. || E das Contrarias apelar E agrauar fugir ou Renunciar ou desistir | sem pareser
 515 assim poderam Cobrar E aRecadar E as suas mais | [corroído] toda sua fazenda dinheiro
 diuidas emComendas E o p | rocedido dellas Contas que suas forem E por qualquer
 modo ou. Ra | zam lhe p[er]tensam do poder de quais quer pessoas que lhe tiuerem | ou
 lhes deuerem E de cobrado dar as partes quitasois publicas | ou Razas damaneira que
 pedidas lhe forem E sobestabalecer | [ilegível] muitos proCuradores com todos estes ou
 520 lemitados pode | res E os Rebogar querendo fiquando esta sempre em seu vig | or
 Rezerbando somente para sy noua e velha sitacam que | [corroído] sefora em sua pesoa
 pera do Cauzo dar melhoramentos | [corroído] prometendo de os Releuar do emCargo
 da | [ilegível] que o direito quer E outorga E que sendo que nesta lhe | falta algũa
 solinidade Clauzula ou Clauzulas que aquy | lhas avia porpostas Como se de cada hũa
 525 dellas fizer a | Eispreca E deClarada mencam sob obrigacam de seus | bens que a isso
 obrigou em fee e testemunha de verda | de asim ooutorgou E mandou fazer esta justa
 nota aon | de por ella E a seu Roguo asinou seu filho saluador de oliuera | testemunhas
 que foram presentes Antonio pardo dom | ingos da Costa Antonio baReto todos
 moradores nesta dita | Villa pessoas de mim tabaliam Constituídas que tam bem a |
 530 [corroído] Mathias da Costa tabalião que oEscreuy asim | e a Rogo de minha may
 Antonia pais Saluador de oliueira | Antonio pardo domingos da Costa Antonio bareto o
 qual | se contam Eu Mathias da Costa tabaliaõ do publico | judicial e notas treladey
 bem E fielmente de minha no | ta [corroído] asiney aqui me reporto em todo e por tudo a
 palauras | E letras mais ou menos E occurry E consertey escreuy E asiney | de meus

---

⁶⁸ Sobre o início da palavra, há o número 3, a lápis

535 sinais publico E Razo que abaixo se uem em os | des dias domes de dezembro de mil E
seis sentos E oitenta | annos.⁶⁹

Mathias da Costa

Senhor.^{70 71},

Dis Cicero Principe dos Oradores, que a patria he may Vniversal, e comua de todos, e
540 assim odeuemos | entender pella rezaõ de filhos solitandolhe cada hum en sua
quantidade o bem comun que por | natureza nos comunica, que como affirma o
Poeta, a todos os naturais comunica hum grandiozissimo | amor e affecto mais forte e
poderozo que toda a rezaõ

Este amor de Patria este zello Portugues pello poderozo impulço, com que memoue,
545 meanima a que rompendo | pellas ajustadas leis da rezaõ poça o meu affecto por
ouzado apresentar com o deuido respeito, e reue | rente humildade aos Reais pes de
Vossa Magestade este piqueno manifesto de algumas notisias, E experiencias | que
tenho das Capitanias do Sul do Estado do Brazil, especialmente sobre os Indios
conquistados e re | duzidos a Captiueiro pellos moradores de São Paulo pera que
550 destas limitadas rezois com que as minas | de meu affecto oferesem aVossa
Magestade na tosca pedra do meu entendimento a mais luzida uerdade com que deuo
| proceder, poça Vossa Magestade mandar pulir ou liquidar do limitado fruto que
dellas secolher algumas utilidades | pera o bem comun, e socego daquellas
Capitanias, como particularmente pera o seruico que sedeue fazer | a Deus en
555 seuentilar algum meio que repare as hostilidades dos ditos Indios Captiuos;

Premita Deus nosso *senhor* que asim como o meu zello uai detreminado ao seruico seu,
sejaõ as minhas palauras | taõ efizazes que resplandesendo nellas o bom intento com
que as digo conheça Vossa Magestade o grande animo | e alma com que as ofereço
que como dis São Ambrozio, o espelho dalma resplandeçe nas palauras;

560 Os Reuerendissimos Padres da companhia de Iesus são uniuersais protectores dos
Indios de toda a nação Americana e en seu | fauor, e de todo o Brazil, teraõ já dito
como taõ Christianissimos, e doutos o que sepodia discorrer | sobre esta materia de
tantas consequencias, o que eu não defendo, nem aponto couza que possa | pareser
mal toante aobem das almas daquelles Indios, mais que huma uerdadeira noticia que |
565 os moradores de São Paullo mederaõ estando eu naquellas partes, sobre a conquista e

⁶⁹ Sinal público centralizado logo após o término do texto.

⁷⁰ Centralizado, a 2 cm do corpo do texto.

⁷¹ No canto superior do fôlio há duas numerações, ambas a tinta: 356, manuscrito e 386, impresso

captiueiro dos | ditos Indios paresendolhe que como no dilatado do longe donde
uiuem não seriaõ ouuidos no tribu | nal supremo de *Vossa Magestade* correriaõ a
reuelia suas cauzas sem quem dellas pudesse articular o seu direito;

E como agora sou mandado a dizer sobre esta materia o que souber apontarei com
570 pureza o *que* a elles | ouui, e o que meparesse de seus ditos;

Diseraõme *que* tinhaõ feito, muitos grandes seruissos a Deus e a *Vossa Magestade* que
Deus *Guarde* na conquista dos | Indios; porquanto hera serto que descobrindo Pedro
Alures Cabral o estado do Brazil, sendo | os uerdadeiros senhores e pessuidores delle
os Indios que nelle uiuiaõ, a *primeira* gente com quem setratou | foi com os de Porto
575 Seguro, e com elles sepactou pax, e amizade na coal nos deraõ o direito que | hoje
temos nas suas terras, que nellas pudessemos uiuer, e pouoar pellas comuinienças
dos tratos | e politiqua rational, com*que* os dispunhamos pera abraçarem a nossa
sancta ffee, e reduziremsse | ao sagrado Baptismo de ley de Iesus Christo;

E que sendo este o fundamento que temos no Brazil pera o pesuirmos, e nenhũ outro
580 como constará dos | lugares adonde isto mais expreça mente seexacta, foi tal a nossa
posse no seu consentimento

||1 v.|| [[Consentimento]] que logo daly por diante desfrutamos da mesma terra o Pau
Brazil e outras | drogas que entã paçauaõ a este Reino, sem nenhũa repugnância da
sua uontade contra a nossa | posse, mas antes por nos conseruarem nella nos
585 enculquaraõ modos de Agriculturas pera augmentar | a nossa sustentação, satis
fazendolhe com os instruimos ao gremio da santa Madre Igreja

E que depois que paçou Americo a descobrir o circullo antartiquo, fora o
Reuerendissimo Padre Nobrega da *Companhia* | de Iesus á Capitania de *São*
Viçente, e nella e seus Companheiros reduziraõ *muita* gentilidade, e com o seu |
590 consentimento tiueraõ os nossos exploradores a posse de hirem pouoando todas
aquellas terras, cha | mando a todas aquellas gentes que com mançadaõ amizade e
socego uiuiaõ comnosco, Indios mancos

E que ate aquelle tempo senaõ penetrou certaõ por nenhum Misionario, mais que o de
São Paulo | pellas Sanctidades do *Padre* Iuzeph de Anchieta e do Santo Padre Ioaõ
595 de Almejda e seus companheiros | que com poder de milagres faziaõ abalar pera
pouoado a sefa[ze]rem⁷² Christaos o mais agreste gentio

---

⁷² Pelo contexto, melhor *se fazerem*

E que sendo isto asim pasaram alguns annos athe que aquelles que por sua braueza e tiranias | lheuieraõ achamar gentio brauo, que no sentro daqueles sertois estauão embrenhados ou foçe pello | odio dos que chamaõ manços uniremse ao nosso
 600 gremio, ou pello exerciçio de sua braueza por serem | costumados a continuas guerras pera captiuarem gentes e fazerem delles asougue pera sua sus | tentação; desçeraõ abaixo a pouoado a tiranizarem os Branquos *que* en suas cazas uiuiaõ qui | etos, e socegados;

E que Irritados aquelles moradores *que* antaõ começauaõ auier em *São Paulo*, das suas
 605 crueldades | foraõ em ordem de pax ás suas terras pera uer se os podiaõ capacitar a que os não ofendesem | o que não consentindo sepuzeraõ en som de guerra contra os Branquos, e rezultou desta pen | dencia en sua natural defença, o captiuarem alguns destes gentios *que* trouxeraõ á pouoado | e delles seseruiãõ nas suas lauouras; instruindoos como catholicos pera se baptizarem como | sempre ofizeraõ,

610 E que este gentio por sua grande braueza, e brutualidade, não ser capax de sereduzir no seu | sentro, por nenhuma sorte de miçionario os traziaõ a pouoado, e nelle os faziaõ idoneos pera por sua | liure uontade seadmitirem a ley de *Iesus Christo* nosso *Senhor*;

E que nestas e outras entradas, em *que* sempre andaraõ os serenissimos Reys e senhores
 615 nossos | de Portugal; lhe não impediraõ o poderem uzar da seruidaõ destas gentes e que sendo | asim lhesparesia faziaõ nisto que alegauaõ grande seruiço a Deos e a *Vossa Magestade* pelas rezois seguintes:

A primeira que era uerdade, e elles não ignorauaõ, que por nenhũa lei diuina nem humana pela | rezaõ de Catholicos, podemos Captiuar nem uiolentar nenhũa nação inda gentilica ao nosso | gremio pella força do direito natural, sem *que* elles
 620 comcorraõ de sua liure uontade, no que | os querem admitir, exçetuando sómente aquelles que nas suas terras estaõ sentençados | pella tyrania dos outros, a secortarem em asougues pera sustento daquella Barbaridade | e como titolo delle redemirmos a uida e os fazermos christaõs sustentandoos e tratando delles | como de nos que so por esta rezaõ nospodemos servir delles; como melhor constará da Bula |
 625 *que* os Summos Pontifiçes consederaõ a este Reino sobre o gentio de guine.

E que sendo isto asim não sabiaõ seestaua interrompida esta lei se pela meliçia dos
 homens se pela | rezaõ dos suçessos, porque estauaõ uendo continuamente hirem de todo o Brazil por trato e *negocio*

||2 r.|| [[*Enegocio*]] a Angolla e a essas mais conquistas a carregarem nauios dessas
 630 gentes, *que* sem nos ofen | derem, em huma minima os estamos uendendo, e

alheando, sem deixar de seguir esta regra ne | nhũa sorte de estado, e affirmariaõ elles,
 que isto asim como sepratica, sesexecutara o *que* era rezaõ | que muitas fazendas
 engenhos e cazas auiaõ de achar fundamentos pera dizerem que os de guine | heraõ
 directamente captiuos, e inda em rezaõ de estarem nas suas terras sem nos hirem mal
 635 | tratar as nossas, em que nos ualesse pera os mal tratarmos, o direito natural da
 defençaõ

E que isto suposto coanto mais direito tinhaõ elles naquelles que uindo nos ás suas
 terras, e osfazer | mos christãos em ordem de republica, e poli[ti]ca⁷³ racional
 irmanandonos com elles, cazandolhe | con suas filhas, como se uiu nos primeiros
 640 pouoadores, e outros agrados filhos da nossa Christan | dade; pera nos pagarem com
 os asaltos com que tem tiranizado, nossas uidas nossas fazendas | com execrandas
 crueldades sem perdoar á mais tenra Ignocensia, como comos nossos olhos ti |
 nhamos uisto en todo aquelle estado em muitos lugares da *Bahia*,

E que senaõ paresera deshumana comparasaõ puderaõ trazer a seu fauor a conquista da
 645 mesma | America, pellos Espanhois; que pera sedarem a temer e asegurarem a sua
 Monarquia, e descansso | uzaraõ algumas Tyrantias não premitidas a sua christandade
 e que setermos⁷⁴ as historias | antigas, e modernas do Peru, achariamos que inda á
 uista daquelle taõ grande estrago *que* nelles | fizeraõ estaõ inda deprezente uzando de
 suas Barbaridades; sendo esta gente mais domestica | que estes indomitos, e
 650 entrataueis do Brazil, que nunca por nos foraõ conquistados mais que | como doçe
 da pregação de tantos misionarios que tem penetrado esses sertois sendo a nossa |
 Piedade e brandura total motiuo de huma uniuerossal inquietação, despouoando as
 terras per | dendo as fazendas, e dandolhe ouzadia a que mui breue de todo
 nosfizessem despouoar, e que | se elles Paulistas não foraõ com as suas entradas no
 655 sertoaõ que ja hoje estiueros dos ditos | gentios tragados e comidos;

E senaõ que odiseçe a antiguidade da Capitania do Spirito Sancto, e goaitacazes, e pera
 o norte | o Rio das carauellas Porto Seguro Patipe, e os Ilheos o lastimozo estrago,
 que en seus mora | dores fizeraõ não escapando no sagrado da Igreja donde
 osapanharaõ juntos pera ahy osma | tarem, e tiranizarem, e que odiga tao bem o rio
 660 das contas, Camamu, Cairu, as muitas uezes que | foraõ destruhidos, e despedaçados,
 e que falle o reconcouo da *Baia* Gegoaripe, Capanema, Maragugipe | e Caxoeira as
 uezes que despouoaraõ suas cazas lauouras de farinha, com *que* sustentauaõ aquella |

⁷³ Pelo contexto, melhor seria *politica*

⁷⁴ *termos* por *lermos*

Cidade e finalmente o Rio grande e as nouas pouoacoes do Rio de *São Francisco*, a
 quantidade de gentes | e a multidão de gados *que* mataraõ e o aperto em *que* todo o
 665 Brazil setem uisto não podendo atalhar | este dano, nem tropas de Campanhistas nem
 terços de emfantaria *que* não foçe tudo destruído | ou pello agreste dos caminhos,
 fomes e asaltos com *que* o mesmo gentio os distruhia, e matauaõ como | fizeraõ no
 Cairú auançando hũa estância de soldados *que* nem o Cappitam lheescapou, e final
 mente | não falando em outras muitas antiguidades *que* seexperimentaraõ outras
 670 maiores crueldades no | lastimozo espectaculo *que* sechegou a uer en caza de
Andrade de Couros no Cairú e outros muitos *que* | se uiraõ nas taperaroquas en caza
 de João Peixoto Viegas;

E *que* chegando a *Bahia* a tal extremo *que* estauaõ Postos como en serquo pello aperto
 com *que* este gen | tio tinha destruhido seus recomcouos, lhemandara pedir o
 675 *Governador Geral* Afonço Furtado; a elles | Paulistas lheuiesse afugentar aquella
 gente, com *que* com effeito uieraõ, e pactando com elles

||2 v.|| [[Com elles]] sobre este ponto de escrauidaõ não somente lhoconsedeu, como
 outras honrras e fa | uores, *que* delle receberaõ, e *que* fazendo sua uiagem á Serra do
 Orobo *que* seruia de Couil aqueles | monstruozos indiuiduos da natureza humana
 680 ficou taõ destruhida *que* jamais setornou | a experimentar nenhum outro aluoroço.

E *que* aquietandoçe a *Bahia* com o efeito de suas armas ficaraõ os Sertois liures *pera* os
Padres misionarios | reduzir e catiquizarem aquelles a *quem* chamamos manços, e
que finalmente nenhũa outra | conquista tinha o direito de os catiuar pello ~~direito~~
 rezaõ *que* alegauaõ senaõ elles Paulistas | porquanto lhe não custaua o trabalho de os
 685 irem conquistar aesse çentro do sertoõ com o dis | pendio de suas fazendas e Riscos
 de suas uidas, nem elles ofenderaõ nunca a nenhuma | aldeia mança *que* auezinha com
 as pouoaçois porquanto hesses se não deixaõ captiuar | tanto por estarem debaixo da
 administração dos *Reuerendissimos Padres* da *Companhia* como por serem mais do |
 mesticos e por sua liure uontade procurarem o gremio da Jgreia, e mais quando
 690 nenhuma | desta gente setem uisto servir a outrem mais *que* por seus interesses;

E *que* elles Paulistas eraõ os uerdadeiros exploradores do Brazil, e nisto tinhaõ feito
 grandes seruiços | a *Vossa Magestade* pois com o seu temor, e armas afugentaraõ o
 mais do gentio brauo *que* auizinhaua | com os das marinhas deixando lugares capazes
 pera sepouoarem como taobem no sertoõ donde | ficou mais franqueada a entrada
 695 áquelles *que* nesses longes quizeraõ estender seus gados | pera sustento de todo o
 Brazil; tendo *Vossa Magestade* muitos grandes rendimentos de toda esta Criação, e

que | elles tinhaõ descuberto as minas do *muíto* ouro *que* ha naquellas Capitánias de
São Paullo Pernagoha | Pernahiba, e as serras, do Sobrabusu adonde dizem tiraraõ
finississimas esmeraldas os Azeredos | do Spirito Santo, e a serra de Soroquaba,
700 adonde tirou copioza prata o marques das minas *Dom* | *Francisco De souza*, e *que*
nenhũa destas couzas puderaõ conseguir sem o seruiço deste gentio pois com elles |
curçauaõ os mesmos sertois, e com elles abriaõ os minarais, e uzauaõ do lauror com
que sustentauaõ | todo o Brazil, de farinhas de trigo, e de pau, Carnes feiaõ Algodois
e outras *muítas* mercansias de *que* | pagauaõ a *Vossa Magestade* seus tributos; e
705 quintos do *muíto* ouro que tirauaõ. E que não era justo que | o que elles faziaõ por
seruiço de Deus, em oscregar ao gremio da Jgreia catholica, pera a sal | uação de
suas almas, e em seruico de sua *Magestade* de com elles fazerem suas entradas pera |
aquietação de todos com particular bem das pracas, e augmento de suas terras e cazas
que | a custa de tanto sangue que das treições do *dito* gentio tinhaõ por hesses sertois
710 deramado | lhos fizessem agora libertos pera os destruhirem, e daqui amenhan a
mesma malicia que | hoje trazem sopeada com o temor do captiueiro, a soltem com a
liberdade, e seleuante com elles | e com todo o Brazil, Coanto mais *que* esta
conquista a não fazem mais *que* ao gentio brauo | adonde os *Reuerendissimos*
Padres misionarios não chegaõ com suas misois nen esta braueza he capax | de
715 sereduzir na liberdade de seus sertois sem os fazer domesticos em pouoado.

E Depois de todas estas rezois mepreguntaraõ se seria melhor deixallos augmentar en
sua | diabolica seita, barbaros costumes augmentando o inferno, com seus dezatinos
en prejuízo | de nossas uidas, e fazendas ou se seria melhor chegaros a fazer
catoliquos, e a seus filhos naturaliza | llos, *pera* augmentar os poucos com a sugeição
720 de osseruir; Eu lhe não soube responder sem

||3 r.|| [[Sem]] de tudo dar uista a quem poca rezoluer o que melhor for pera o seruiço de
Deus e de *Vossa Magestade*

O Que somente direi de seus ditos, pello que, vi pizei, e apalpei he que estes moradores
de *São Paullo* são | gente indomita e incapax de sereduzirem a termos expeculatiuos
725 ou práticos porcoanto entre | elles, as suas leis são as da comuinencia, e do gosto, e
como nestas duas uazes fundaõ os aliseresses | dos seus interesses paresseme que *pera*
os desuadir, e derrubarlhe as torres da opiniaõ com *que* defendem a es | crauidaõ do
gentio *que* he o tudo en *que* sefunda o seu objecto, ou ha de ser com huma bateria
Real | que os araze e destrua, ou com huma ardiloza [*rasura*] endustria que os
730 contente pera por estes | caminhos, os reduzir a termos praticaveis e de rezaõ, porque

de outro modo pareseme será de nenhun | fruto porquanto no emficionado daquella
 republica ham de obrar mais os medicamentos benignos | e de linitiuos do *que* a
 uiolenta cura de lhecortar logo os erpes;

Acreditarei isto que digo como *que* succedeo pouco antes de eu chegar á Villa de santos
 porto da Villa | de *São* Paullo.

Gouernando á mesma Villa Thomas *Fernandez* de Oliueira serto frade por ser seu
 inimigo escreueu a *São* Paullo | que o dito tinha huma hordem pera publicar que
 nenhum Indio de Cabello Corridio foçe ca | ptiuio , improuizo desçeraõ abaixo melhor
 de sinco mil homes entre Brancos mistiços e | mesmos Jndios armados e com hum
 terremoto horriuel auançaõ á caza do *Cappitam* pera omatarem | e queimarlhe as
 cazas, fechandoçe e pedindo auxilio a Deos, e á algumas peçoas de maior quinhão |
naquele sequito amutinado, requereu o não matassem sem seproçeder juridicamente
 do que lheleuantauaõ | atalharaõ o incendio das uiolencias os *que* os capitaniauaõ, e
 tirandoçe deuaça seachou ser tudo falço | nascido do dito frade com *que* se retiraraõ
 quietamente;

Pouco tempo depois succedeo hir a *São* Paullo; o Cindicante Joaõ da Rocha Pitta, e
 presumindo os Pau- | listas *que* elle trazia a mesma hordem, pello dito auer no rio de
 Janeiro libertado algum seim | quietaram de sorte que foi nesecrio dizer o dito
 Sindicante que tal hordem não trazia

Agora de proximo hum fulano, galete, que foi prouido pello *Gouernador Geral Antonio*
Luis Gonçalvez da Camera | por prouedor ou outro officio das minas der Pernagoha,
 pello não chegar a pesuir leuantandolhe | o mesmo foi tal a carreira que lhederaõ que
 a bom saluamento, uejo parar na *Bahia*, adonde fica

Porem Abstrahindome de tudo isto que rellato, taobem mepareçe não ha regra sem
 excepção porque entre | este pouo ha taobem homes que em parte poderaõ tolerar
 algumas condiçois en fauor do gentio | animandoos *Vossa Magestade* com a merçe
 de honrrallos, porque alem de terem inda aquella inclinasaõ que | seus primeiros
 pouoadores tinhaõ a data de coalquer roupa Vermelha; com *que* os primeiros
 exploradores | os contentauaõ inda hoje existe nelles tanto este honorifico *que* se
Vossa Magestade asim sedignar de oman | dar fazer tera duplicadas minas e muito
 maiores interesses en seus comérçios;

Senhor o que só digo he que caresse muito aquellas Capitancias deste mesmo gentio
 quer liberto quer Cativo | porque sem elles nem *Vossa Magestade* terá minas nem
 nenhũ outro fruto daquellas terras por ser tal | a propriedade daquella gente, que o

765 *que* não tem gentio *para* oseruir uiue como gentio sem caza mais | *que* de Palha sem
 cama mais *que* huma rede, sem ofício nem fabrica mais *que* canoa linhas anzois | e
 frexas armas com *que* uiuem *pera* sesostentarem e de tudo o mais são esquecidos,
 sem appetite de | honras *pera* a estimação nen *augmento* de cazas *pera* a conseruasaõ
 dos filhos, porque inda *pera* hirem a de | zobriga da Igreja alegaõ *que* não tem
 770 uestido e os *que* mais tem antes de tratarem do *que* hão | de uestir trataõ do *que* hão
 de comer com descanso das suas peçoas e nisto occupaõ a *primeira* gente

||3 v.|| [[Gente]] *que* posuhem, *que* só a *que* lheresta do seruico da caza da Rua e do
 campo occupaõ em | lauor, e não paresera *que* o ter *muíta* ou pouca gente aquellas
 Cappitanias he capas de fabricar em | *muíta* ou poucas terras senaõ auer *muíto* gentio
 775 *que* he so o *que* seemprega em todo este trabalho, e inda | digo mais *que* se *Vossa*
Magestade mandara pouoar aquellas terras com a mais robusta gente, e rustica | *que*
 tem o seu reino aos coatro dias sereduziaõ na mesma forma dos Paulistas, porque he
 serto | *que* daquellas bandas se não tem uisto athe hoje Criado *que* ua de Portugal
 com seu amo | *que* não aspire logo a ser mais *que* elle, e por todas as rezois comuem
 780 a todo o Brazil auer nelle | *muíto* negro de guine *muíto* gentio da terra, *que* sem esta
 gente se não podera tirar nenhum | fruto do Brazil porque tudo llá e o de lla he hũa
 mera preguiça como asim oacredita D.| Francisco Manoel no *liuro* *que* compos
 preguiça do Brazil;

Restame⁷⁵ agora dizer algũa couza sobre o natural do mesmo gentio agregando alguns
 785 acceçorios | *pera* melhor seuintillar e deçidir o ponto desta questaõ, e aclarar mais
 algũas comuinienças | pertencensentes⁷⁶ ao nosso estado, valendome de muito
 grandes authoridades particular mente | dado Antigo Tertuliano em *que* dis *que* he
 couza asentada atribuirense as propiedades | dos homens aos climas das terras em
que nasçem ou em *que* uiuem, donde ueio os comicos cha | marem aos da Phrigia
 790 Timidos, e Salustio aos Mouros uaós, e aos Dalmatas ferozes, e aos Cre | tençes
 chama o Apostollo Saõ Paullo mentirozos;

Não tem menos propriedades no seu clima este gentio do Brazil em todo do *que* tem em
 partes os de *que* | setrata nos textos apontados *porque* por natureza tem o serem
 timidos e traidores e por trato uaós | e sem firmeza e por officio tyranos e ferozes, e
 795 por mais *que* tudo mentirozos sem palaura sem ffee | nem lei nem Rey; não
 moatreuera a dizer se asim o não tiuera ja dito em propios termos o *Reuerendissimo* |

⁷⁵ Há um espaço pouco superior a uma linha para iniciar esse parágrafo

⁷⁶ *pertencensentes* por *pertencentes*

Padre Simão de Vasconsellos da *Companhia* de Iesus no seu *liuro* que fes das couzas
 curiozas do Brazil en *que* / dis em hum lugar falando das naturezas do mesmo gentio;
 no *liuro* 1 *folha* 135 nº 134 são incons | tantes e uarios; e em outro do *liuro* 1 *folha*
 800 126 nº 125 *que* são cruelmente uingatiuos com crueldades | deshumanas; e *folha* 156
 nº 156, Tapuias he gente atreicoada e tragadora *que* igoalmente anda a caça | da gente
 e das feras pera pasto da gulla, e a todas as naçois tinha feito insultos quer no |
 publico quer no secreto e por isso hera tida de todos por inimiga, E no *liuro* 2º, *folha*
 171 nº 1º hum | tragador da gente humana amator de Ciladas hum saluagem em fim
 805 cruel e deshumano | comedor de seus propios filhos sem Deos, sem Ley, sem Rey
 sem patria sem republica sem rezaõ | e pellas experiencias que delles temos nada do
 que obraõ a nosso fauor he por uontade pro | pia, senaõ pello temor das armas e da
 sugeiçaõ do captiueiro ou de alguns mimos com *que* os obri | gamos; porem como
 nelles esta inconstança he natureza estaõ dispostos a coalquer terramoto | de Armas
 810 *que* haja contra nos a seleuantarem e fazerennos *muito* danno como suçedeo na
 guerra | com que inuadiu o olandes o estado do Brazil com quem logo seuniraõ e
 rebelandose contra | nos nos perseguiraõ forte *mente* por hesses matos pera onde
 setinha retirado a maior parte | da gente que não era de armas, e com este fauor teue o
 Jnimigo ásistencia de tantos annos
 815 ||4 r.|| [[Annos]] em Pernambuco que não pudera conseguir por limitados tempos; se a
 gente retirada tiuera | lugar aonde seemcorporasse, que não faziaõ pello temor do
 estrago que pellas costas lhefazia esta | barbaridade que se os não tiueraõ pão deraõ
 nessas brenhas incorporarçe os nossos e fazerem suas | surtidas que não tiuera o
 inimigo mais lugar que encurralarsse nas praças porque franquean | dolhe, as
 820 campanhas, e empedindolhe os uiueres de neseçidade ou seauiaõ de retirar ou render
 tanto | por não serem capazes de pendençiareem nos mattos, como os nossos naturais
 serem destricissimos | mais que nenhũa naçaõ como seexperimentou em Pernambuco
 Assim *que* por *muittas* rezois sedeue trazer este gentio sopeado e atemorizado como
 terramoto das armas | dos Paulistas pera *que* não preualeçaõ en seus soltos dezatinos,
 825 e mais quando conuem isto *muito* pera | seguranca do mesmo Brazil porque
 meparese não terá ouzadia, nenhũa naçaõ estrangeira de | oemuadir nen tendo de
 dentro quem osocorra, nem a nos nosofenda pellas costas porquanto tem | hoje
 aquelle estado *muitta* gente mesticos e ainda Indios manços e domesticos, e tanto
 estes | como os que trazem doutrinados, os Paulistas são *muito grandes* guerreiros e

830 os que melhor obraõ en se | melhantes conflictos como seuiu en Pernanbuco no
regimento do Camaraõ e De Henrique Dias

Tem aquelles sertois algumas Aldeas com titolo de domesticas debaixo de algũa
administra | ção que não querem admitir *Padres* Spirituais nem sugereiremçe á
doutrina, e apenas ofazem no | Baptismo, estes he *muíto* nesecario fazellos admitir
835 ministro da Jgreia, por duas rezois a *primeira* | pello bem de suas almas, a segunda
por lheempedir *quem* os administra a que não desçaõ a | baixo a pouoado a fazer
algum danno, aos branquos como setem uisto com o titolo de Brauos | fazerenno, o
que não poderaõ conseguir com essa facilidade por lheseruir o administrador de |
testemunha de uista.

840 Aduertindo que estes *Padres* sejaõ Portuguezes ou de nação segura sendo da
Companhia de Iesus pello grande | cuidado⁷⁷ que tem de suas uidas e almas e bons
costumes, *porque* segundo dizem *muítos* sertaneios | em algumas aldeas adonde
asistem estrangeiros, andaõ aquelles Indios mui fora da nossa | obediência e não sey
se comefeando a danação do administrador, não affirmo por certo *porque* | o não uy,
845 porem so direi que estando eu na Cappitania de sergippe del Rey auera sete *pera* oito
| annos, ueio chamado da camara *daquela* Cidade hua piquena Aldea *que* com ella
auizinha | *pera* selhefazerem perguntas de sedizer que a Aldea do Rodelas *que*
auezinha com o Rio de São Francisco e está debaixo da administração de Religiozos
francezes, lhefizeraõ auizo se passassem | *pera* llá e se encorporassem com elles
850 *porquanto* os seus padres hiaõ ajuntando mais *pera* conseguirem | hum negocio que
importaua a todos, e outras couzas *que* não repito por pareserem Ipoqhri | cas, e
tratadas por gente que tem por natureza, o estar sempre mentindo, porem a maior cau
| tella e preuenção numqua fes danno, mas antes espertou o duertido;

Isto que digo *Senhor* he o que sey, e o que sinto das experiencias e notisias *que* tenho
855 dessas terras e não | digo mais sobre esta materia *porque* este ponto he mais *pera*
sedetreminar en cadeiras por quem | osaiba resolver do que explicado por mim *que* o
não sey detreminar, en concluzão e rezumo

||4 v.|| [[E rezumo]] de tudo o que tenho dito e olho por consequência infaliuel que todo
o Brazil carese | dos homens de São Paulo *porque* as monarquias e tudo o mais,
860 pellos meios por donde seadquiriram | por esses mesmos sedeuem conseruar; e sobre
tudo permita nosso *senhor* *que* sejaõ as fortunas *daquelle* | Estado tam grandes como

---

⁷⁷ *cudado* por *cuidado*

os intentos de suas Reais Eleiçõis, e tão prosperas *que* cheguemos | todos a uer nos
felicissimos annos de *Vossa Magestade* compridas todas as promessas que a diuina |
palaura assegurou aos senerissimos Reis de Portugal predecesores de *Vossa*
865 *Magestade* que Deus *Guarde*

Umilde Vaçallo de *Vossa Magestade*⁷⁸

Bertolomeu Lopez de Caruallho⁷⁹

Papel sobre a moeda por Bernardo

Vieira Ravasco, Irmão do Padre Vieira⁸⁰

870 *Senhor*⁸¹ [espaço] Mandame *Vossa Excellencia* que vendo a carta Del Rey Nosso
Senhor | escrita em 29 de Março de 686 sobre a moeda e considerandoa | com toda a
ponderação lhe de o meu parecer. | E ainda *que* a materia he tão superior ao meu luizo
sacraficarei ao conceito *que Vossa Excellencia* | seservio fazer da minha insuficiencia o
discredito de o não sa- | ber igual <ar> nem acertar a merecer.

875 He a substancia da carta querer *Sua Magestade* evitar no | Reyno o
cerceo da moeda de 7 outavas e meia *que* permite correr | eno Estado a cerceada *que* a
ella pode passar por não ter 4 outavas e | meia. Consumir ou reformar a *que* no Brazil
houver cerceada. | Prohibir se não cercee nella a de 7 outavas e meia. Obviar a con= |
fusão *que* rezulta a Republica de não ser a moeda toda hũa. Não | ficar obrigada a sua
880 Real Fazenda á perda *que* na moeda do Es= | tado pode haver. E ordenar a *Vossa*
Excellencia remedee aquelle prejuizo pel- | lo meio mais suave aos Povos. E *que*
quando se não ofereça remedio | *que* não seja violento lhe de *Vossa Excellencia* conta e
informação muito pello me= | por menor do Estado da moeda com os pareceres *que*
consultar para / *Sua Magestade* rezolver o *que* parecer mais conveniente a seu Real
885 ser= | viço e bem de seus vassallos.

O estado prezente da moeda *que* há no Brazil he | constar geral mente
toda de patacas Peruanas *que* pella liga estão | intactas Mexicanas e de Colunas hũas
ainda sem vicio outras | mais ou menos cerceadas e deformes mas de todas se acham |
falças. Na moeda meuda *que* he a menor não ha cerceo. Cor- | riaõ as patacas cunhadas
890 por 600 reis e depois introduzio o uso | valerem 640. A este respeito as patacas de 300
reis por 320. as | meias de 150, por 160. Os tostoins *que* tinhaõ subido de 100 reis à |

⁷⁸ Entre o fim do texto e o fecho, há um espaço de cerca de 4 linhas.

⁷⁹ Entre o fecho e a assinatura, que se localiza no canto inferior direito do fólio, há um espaço de 19 cm.

⁸⁰ Entre o cabeçalho e o texto, há um espaço de cerca de duas linhas.

⁸¹ O grafema <s> que inicia o texto, tem módulo equivalente a duas vezes os módulos dos demais grafemas maiúsculos

120 se cunharaõ por 200 reis os meios tostoins huns por 80 reis | e outros por 100 reis e
 assim correm. Prezumesse haver nesta Ca | pitania *muito* dinheiro oculto na avareza dos
que vivem mais sobra | dos na Cidade e pellos Certoens do Reconcavo e de Seregipe de
 895 | El *Rei* donde o exceso do valor pasado dos Tabacos lhas levava | o [ilegível] despezas
 conservaõ e he opinião constante dos homens | de negocio e dos *que* o não são *que* só a
 quarta parte da moeda *que* há ||1v.|| anda na Praça.

Isto suposto o meio *que* me parece mais convenien- | te *para* se impedir o
 cerceo da moeda no Brazil e o pasarse a ella | a cerceada do Reyno: he haver no Brazil
 900 moeda Provincial di= | versa da *que* no Reyno corre *para que* nem sepasse a ella a do
 Estado nem | os Estrangeiros lhatirem ou lhapossão introduzir falsa.

Mas *para* me poder explicar melhor nesta materia | procurarei falar nor
 termos mais proprios de huma profição tão | alhea da minha e em *que* mefoi preciso
para errar menos consultar a pessoa *que* achei mais inteligente della.

905 E *para* tratar da moeda se há de presupor *que* hu mar- | co de Prata tem /
 como sesabe / 64 outavas cada outava tres di= | nheiros / *que* são o mesmo *que* no Ouro
 os quilates / e cada dinheiro | 24 graõs. E *que* o marco de Prata summamente puro não
 tem | mais *que* 12 dinheiros de fino; e cada dinheiro de fino val 16 dinheiros | de pezo.

Toda a moeda sepode alterar substancialmente ou | no fino ou no pezo e
 910 accidentalmente no valor. O fino seentende a | quella porção intrinseca de Prata ainda
que não seja finissima | O pezo aquelle numero de outavas *que* tem huma moeda e o
 valor | aquelle extrinseco *que* o Principe lhequer dar a seu arbitrio.

Para a moeda Provincial não admito alternarse | no fino: por *que* ainda
que com a liga sepoderia multiplicar ma= | is moeda como he conveniente na falta
 915 publica seria gra= | vicimo prejuizo fabricarse moeda taõ deterior *que* facilitase | aos
 Estrangeiros meter no Brazil *muita* falsa *que* della senaõ distingui= | se: e⁸² tornando o
 mal *que* sepretende tirar a seus principios ser | necessario buscarse despois novo remedio
 a elle com intolera= | vel quebra dos cabedais particulares e ruina do Estado.

Não admito tambem alterarse no valor extrin= | sico asim por estarem ja
 920 os Povos habituados ao da moeda | actual como por ser elle o *que* mais justa harmonia
 hade fazer | com o pezo da nova suposto o preço *que* ha de ter de fino .

Hase de alterar a moeda somente no pezo e na | estampa: no pezo com
 pouca differença do *que* Sua Magestade *que* [rasurado] | tenhaõ as moedas estranhas *que*

---

⁸² o <e> é tironiano

no Reyno permite *que* cerceão | na estampa com a dessemelhança *que* basta a fazella
 925 diversa ||2r.|| da do Reyno: pois o intento he não poder a moeda Provinci= | al ter uso
 algum mais *que* unicamente no Brazil donde não ha | de correr outra.

Asentada pois nesta Cidade como Metropoli do | Estado a caza com todas
 as Oficinas e Officiaes de *que* secompõem | todo o dinheiro *que* nella entrar se ira logo
 cortando e separan | do as moedas *que* seacharem de cobre Xumbo ou Estanho: e | todo
 930 o mais se ha de entregar por pezo. Esta separação das | falsas seha de fazer não tanto
 porque não entre na moeda no= | va aquella porção das totalmente falsas e se
 desacredita a Pro= | vincial com a fama de levar aquelle vicio como por seevitar o= |
 concurso da muita⁸³ falsa *que* poderia remeter logo ao Estado saben= | dose *que* entrava
 ella com a boa na caza da moeda havendo o Povo | recebido o dano precedente *que* com
 935 esta prevenção sesuspende.

Separada a moeda falsa e juntas todas as Mexi= | canas do Rozario ou
 Peruanas e de Colunas grandes e piquenas | se ha de fazer huma conversão universal de
 toda quanta mo= | eda Castelhana ouver no Brazil e tostoins cunhados por 120, | 160, ou
 sem cunho: não toda junta por *que* he impossivel se não | sucesivamente naquellas
 940 quantidades *que* ellegerá o fabricante. E | fundida ha de ficar toda huma maça sem
 sedistinguir nella | mais qualidade *que* a *que* rezultar daquelle mixto confuso de todas.

Desta maça ou materia se ha de formar a | moeda Provincial a qual ha de
 ter de Prata fina 515 reis e meio | *que* vem a ser o mesmo *que* responde ao pezo e de
 pezo 6 outavas e | 48 grãos *que* são 20 dinheiros a titulo de des dinheiros e 20 grãos de |
 945 fino e de valor extrinsico 640 reis *que* he o porque correm actual= | mente as duas
 patacas. Mas para com as moedas Castelhanas | se extinguir tambem a memoria deste
 nome sechamará | propriamente a nova moeda Brasiliana. De maneira *que* a | Brasiliana
 de 640 reis hade ter 515 reis e meio defino *que* he | o seu valor intrinsico e 6 outavas e
 48 grãos de pezo *que* são 32 | grãos menos das 7 outavas e meia *que* Sua Magestade he
 950 servido *que* tenhaõ | no Reyno as moedas de Castella permisivas e deste modo vem | a
 ter menos *que* ellas meia outava menos 3 grãos.

||2v.|| A este respeito a Brasiliana de 32 ha de ser de 10 | dinheiros e 24
 grãos: a meia Brasiliana de 160, de 5: e a | sim se procederá em todas as meias moedas
 inferiores des= | cendo ate 40, e 20 reis lavrandose de cada espécie destas a | quella
 955 quantidade de *que* o Povo houver mister mais abundancia.

---

⁸³ Lê-se melhor <moeda>

Mas se seduvidar por *que* toda a maça da moeda | Provincial fica em
 titulo de 10 dinheiros e 20 grãos de fino. | Respondo *que* o Marco de Prata da Moeda de
 Mexico e de Colu= | nas tem onze dinheiros de fino *que* são 7 onças 2 outavas e 2 |
 terços de outava de Prata pura e limpa e 5 outavas e 1 | terço da outava de Cobre *que*
 960 tudo junto faz o marco. E como | nesta maça se incluem as moedas de Coluna e
 Mexicanas | *que* tem aquella porção de Cobre e as Peruanas de Rozario *que* tem | a
 grande *que* as livrou de serem cerceadas e todo este cobre e | Prata se ha de confundir na
 conversão de todas ficando os | metais huma só maça não se lhe pode dar titulo de fino |
 mais *que* o de 10 dinheiros e 20 grãos. Com o *que* fica a moeda | Brasileira superior as
 965 Peruanas de Rozario e inferior as | Mexicanas e de Colunas no fino e as *que* Sua
 Magestade manda *que* cor= | raõ em Portugal no pezo: e igual as *que* vam de exceso dos
 | 515 reis e meio do valor intrinseco 124 reis e meio *que* he o *que* bas= | ta para se não
 poder levar do Estado.

Os tostoins *que* correm no excessivo preço *que* está | dito escuzam / como
 970 Portuguezes / a conversam pois sedefen= | deraõ sempre com o seu valor de os levarem
 os Estrangeiros e⁸⁴ como | o Povo os tem naturalizado por uso tam antigo e não póde
 sahir | daquela maça o numero dos *que* hoje ha sedevem perpetuar pois | para
 sefabricarem novas moedas de 50, 100 e 200 reis e cruzados | de 400 reis será necessaria
 maior despeza da fabrica a *que* se | deve atender e asim se escuzado.

A diferença *que* a moeda ha de ter na estampa | he abriremse de huma
 975 face dous círculos revelados pella su= | perficie de sua extremidade ente os quais se
 eternizaõ o= | gloriozo nome de Sua Magestde e no meio as suas armas Reais. Mas ||
 fol. 3r || como o Brazil he Principado dos Primogenitos Serenicimos des= | ta Coroa:
 Sendo Sua Magestade servido para a diferença da inscripção po = | deria tambem ser
 980 Princeps Consilia 111. Da outra facie entre- | iguaes circulos a inscripção ordinaria In
 hoc signo vinces e no meio | huma crus tambem revelada com seus cravos levantada
 sobre | a terra por ser o primeiro nome *que* deu a esta Região Pedro Alvarez | Cabral
 quando a descobrio e nella arvorou aquelle Santicimo Lenho.

Para se remediar pos o dano da moeda mandou | Sua Magestade *que* se
 985 elleja o meio mais suave ao Povo. Quer tambem | Sua Magestade *que* não fique a sua
 Real Fazenda obrigada a perda *que* houver | no Estado. Vnir o alivio do Povo com a
 izençaõ da Fazenda Real | he toda a difficuldade em húma perda tão infalivel ou todela |

---

⁸⁴ Novamente o <e> é tironiano

ha de cahir sobre o Povo e não fica com o alivio *que Sua Magestade* quer ou | a
 Fazenda Real senão pode izentar de alguma parte e fica | obrigada *quando Sua*
 990 *Magestade* a preserva e preservada mais oprimido o Povo | a *que Sua Magestade* não
 que fazer violencia. Esse *Sua Magestade* expresamente de= | clara na dita carta *que* a
 sua Real Fazenda não fique obrigada | á perda sesegue forsozamente *que* manda e quer
que toda a perda | da moeda caya sobre os Povos do Estado.

As queixas *que* mais sentidamente se ouvem na obedi= | encia deste
 995 humilde Povo não nascem tanto da dor geral da | perda *que* supõem como da magoa de
 não participarem os Vas= | sallos do Brazil o favor da Real beneficencia *que* mereceram
 os de | Portugal *quando* conhecem o natural amor com *que Sua Magestade* iguala a to= |
 dos e confeçam quanto cuidado estão os do Brazil dando aos | desvellos da sua
 Soberana prudencia providencia⁸⁵: por entenderam | *que* se por parte dos moradores do
 1000 Brazil se alegassem a *Sua Magestade* *que* os | não preferem os de Portugal mais *que* no
 merecimento *que* devem a for= | tuna de estarem vendo a sua Real presença da *que* os
 do Brazil | vivem tão distantes.

Nestes tempos *para Sua Magestade* ficar inteiramente obedecido | em
 dous extremos tão opostos como são o alivio do Povo e a per- | servação de sua real
 1005 Fazenda em huma perda tão inevitável | mostrarei agora o efeito do arbítrio *que* tenho
 proposto.

||3v|| Sendo as moedas Brazilianas de 640 reis e tendo de | pezo as 6
 outavas e 4 grãos dará hum marco daquella maça | 2 peças e 3 quintos *que* faraõ em
 moeda corrente 6\$144 reis. O | marco de Prata não val no Brazil mais *que* 5\$000 reis.
 1010 Todo | o avanço *que* ha dos 5\$000 reis do marco de Prata *para* os 6\$144 do | marco da
 moeda nova se ha da dar ao Povo fazendo lhevaler | o marco da sua Prata: no cazo da
 moeda os 6\$144 menos | as despesas da Oficina *que* serão 12 ate 13 *reis*. E rematandose
 por | contrato a *quem* por menos ofizer não poderá diminuir couza de con | sideração do
 valor dos dittos 6\$144.

1015 Para maior clareza com o exemplo seguinte | suponhamos *que* ha nesta
 Capitania 25\$ marcos de moeda de | prata não incluindo os tostoins. A 5\$000 importaõ
 312\$500 | em *que* ha de diferença 71\$500. Destas se hão de tirar as des | peças da
 Fabrica *que* ficarão sendo mui tenues repartidas por | tantos mil marcos e tudo o mais
 fica ao Povo *para* suplemento | da falta do cerceo.

---

⁸⁵ Sobre o <o> aparece o número 2

1020 Esta falta do cerceo não he tanta nesta Cidade | como se reputa ao longe
 porque / como deixo dito no estado em *que* | se acha a moeda / o das de 640, e 320,
 Mexicanas e de Colu | nas *que* nella andaõ muitas são intactas / e destas ham de ser as
 ocul= | tas / e as Peruanas todas e toda a meuda o está em cuja considera- | cão virá o
 Povo a ter o alivio no excesso do valor da moeda no= | va muito maior *que* o *que* pode
 1025 importar a perda da cerceada nos | 25\$ marcos do exemplo. Mas se forem mais os *que*
 se acha= | rem nesta Capitania respectivamente sepodem suportar do | mesmo modo
 abatida sempre a despeza da fabrica e quan= | tos mais forem seramaior o beneficio do
 Povo na rezul= | tancia da maior quantia de mil cruzados com *que* não so sa= | tisfaça
 mas exceda a sua perda e fique ainda pagando in= | sensivelmente á Fazenda Real
 1030 grande parte do *que* o Senado | da Camara lha deve *quando* não seja tudo como se
 presume.

Alem do *que* ainda *que* todos ham de entregar | por pezo a sua moeda ha
 de haver esta diferença *que* os *que* em= | tregarem mais moeda boa ham de ter mais
 ganancia no | marco por *que* em menos moedas boas se inclue e em quanto ||4 r.|| de
 1035 dinheiro terá mais marcos *que* se lhe ham de pagar pello | mesmo preço asima dito e por
 isso so esta me parece *que* he o | unico meio mais prompto e mais seguro por donde os
 Povos fi= | caraõ com alivio e a Fazenda Real sem obrigação de satisfa= | zer a perda do
 Estado *que* he o principal fim da carta e intento | de *Sua Majestade*. E sendo a moeda
 toda huma no Estado sem a com= | fuzaõ *que* *Sua Majestade* quer não haja em tanta
 1040 diversidade de moe= | das como nelle há.

Digo *que* a moeda Provincial he o único meio por *que* | ou este Remedio
 da moeda ha de ser por cunho ou por conversão | e por conversão ou ha de ser a moeda
 por liga / e seria ocasionar | a introdução da falsa o *que* de nenhum modo convem a
 Republica | ou alterandose o valor extrinsico a moeda nova sobindoa do *que* hoje | tem
 1045 com o prejuizo de ficar com menos valor intrinsico e he o *que* | não convem pellos
 fundamentos apontados / ou fina e no estado e va | lor extrinsico porque geralmente
 corre como a Provincial *que* propor= | nho logo esta por fina por generosa e por
 concorrerem nella | todas as qualidades coherentes as *que* *Sua Majestade* manda e o
 Estado ha | mister he a *que* se deve aprovar por conversam.

1050 E se por cunho de nenhuma maneira convem | ao serviço de *Sua*
Majestade nem ao Reyno nem ao Estado pellos principi= | os seguintes.

Primeiro – Se todas as moedas de 640 *que* ha nes= | ta Capitania se
 cunhaõ e levantaõ ao preço de 800 reis como se | dis ex diâmetro se ofende a ordem de

Sua Majestade que he evitar que não | pasem ao Estado as moedas de 7 outavas e meia
 1055 Castelhanas que | permitem que corraõ no Reyno por 600 reis por que logo levantaõ |
 estas em todo o Brazil. E tanto que chegar a Portugal a notici- | a de valerem no Brazil
 800 reis viraõ para o Brazil todas as | do Reyno e das Ilhas por que mais facilmente se
 fas no Reyno hum | cunho para se cunharem sem o perigo do cerceo que cercealas com |
 elles: e se com o piqueno avanço de 40 reis se pasavaõ do Rey= | no ao Estado por
 1060 valerem nelle 640, com quanta mais inso= | lencia e cobiça as cunharão no Reyno sem
 tomar da pena | ainda que se achem para hum avanço tão excessivo como o de dois |
 tostoins em cada huma. E não pode haver mais contraria re= ||4 v.|| zolução á de *Sua*
Majestade que esta.

2º Que ainda que neste dano se concidera ou= | tro mais prejudicial e he
 1065 que aquelle delinquente que de Lisboa quer mandar ao Brazil a moeda marcada antes
 que aremeta | a cercea primeiro e depois de cerceada lhe põem o cunho | de 800 reis
 com que fica tendo duas ganancias huma no | cerceo e outra no cunho: a cauza dous
 prejuizos notaveis. | Hum ao Reyno por que lhe tira a moeda que *Sua Majestade*
 pretende com | servir nelle outro ao Estado por que lhe mete a moeda cerceada | seguro
 1070 de se lhe receber em suas Praças com tanto menos | valor intrinseco quanto for o roubo
 que nella for. E se não ou= | vese no Brazil o cunho nem a elle pasaria a tal moeda |
 cerceada nem no Reyno se cometeria este delicto que nelle | quer *Sua Majestade* evitar.

3º Sobre estes dous prejuizos do reyno acrese | o que he inevitável de os
 Estrangeiros que trazendo a elle a moeda de | 7 outavas e meia por negocio tendo noticia
 1075 deste cunho faraõ | o mesmo que os naturais e cerceandoa primeiro nas suas Provin= |
 cias pondo lhe o cunho aremetem cunhada occultamente ao | Brazil / donde tantos
 Estrangeiros tem casa asentada / | a gozar aquella grande ganancia que no cunho tras ja
 se= | gura e fica por este modo o Reyno distituido daquella mo= | eda que nelle podia
 entrar não só de 7 outavas e meia mas de | toda a mais capax de se receber na Casa da
 1080 moeda de Lisboa.

4º *Sua Majestade* mandou com graves penas / co= | mo se ve da dita
 carta / que não pudese pasar para este estado pa= | taca alguma por se evitar pasarem a
 elle as cerceadas que | não tendo 4 outavas e meia se não ham de pagar na casa | da
 moeda por 6 reis. Cunhandose todas as moedas na | Bahia se hão de cunhar tambem
 1085 estas que *Sua Majestade* prohihe | que venhaõ para o Brazil. Logo contra huma Ley e
 huam or- | dem expresa vinda a *Vossa Excellencia* não só se admite com o cunhoa a | tal

moeda mas antes se lhe dá mais valor e se fica abrin- | do por meio do cunho a porta *que*
Sua Majestade lhe quer fechar *para* | não passar a este Estado.

1090 5º *Sua Majestade* manda prohibir o cerceo porque não ha= || 5 r.|| haja
 moeda cerceada no Estado. Cunhandose toda a de 640 | / *que* a miuda de 160 nenhuma
 esta cerceada / não só se conserva | a cerceada contra o *que Sua Majestade* manda
 prohibir mas /dandoselhe ma= | ior valor com o cunho/ se confirma com segurança delle
 a ouza= | dia de se cercearem os *que* o não estão com maior exceso as | de 7 outavas e
 meia.

1095 6º *Sua Majestade* manda *que* toda a moeda cerceada | se consuma ou se
 reforme no Brazil. Com o cunho se falta a obediên= | cia desta deliberação Real em ves
 de se consumir se faz dela | maior estimação.

1100 Mas se se responde *que* só a moeda boa he *que* se ha de | cunhar e não a
 cerceada. Quem pode evitar *que* depois de cunhada | se não cercee: e assim como a
 necessidade da moeda introduzio pri= | meiro as de 600 reis por 640, e depois se
 admitio [rasurado] a cercea= | da antes do cunho com *que* agora se pertende remediar
 como des= | pois delle não obrigara a mesma necessidade a correrem como dantes | as
 cunhadas com o cerceo *que* depois lhe fizer.

1105 Mas esta moeda *que* se não ha de cunhar por não | ter 7 outavas e meia
 ou se ha de consumir ou reformar como | *Sua Majestade* manda ou se ha de mandar
 para Portugal a converter em | moeda corrente como se propõem. Não se pode mandar
 para o Reyno | por *que* he moeda *que Sua Majestade* manda expresamente se reforma
 ou consuma | no Brazil: no Brazil não pode reformarse com o cunho como tenho |
 mostrado nem consumir-se por *que* havia de ser nesse cazo pellos | Ourives: E nem elles
 1110 podem lavrar Prata menos de titulo de 11 | dinheiros *que* lhe não tem conte receber as
 quantias em moeda | sendo a boa cerceada e menos a de Rozario ainda *que* se lhe
 entregue, | por pezo nem seu dono terá tanto cabedal *que* queira lavrar | baixellas com
 tão notavel perda nem isso se pode permitir por | *que* seria diminuir a moeda do Estado
 consumindose nem pri= | varse as Cidades da moeda miuda para os trocos e comercio
 1115 popu= | lar nem aos Povos da liberdade constringendoos a arriscar o seu | *dinheiro* aos
 perigos do mar sem a ganancia *que* se lhe segura na | moeda Provincial. Logo bem se
 conclue *que* não he praticavel | o meio de se embarcar a moeda *que* não tiver 7 outavas e
 meia para Portugal.

1120 ||5v.|| 7º Tambem *Sua Majestade* quer *que* não haja a varieda= | de *que*
 ha de moedas no Brazil por evitar a confusão *que* esta | cauza a Republica como se vé

da sua carta: se se cunha to= | da a *que* ha torna a ficar a mesma *variedade* e com ella maior | confuzaõ perventendose o valor intrinsico em *que* se acham | com o extrinsico excesivo *que* se hes dá no cunho.

Todas estas dificuldades padece o remedio do cu= | nho contra as
1125 prohibiçoens e ordens de *Sua Majestade* não são meno= | res as repugnancias e prejuizos *que* envolve contra o Povo.

8º A Real tenção de *Sua Majestade* he *que* o remedio da | moeda seja sem violencia do Povo a *que* he servido se dispo= | nha todo o alivio na perda. O remedio do cunho não só | não he alivio mas a mais violenta ruina *que* o Povo pode
1130 pade= | cer por *que* ainda *que* pareça *que* se saborea o Povo com a aparen= | cia van de cuidar *que* levantandose a moeda por cunho fica li= | vre da perda do cerceo: *quem* ha taõ pouco racionável racional⁸⁶ | *que* não veja *que* / *quando* se entende *que* com o cunho se da remedio ao | seu dano / nese mesmo remédio vai implicito o seu mais irre+ | diavel prejuizo? A prova he evidente: por *que* tanto *que* a mo= | eda sobe im
1135 mediatamente sobem os generos os uzuais as | artes as Soldadas os jornaes as fazendas os mantimentos ultrama= | rinos e naturaes e finalmente ate os sacrificios Sermoens e ma+ \ is funçoens sagradas como a experiencia tem mostrado com | o levantamento da moeda não dece neste⁸⁷ estado e mostra em | toda a Europa. E como o valor da moeda não dese se per= | petua aquelle a *que* tudo sobre *para* sempre. Queixa bem la= |
1140 mentavel do mizero e do *que* não he pobre *que* *para* sustentarem | suas cazas e vestir seus filhos lhe ha de custar tudo muito | mais sem esperanza de se abaixarem os preços conserva= | dos no valor a *que* tem subido e agora subir a moeda.

9º Sendo os engenhos do assucar o fundamento | esencial da subsistencia do Estado da consservaçã do Comer= | cio e taõ conhecidas as dependencias *que* delles
1145 tem as rendas | Reais do Estado e Alfandegas do Reyno não serve o cunho ele= ||6 r.|| [[ele]]vamento da moeda mais *que* *para* sua maior Ruina *porque* levan= | tando com o excesso da moeda o ferro o breu o Cobre os Ne= | Gros as Lenhas os Caixoens formas Taboados Fazendas das Loge= | as e mais fornecimento de *que* se compõem aquella custozisima Fa= | brica virá a fazer o *Senhor* do Engenho muito mais intoleravel despe=
1150 | za *para* lavar huma Arroba de Asucar e como o preço deste se | reputa pello do Reyno e no Reyno não tem o valor o do Bra= | zil pello abatimento em *que* opoz e das Fabricas da America sep= | tentrional nem na Bahia estimação ha certo *que* se não po= | derá

⁸⁶ Sobre a letra <a> há o número 2

⁸⁷ Mais uma vez, sobre a letra <e>, aparece o número 2

conservar e ficaram todos mais perdidos com tomar dinheiro | para se fornecerem a dous cruzados o dano *que* he mais pernicioso *que* padece.

1155 De maneira *que* aquella moeda *que* era de 320, ten= | do subido a 640 virá a ser agora o preso do infilice do asucar an= | tes de o miseravel *Senhor* de engenho o lavrar na contingencia | de o não ter. logo bem se convence *que* não he o cunharse a | moeda levantandoselhe o valor alivio nem remedio se não vi= | olencia do Povo.

1160 10 – E não so este dano de crecerem as fazen= | das de vestir com o cunho he para o Povo mas tambem para os po= | bres Soldados. por *que* se hoje lhe dam os Contadores as far= | das por outo mil reis *que* a respeito dos alticimos preços vendem | por quatro necessariamente lhas descontaram pello *que* subiram | em tal preço *que* não haja quem lhe de 2 pello 8.

1165 11. – Vltimamente não impede o cunho o cer= | ceo da moeda no Brazil antes o acredita e autoriza por *que* | no mesmo ponto *que* o Povo souber *que* a moeda cerceada secu= | nha e se lhe dá aquelle valor excessivo antes de acunhar a | cercea e ainda depois de cunhada apode cercear pois o cu= | nho posto a hum lado ou no meio não evita o cerceo do ou | tro ou da circunferência e sempre fica valendo o *que* o cunho declara.

1170 12. E sobre tudo se segue de se levantar | aqui a moeda hum de dous gravissimos prejuizos ao Reyno | por *que* ou ha de ficar sem moeda pasandose toda cunhada | ou por cunhar no mesmo Reyno ao Brazil ou seha de | levantar tambem a moeda do Reyno cujas danozisimas ||6 v.|| consequencias conhece qual quer juizo. E o mesmo dano de fi= | car sem moeda dispoem tambem o cunho a todas as Ilhas.

1175 13. Mas sobre tantos danos quantos o cunho da | moeda ocasionará a este Estado ainda he peor o *que* lhe dispoem | agora por *que* subindo tanto a moda e com ella o prejuizo da | Republica: não tendo a moeda quando sobe muito mais remedio *que* abai= | xalla necessariamente / como cada hora sucede em Castella | França e outros Reynos / poderá *Sua Majestade* ouvindo o clamor destes | Povos desenganados com a
1180 experiencia de seu proprio mal man= | dar reduzir a moeda ao estado antecedente e então padecerão | os moradores do Estado a maior e a mais inevitavel perda nos | seus cabedais ficando em hum instante pobres os *que* no valor | fantastico de huma moeda *que* não tinha mais *que* o excessoa *que* su= | bio fundaram a sua riqueza Perigo *que* nunca poderão temer | da Provincial.

1185 E se o cunho da moeda inclue tantos prejuizos | contra as ordens de *Sua Majestade* contra o Estado e contra o Povo: | e pello contrario a moeda Provincial he

tam util ao Povo e ao | Estado e taõ ajustada a todas as clauzulas da carta de *Sua Majestade* | e dispozição e he o único remedio da perda e cerceo da moeda |

Tres objeçoens se oferecem a moeda Provinci= | al. Primeira *que* por não
 1190 haver confusão no negocio não deve | haver moeda diversa entre Portugal e o Brazil. 2^a
que pode= | raõ os Estrangeiros meter no Estado *muita* dessa nova Fabrica. 3^a | *que* não
 ha *Sua Majestade* permitir *que* haja no Brazil caza da moeda.

A primeira se responde *que* o corpo de hũa Mo= | narchia divida por
 todas as quatro partes do Mundo e com= | posta de tão diversos Reynos Estados e
 1195 Províncias como a de Por= | tugal se não une com a *identidade* da moeda se não com a
 fre= | quencia dos Comercios por *que* não consiste a grandeza delles | em ser a moeda
 huma só senão em haver generos *que* fa= | ção dependentes delles as outras Naçoens e
 não ha maior da= | no de huma Coroa *que* fazerem os seus Vasalos ou os estranhos |
 mercansia de sua moeda e não das suas drogas como Espanha | sendo Senhora das
 1200 Indias chora. E por isso nenhuma couza ||7 r.|| he mais conveniente ao serviço de *Sua*
Majestade *que* não ser huma a | moeda entre o Reyno e o Estado.

Provase: por *que* os homens de negocio *que* só amaõ o= | seu interesse
 desatendendo sempre ao bem publico sem repa= | rar no prejuizo da Coroa todas as
 vezes *que* acharão ocazião de | ganhar nas moedas de 120 reis quatro vintens e não de
 1205 600 reis | dous ou de logar nos Asucares e Tabacos os alticimos preços a | *que* chegarão
 no Reyno pasavaõ delle grocissimas somas de de= | nheiro ao Estado a compralos: e
 todas as vezes *que* não achavaõ a= | vanço nas Fazendas *que* remetiaõ ao Brazil nem nas
 suas | drogas em Portugal sempre foi estillo nelles tirarem o dinheiro | do Brazil e
 mandalo para o Reyno. E neste anno em *que* faltaõ | os empregos se experimentará com
 1210 maior evidencia este | prejuizo sobre a falta *que* ha no Estado resultada desta continua
 cauza.

E se o Reyno se conserva com a moeda *que* tem | a India com os seus
 Xerafins Angola com os seus Panos e o | Maranhão com os seus Novellos não sendo a
 moeda alguma | destas com a do Reyno por *que* ha so o Brazil de ater huma com |
 1215 Portugal podendose conserbar com a sua particular sem os | inconvenientes *que* lhe
 resultaõ de a não ter diversa? Claro | está *que* não confundirá com a sua Provincial o
 negocio na= | tes será maior augmento delle e do estado.

A segunda. Que *segundo* os tostoins não tendo | 80 reis de fino subirão ao
 valor extrinsico de 200 reis não me= | terão os Estrangeiros moeda desta no Brazil:
 1220 menos o faraõ ago= | ra *que* a moeda nova tem tanto menos de excessos. Mas *quando* o

fa= | çãõ nenhum inconveniente he dos Povos mandarem os Es= | trangeiros a sua
 mesma moeda a hum Estado de *que* não hão de | tirar por ella Ouro Prata ou genero
 algum precizo senão | huma erva *que* se desvanece em fumo ex sumo de outra *que* se |
 congella em Asucar. E bem se sabe *que* o cuidado mais es= | tudiozo dos Politicos de
 1225 qualquer Republica he ocupar as | suas industrias em atrair das outras a moeda *que*
 apode fazer ||7v. || mais opulenta. E tanto mais os será este Estado quanta ma= | is entrar
 desta nas suas Praças.

A terceira objecção se responde *que* de todo este dis= | curso se conclue
 quam importante he a conservação do | Reyno e do Estado haver nelle a moeda
 1230 Provincial. E daqui | se infere *que* se *Sua Majestade* quer evitar os perjuizos do cerceo e
 este | he o seu unico remedio: e *para* elle convem a conversão da moeda | Castelhana no
 Brazil necessariamente ha de haver no Brazil | Fabrica da moeda em *que* se faça. E as
 razoes *seguintes* o confirmão.

1ª o inconveniente *que* podia haver em haver | no Brazil caza da moeda
 1235 seria poder vir *para* ella Prata e Ouro | de Portugal: nella se não hão de fundir moedas
 de Ouro /e | se *Sua Majestade* o mandase seria do *que* aqui vem de São Vicente e | da
 Costa da Mina *que* se não tira do Reyno/: a Prata está | no Brazil a 5\$000 reis o marco
 logo não se pode trazer ao | Brazil o Ouro e Prata de Portugal nem ter esse dano as |
 cazas da moeda do reyno antes lhe fará a caza da moeda | do Brazil o beneficio de
 1240 impedir *que* não venha a elle a *mo=* / eda cerceada *que* nellas se não há de receber em
 Portugal | como fica mostrado e *Sua Majestade* manda.

O 2º inconveniente *que* podia tambem difficul= | tar haver aqui caza da
 moeda era serem os gastos da | Fabrica por conta da Fazenda Real a Fazenda Real não |
 ha de dispende hum seitel por *que* toda a despeza ha de sair | da moeda *que* se fabricar.

1245 3º Não havendo aqui caza da moeda nece= | sariamente ha de pasar a
 Lisboa a do Estado. E nesse cazo | nem *Sua Majestade* aha de sigurar nem os Povos
 podem arriscar | nella os seus cabedais. Logo he precizo *que* no Brazil haja | caza da
 moeda em *que* se Fabrique a Provincial.

4ª. Esta tal moeda *que* fosse alem dos ris= | cos do mar ha de ter a perda
 1250 do cerceo ainda *que* se fabrique | na mesma caza da moeda donde os Vassallos do
 Reyno | lograram o favor de a não terem pois *Sua Majestade* declarou | expressamente
que não ficaria sua Real Fazenda obrigada ||8 r.|| a perda do cerceo da moeda do Brazil.
 Logo não he posivel *que* | seus moradores / ainda *que* *Sua Majestade* mande ir o seu
 dinheiro a Por= | tugal / o consintaõ para terem sobre o Risco de apoderem per= | der a

1255 perda infalivel do cerceo sem o remedio *que* della tem | na moeda Provincial. Logo para se lhes segurar o Risco e a perda | convem haver caza da moeda no Brazil.

Vltimamente se não houver caza da moeda no Bra= | zil / dado cazo *que* o dinheiro vá para Portugal/ ou todo o *que* nelle há [[há]] | de hir junto ou dividido nas Frotas da Bahia Ryo e Pernambuco | todo junto não he posivel; por *que* não he posivel
 1260 ficar o Estado sem | dinheiro: se dividido de cada parte do Brazil naquella quantia *que* | parecese arriscar cada anno em cada Frota seriaõ necesari= | os muitos para em cada huma seir remetendo: e sendo a importancia | maior deste negocio a brevidade dentro dos mesmos tempos *que* sedila= | tava se padeceria mais gravemente o perjuizo do cerceo *que* se perten= | de evitar a toda a preça. E sobre tudo estariaõ os Povos
 1265 padecen= | do o lucro cesante do seu dinheiro nas demoras de ir estar e voltar | do reyno com tantas contingencias e accidentes como são os | do Mar e da terra. Logo por todas estas razoens he para se não | duvidar *que* sendo presentes a *Sua Majestade* deixe da fazer merce a | estes Povos de *que* no Brazil haja caza da moeda para se fabricar a Provincial.

1270 Sendo *Sua Majestade* servido mandar aprovar a moeda | Provincial parace que se deve asentar ao mesmo tempo tres cazas | da moeda nesta Cidade Pernambuco e Ryo de Ianeiro pellas grandes | distancias do estado e perigos do Mar dos Ryos e dos Piratas | e se evitar mais brevemente nelle e no Reyno o delicto do cerceo. | E *que* ou seja a Fabrica por conta da Fazenda Real ou de Contratadores não dure mais *que* por
 1275 tempo de dous annos | e se confisque para a Coroa e denunciador toda a moeda Cas= | telhana *que* dentro nelles se não levar a caza da moeda.

E sobre a *que* / cabado este termo / entrar no Esta= | do das Indias ou de Buenos Ayres se seguirá a ordem *que* de | novo *Sua Majestade* servido dar. E para se evitar a Provincial o perni= | ciozo dano dos Ourives se lhe porão gravicimas penas *que*
 1280 não | lavrem a Prata menos *que* a titulo de 11 dinheiros e meio de fino.

A espiculação de todas as duvidas *que* se podiaõ ||8 v.|| oferecer em materia tão grave fes este papel mais pro= | lixo do *que* eu pretendi. Mas: a ponderação de todas as clau= | zulas da carta de *Sua Majestade que Vossa Excelencia* sem as razoens em *que* se | fundou para a desculpa de não haver a cerceado.

1285 Quanto a moeda Provincial no Brazil convinha | ao serviço de *Sua Majestade* propos ja o meu zelo na era de 53 | /em perservação de mais de tres milhoens *que* então havia | vendo a muita moeda *que* Estrangeiros e Naturaes levavaõ do Esta= | do e prevendo a falta *que* pella separação das Coroas lhe ha= | via de fazer o Ryo da

Prata / em hum papel ao *Senhor* Conde | de Odmira e ha des annos por outro ao *Senhor*
 1290 Duque do Ca= | davel. sendo ambos dirigidos ao fim de ter *Sua Majestade* Fabri= | ca
 de Galleoens neste porto. Agora *que* crescem as cir= | cunstancias com a felicidade do
 primeiro em *que Vossa Excelencia* se em= | barca necessariamente devia eu seguir
 aquelle antigo pa= | recer ratificando com este *que* humildemente ofereço a *Vossa*
Excelencia | em cuja aprovação poderei so ter a deferença de seus erros. | Deos *guarde* a
 1295 *Excelentissima* Pessoa de *Vossa Excelencia* muitos annos. Bahia Abril 19 | de 1687 =
Bernardo Vieyra Ravasco =

5 - Levantamento e análise dos dados

5.1. A ortografia dos textos seiscentistas brasileiros

Considerada a impossibilidade de proceder-se a um estudo fonético/fonológico de época tão remota, torna-se fundamental a análise da grafia e da estrutura escrita da língua portuguesa seiscentista. Só desse modo é possível que conheçamos o sistema fonológico da língua dessa época. Assim, para procedermos a esse tipo de análise, é imprescindível apresentarmos o conceito de grafema, tomado aqui na acepção proposta por Maia (1986: 298):

“unidade do sistema grafemático, indivisível em unidades menores que sejam representantes gráficos de unidades da língua falada. Os grafemas definem-se, pois, como as

unidades mínimas pertencentes a um sistema grafemático, o qual, embora apresentando um grau de sistematização menor do que a que existe no interior dos sistemas fonológicos, tem a sua estrutura interna própria.”

Embora nos sistemas de escrita alfabética o ideal seja uma perfeita adequação entre o sistema gráfico e o fonológico, nem sempre os grafemas são monovalentes, podendo haver “polivalência dos signos gráficos” ou “poligrafia dos fonemas” (*idem*: 300). A autora prossegue, observando que esse desajuste se intensifica na medida em que a consolidação gráfica de uma língua não acompanha a mudança da língua falada, de ritmo mais acelerado. Apesar disso, é correto afirmar que “no caso dos sistemas de escrita de tipo alfabético, a expressão gráfica é o reflexo da expressão fônica.” (300)

Natural seria que, num trabalho que trata de textos do século XVII, tivéssemos encontrado uma profusão de grafias alatinadas ou helenizadas. De fato, muitas formas o são, mas comparativamente às que respeitam a pronúncia, não são tão significativas. O que se observa é a inserção de palavras extraídas no latim ou do grego - as refacções clássicas -, que convivem ao lado das já foneticamente modificadas, e uma imensa quantidade de oscilações entre as formas que respeitam a pronúncia e as que respeitam a etimologia - os sincretismos⁸⁸. Tem-se, com isso, a nítida sensação de uma tentativa de perpetuar o espírito renascentista, e, ao mesmo tempo, uma incapacidade de apagar os séculos de uma tradição ortográfica orientada pela fonética.

Nos textos que compõem os *corpora*, observamos, tal qual nos textos do português arcaico, não haver uma inteira uniformização da grafia, mas percebemos, através das variantes (orto)gráficas e das várias advertências feitas pelos gramáticos seiscentistas, que a grafia procura representar a pronúncia dos itens lexicais.

Nos compêndios de ortografia analisados, observa-se uma alternância entre uma perspectiva sincrônica (bem de acordo com os compêndios do século anterior⁸⁹, em que se tornou necessária a descrição e codificação da língua) e uma diacrônica (em que era necessário históriá-la). Tais oscilações aparecem de forma contraditória entre os gramáticos e ortógrafos seiscentistas, uma vez que defendem que se escreva como se pronuncia, ao mesmo tempo em que pregam uma escrita etimológica. Os ortógrafos advertem que a boa ortografia deve respeitar a origem da palavra, recomendando que se

---

⁸⁸ O conceito de *sincretismo* aqui adotado, como se verá adiante, é o presente em Pereira (1933: 94).

escreva como se fala e que se fale como se escreve. No início da *Orthographia*, Vera define *ortografia* como sendo

"a arte de escrever as vozes com as letras dividas á direita pronunciação, & segundo sua origem: porque orthos (em Grego) quer dizer, direito; & graphos, escrevo: como se dissessemos, escrevo como pronuncio" (1 r.).

Bento Pereira também concorda com o colega, advertindo que "o bom Portuguez para ser totalmente verdadeyro, deve ter verdade no escrever, como a tem no fallar" (29).

Segue-se a isso, o seguinte exemplo:

"Sirvanos de exemplo o mesmo verbo, *escrevo*, o qual sendo no latim, *scribo*, lhe acrescentamos o e, & mudamos o b, em v; porque pronunciamos as tays letras no *escrevo*: pelo que nunca se devem acrescentar letras, que se não pronunção, como alguns mal acrescentão".

Desse modo, mesmo se contradizendo o tempo todo, ambos propõem a escrita etimológica, desde que a forma da escrita não interfira na pronúncia das palavras.

Conforme dissemos anteriormente, o que mais nos chamou a atenção em relação à grafia foram os sincretismos, ou seja, a coexistência de formas paralelas de uma mesma palavra. Pereira (1933: 94) afirma ser o sincretismo vocabular próprio do

"período arcaico da língua, que vae do sec. XII ao sec. XVI, época em que a disciplina grammatical começou a diminuir as incertezas morphicas e dar estabilidade a certas fórmaz em detrimento de outras, que se archaizaram".

Apesar de próprias do período arcaico, as oscilações gráficas são bastante frequentes tanto nos textos manuscritos ou impressos constantes dos *corpora*, quanto no próprio corpo das gramáticas e tratados de ortografia utilizados para análise.

---

⁸⁹ Vale lembrar que Fernão de Oliveira, em 1536, preocupa-se em representar as variantes fonéticas do português.

Nos itens que seguem, trataremos das variações gráficas de segmentos e seqüências vocálicas, bem como das variações gráficas de segmentos e seqüências consonânticas e poderemos constatar que o caráter arcaizante da língua no período clássico vai muito mais além das alternâncias *i/e*, *e/a*, *e/o* e da redução dos ditongos, apresentadas por Spina (1987:19).

Para afeito de análise, seguem-se tabelas, mostrando a variação gráfica entre vocábulos, de acordo com o seguinte critério: tanto para os textos manuscritos quanto para os impressos, as tabelas constam de 3 colunas, sendo que na primeira aparece o vocábulo; na segunda, o total de ocorrências e na terceira, a linha em que se encontra na edição ou no impresso (quando o número for superior a 06 ocorrências, serão apresentados somente alguns exemplos).

5.1.1. Estudo de segmentos e seqüências vocálicas

5.1.1.1. Variação entre <a> e <e>

Ocorrências de flutuação gráfica entre <a> e <e>:

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
Camara	11	47, 150, 201, 300, 847, 1031
Camera	12	22, 45, 93, 115, 276, 752
Per/Pera	75	48, 83, 159, 458, 711, 731
Para (exceto abreviaturas)	30	60, 190, 262, 400, 914, 1255
Razão (ou variações)	03	1234, 1268, 1285

Rezão (ou variações)	21	84, 420, 617, 635, 717, 834
Terramoto	02	810, 825
Terremoto	01	741
Antão	01	604
Então	03	583, 1182, 1288
Traição (ou variações)	01	795
Treição (ou variações)	02	710, 802
Minerais	01	703
Mineiros	01	147
Ocorrências sem flut. gráfica		
Tabaliam (ou variações)	10	336, 356, 369, 488, 529, 532
Saluagem	01	805
Tresplantarem	01	218
Bateria	01	729
Bertolameu	01	868

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorce Benci

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Desemparar (ou variações)	06	20, 115, 302, 305, 439, 570
Desamparar (ou variações)	47	19, 72, 115, 596, 598, 627
Ocorrências sem flut. gráfica		
Razão (ou variações)	49	03, 06, 11, 19, 21, 23
Resplandores	01	333
Traspassar	02	168, 381

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Pera	137	05,748,796, 1103, 1237, 1807

Para	12	152, 168, 259, 366, 450, 543
Ameaçando	01	333
Amieçando	01	1164
Ocorrências sem flut. gráfica		
Razão (ou variantes)	23	52, 109, 452, 563, 641, 1236
Desemparo	01	750

Impresso nº 3 – Diogo Gomes carneiro

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Traição (ou variantes)	15	663,912,919, 986, 1378, 1563
Treição (ou variantes)	02	1233, 1379
Ocorrências sem flut. gráfica		
Desencorauão	01	560
Razão (ou variações)	12	469,709,894,1373, 1448,1612
Ventagem (ou vaiasções)	03	640, 1515, 1704

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Razão (ou variações)	01	248
Rezão (ou variações)	24	47, 106, 212, 218, 259, 272
Ocorrências sem flut. gráfica		
Traidor	01	250
Trespasar	01	150
Pera	12	64, 96, 97, 183, 283, 379
Piadoso	01	294
Resplandores	02	433, 434
Ventagem	03	526, 536, 653

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Razão (ou variações)	07	276,401,630, 778, 1176, 1153
Rezão (ou variações)	08	231, 520, 643, 740, 1480
Ocorrências sem flut. gráfica		

Menhã (ou variações)	02	144, 451
Resplendor	01	341
Treição (ou variações)	03	1380, 1522 (2x)
Treslado	01	786

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Resplandores	01	754
Ventagem	01	516

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Pera	08	37, 56, 131, 538, 604, 633
Rezão (ou variações)	04	197, 232, 277, 484

Analisando os dados, observa-se ser grande a flutuação entre <a> e <e>, tanto nos manuscritos quanto nos impressos, embora os tratados de lingüística histórica concordem com Said Ali (1964: 34), que diz ser rara a substituição de *a* por *e*.

Machado (1987: 43) assegura que, da variante entre <a> e <e>, só a grafia *rezão* ainda permanece no século XVII; as demais oscilações que o autor registra desapareceram, no máximo, até o século XVI: *treição* é própria do séc. XIII (embora tenhamos encontrado 12 ocorrências); *ventagem* ou *aventagem*, do séc. XVI (encontramos 05). Mas o que mais nos chamou a atenção foi a ocorrência exclusiva de <tabaliam> nos textos manuscritos, que o autor assegura ter desaparecido no século XIV. Ainda nos manuscritos, é significativa a oscilação quase equivalente entre <camara> e <camera> e o predomínio de <per> ou <pera> sobre <para>.

Pereira (1933: 94) diz ser sincretismo do séc. XVI as variantes *antão/então*, mas encontramos, nos manuscritos, uma ocorrência de <antão>, num total de quatro ocorrências do vocábulo.

Com relação aos textos impressos, é significativo o fato de um mesmo vocábulo apresentar flutuação gráfica na mesma página, às vezes na mesma linha, como <desamparar> e <desemparar> no impresso 1, linha 115; <traição> e <treição>, no impresso 3, linha 26; <razão> e <rezão>, no impresso 5, linha 57.

Das gramáticas e tratados de ortografia utilizados, significativas são as listas que Bento Pereira (177 e 99) e Franco Barreto (243) apresentam, ao final de suas obras, semelhantes ao *Appendix Probi*, que têm por objetivo “emmendar, & melhorar as palavras, que a ignorancia do vulgo tẽ corrutas.” (Barreto, 1671: 265). A lista de Franco Barreto é composta de 243 palavras *erradas* com suas respectivas *emmendas*, enquanto a de Bento Pereira apresenta uma lista de 177 palavras *erradas*, também com suas devidas correções, e outra lista com mais 99 palavras que, embora não sejam corretas, são *toleradas*, podendo ser *melhoradas*.

Percebe-se, analisando as duas listas, que Bento Pereira é mais tolerante que Franco Barreto, já que muitos dos itens lexicais que este diz estarem errados, aquele diz serem somente inadequados, mas tolerados. Além disso, há divergência entre aquilo que consideram certo ou errado: Franco Barreto corrige *Iezmin* por *Iasmĩ*, enquanto Bento Pereira faz justamente o contrário.

Apresentamos, abaixo, as formas que trazem variação entre <a> e <e>, presentes em ambos os autores. Quando a forma constar somente em um dos autores, as iniciais de seu nome virão entre parênteses:

Erradas

Alifante

Amparar

Antre

Avangelho

Chançarel

Desẽvergonhado

Enlhear

Entupir

Estrever

Farnella

Farnasia

Emendadas

Elefante

Emparar (FB)

Entre (FB)

Evangelho

Chãceler

Desavergonhado (FB)

Alhear (FB)

Atupir (FB)

Atrever

Frenella (BP)

Frenesia (FB)

farnetego	frenetico
farropea	ferropea
Iezmim	Iasmĩ (FB)
Memposteyro	Mamposteyro
Menhan	Manhan
Pera, <i>preposiçam</i>	Para
Preymatica	Pragmática
Resam	Rasã (FB)
Taballiam	Tabelliã (FB)
Trelado	Traslado (FB)

Além de uma errata, como dissemos, Bento Pereira apresenta outra lista, intitulada *Para melhorar*, em que aparecem as palavras *Toleradas* (faladas pelo povo) e as *Melhoradas* (corrigidas pelo autor):

<i>Toleradas</i>	<i>Melhoradas</i>
amparar, amparo	emparar, emparo
antre	entre
desenvergonhado	desavergonhado
exprimentar	axperimentar
Iasmim	Gesmim
menhãa	manhãa
Rabiscar, rabisco	Rebusca, rebusco
rezam	razam
Tabaliam	Tabelliam

O que se depreende, pelos itens arrolados tanto dos *corpora* quanto das listas elaboradas pelos gramáticos, é que a alternância entre <a> e <e>, tão própria do português medieval, está ainda muito presente no português seiscentista. Mais do que isso: observa-se, pelos dados levantados, a preferência, tanto em textos manuscritos quanto em impressos, pelas formas mais antigas, sobretudo se considerarmos a imensa quantidade de ocorrências de vocábulos como <rezão> (57 casos, num total de 152 ocorrências, ou seja, 37,5%) ou <per> (232 casos, num total de 274 ocorrências, ou seja, 93,92%) em lugar de <razão> ou <para>, ou, principalmente, se considerarmos a

ocorrência exclusiva do vocábulo <tabaliam>, em vez da forma recomendada pelos ortógrafos <tabelliam>.

Além disso, a falta de uniformidade gráfica, tão própria do português medieval, revela-se nas constantes flutuações encontradas num mesmo manuscrito, como <Camera>, na linha 45, e <Camara> na linha 47, ou na mesma página de um texto impresso, como <traidor> e <treição> (respectivamente linhas 1375 e 1376, do impresso 3).

5.1.1.2. Variação entre <e> e <i>

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
Auezinhar (ou variações)	02	687, 849
Auizinhar (ou variações)	02	694, 848
Despor (ou variações)	02	163, 400
Dispor (ou variações)	10	139, 210, 577, 1129, 1175, 1177
Devedir (ou variações)	01	68
Dividir (ou variações)	03	1194, 1259, 1261
Destruhir (ou variações)	06	661, 667, 675, 681, 711, 730
Distruhir (ou variações)	01	668
Encorporar (ou variações)	02	817, 850
Incorporar (ou variações)	01	819
Melhor (ou variações)	06	170, 175, 210, 252, 522, 903
Milhor (ou variações)	07	625, 717, 719, 786, 831
Lemitar (ou variações)	02	97, 520
Limitar (ou variações)	03	550, 552, 817
Solecitar (ou variações)	01	14
Solicitar (ou variações)	01	05
Ocorrências sem var. gráfica		
Entrataueis	01	651

Estromento	04	332, 484, 491, 497
Meliça	01	627
Espiculação	01	1282
Piqueno	04	547, 847, 938, 1060
Ocorrências em ditongos		
Iguaes, jornaes, naturaes, officiaes, quaes, reaes	14	21, 176, 255, 275, 981, 1136

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorce Benci

Vocabulo	Total de ocorrências	Linha
Discrição	01	571
Indiscreção	01	571
Ocorrências sem flut. gráfica		
Crear (ou variações)	12	205, 404, 624, 625, 627
Ocorrências em ditongos		
Capitales, diminue, iguaes	04	455, 479, 524, 554

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocabulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Cahe	01	751
Laberinto	01	1093
Meudamente	01	1658
Peor	01	1674
Princepe	04	1377, 2038, 2042, 2043
Vezinhos	01	1384
Ocorrências em ditongos		
Materiaes, racionaes	03	653, 655, 1726

Impresso nº 3 – Diogo Gomes carneiro

Vocabulo	Total de ocorrências	Linha

Ocorrências sem flut. gráfica		
Aleuiar	01	1374
Alumeadas	01	758-9
Consederados	01	1370-1
Creaturas	04	404, 1464, 1484, 1532
Destribuindo	01	1049
Emperadores	02	341, 597
Metropoli	01	510
Peor	02	Dedicatória e prefácio
Quase	01	350
Testimunhe	02	362, 543
Ocorrências em ditongos		
Annaes, animaes, arraiaes, leaes (ou desleaes), maes, mortaes, naturaes, pontuaes, quaes, temporaes, tribunaes, vitaes	25	334, 397, 628, 683, 1483, 1744
Inclue, possui	02	260, 1245

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Creador (ou variações)	03	65, 517, 570
Deminue	01	191
Dezião	01	252
Envejas	01	35
Ocorrências em ditongos		
Deminue, inclue	02	102, 191

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Aduirtio	01	1128

Crea (cria)	01	1483
Crear (ou variações)	04	783, 1086, 1833, 1863
Emperador	02	586, 1113
Enueja	01	1344
Minino	02	1750, 1898
Mintio	01	458
Peor	02	1169, 1816
Testimunho	01	1065
Ocorrências em ditongos		
Animaes, materiaes, (sobre) naturaes, principaes	08	238, 258, 440, 839, 1814
Atribue, diminue,	02	1807, 1863

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Emperador	01	43
Empyrio	01	345
Livianas	01	219
Ocorrências em ditongos		
Animaes, funeraes, principaes, sinaes	05	76, 104, 193, 497, 668
Attribue, inclue	02	323, 593

Impresso nº 7 – Simão de vasconcelos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Confissionarios	01	394
Minino	05	20, 62, 86, 439, 441
Ocorrências em ditongos		
Doutrinaes, hospitaes, prejudiciaes, quaes, taes, vitaes	06	17, 18, 244, 250, 626
Influe, soe	02	13, 157

Mattos e Silva (1986: 59) explica-nos que esta variação é usual no português arcaico, quer em sílabas iniciais em que a vogal é travada por nasal (1) ou sibilante (2), quer em posição pretônica interna (3),

“quando na sílaba acentuada estão as altas /i/ ou /u/. Essa variação deve indicar um alteamento da pretônica, fenómeno fonético assimilatório conhecido como harmonização vocálica e que já aparece fixado no século XVI”.

Nos textos analisados, temos: (1) <entrataueis>, <encorporar,incorporar>, <enveja>, (2) <distruhir,destruhir>, (3) <meliçia>.

Teyssier (1997: 74) informa-nos que a flutuação <o>/<u> e <e>/<i> pretônicos é fenómeno antigo que ocorre “com muita frequência nos textos do século XVI”.

Nunes (1969: 59) também nos informa, a respeito da variante *milhor*, que “*e* pode passar a *i* quando junto da vibrante ou lateral e das guturais ou palatais.”

De modo geral, a alternância entre <e> e <i> ocorre quando na sílaba seguinte temos uma vogal alta (*i,u*) ou semivogal, o que provocariam o alçamento vocálico, como *aezinhar/auizinhar*, *devedir/dividir*, *destruhir/distruhir*, *espiculação*. Além disso, tal qual no caso anterior, a variação somente ocorre em posição pretônica.

Dos textos analisados, chama-nos a atenção a ocorrência, embora única, do vocábulo <cahe>, no impreso 2, deixando claro, pela presença do grafema <h>, que a ditongação do verbo ainda não ocorreu. Ainda em relação aos ditongos, observa-se que o alçamento vocálico ainda não ocorreu, já que as formas <-ae> e <-ue> são exclusivas.

Bento Pereira e Franco Barreto, em seus já referidos apêndices, também relacionam a alternância entre <e> e <i>:

Erradas

Cileyro

Comiçou

Devino

Dinoite

Disforme

Emendadas

Celleiro

Começou

Divino

Denoute (FB)/ de noyte (BP)

Deforme (FB)

Estromento	Instromento
Gimer	Gemer
Gimido	Gemido
Hirege	Herege
Ingenho (FB) / Inienho (BP)	Engenho
Milam	Melã (FB)
Mialheiro	Mealheyro (FB)
Milhor	Melhor
Milhoria	Melhoria
pidir	pedir
Piqueno	Pequeno (BP)
pidente (BP) / Pidinte (FB)	pedinte (BP)
Pinsamento	Pensamento (FB)
pireyra	pereyra (BP)
Pitiçã (FB) / pitiçam (BP)	Petiçã (FB) / petiçam (BP)
Picado (FB) / piccado (BP)	Pecado (FB) / peccado (BP)
Primatica	Prematica (FB)
Prifeito (FB) / prifeyto (BP)	Perfeyto
Rindeiro (FB) / rindeyro (BP)	Rendeyro (FB)/rendeiro (BP)
Tirceiro (FB) / tirseyro (BP)	Terceyro
Tisouro	Tesouro (FB)
Vindeira	Vendeyra (FB)
Vinder	Vender
Vindido	Vendido (BP)
Viram	Verã (FB)
Vistir	Vestir

A segunda lista de Bento Pereira, a que apresenta o melhor uso de determinados itens, sugere *creaçam, crear, creatura, devido, impedir, importar, engulir, miudo, miudeza, menino, testemunho*, ao invés das respectivas formas populares: *criaçam, criar, criatura, divido, empedir, emportar, ingulir, meudo, meudeza, minino, tistimunho*.

Embora condenadas pelas gramáticas seiscentistas, muitos desses itens ainda sobrevivem tanto nos textos manuscritos quanto nos impressos, alguns deles até superando as formas consideradas corretas: <milhor> (53,84%), <estromento> (100%),

<minino> (100%), <meudamente> (100%), <piqueno> (100%), <peor> (100%).

5.1.1.3. Variação entre <o> e <u>

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
(A)costumar	01	220
(A)custumar	03	08, 380, 600
Descobrir (ou variações)	01	984
Descubrir (ou variações)	05	208, 226, 572, 587, 768
Deos	07	108, 265, 616, 742, 868, 1295
Deus	20	10, 41, 123, 271, 572, 866
Logar (ou variações)	01	1206
Lugar (ou variações)	07	491, 580, 644, 694, 799, 820
Molher (ou variações)	02	338, 344
Mulher (ou variações)	01	337
Igoalmente	01	802
Igual (ou variações)	05	172, 258, 875, 979, 998
Opolemta	01	97
Opulenta	01	1227
Titulo	03	623, 833, 838
Titulo	05	945, 958, 963, 1111, 1281
Ocorrências sem var. gráfica		
Cobatam	01	94
Sospeitar	01	508
Ocorrências em ditongos		
Apareceo, deo, Ilheos, meo, paresseo, seo, succedeo, ualeo, uendeo	17	60, 101, 261, 331, 747, 658

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Agoa	02	798, 821
Magoa	04	43, 363, 502 (2x)
Magua	02	49, 250
Rigorous (ou variações)	06	103, 104, 198, 260, 266, 483
Riguroso (ou variações)	03	528, 557, 558
Ocorrências sem flut. gráfica		
Concurrencia	01	380
Cubrir (ou variações)	03	296, 826, 835
Igual	01	29
Lingua	02	225, 689
Sobmergido	01	73
Ocorrências em ditongos		
Careceo, Ceo, concebeo, concerteo, descubrio, estremeceo, mereceo, pareceo, pedio, reduzio, vio	11	25, 36, 280, 291, 616, 724

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Agoa (ou variação)	06	757,889, 891, 894, 1483,1736
Água (ou variação)	02	1488, 1490
Cobrir (ou variações)	02	545, 689
Cubrir (ou variações)	07	422, 429, 434,436, 545-6, 690
Ocorrências sem flut. gráfica		
Lingoas	03	336 (2 x), 337
Riguroso	09	134,136,775,1149,1150, 1315

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha

Aguas	01	551
Agoa	01	29
Ocorrências sem flut. gráfica		
Complice	01	14
Compozesse	01	707
(com, im) pozeraõ	03	12, 22, 29
Instromento	01	30
Lingua	02	05, 14
Molheres	01	1662
Rigoroso	01	05
Sahio	01	09
Soborno	01	13
Sojeito (ou variações)	12	p. 05, 06, 12, 13, 17, 19
Sospeitos	01	14
Ocorrências em ditongos		
Arrependeo, colheo, elegeo, fingio, maos, meteo, vio, pareceo, perdeo, permittio, Pygmeos, presumio, recolheo, resolueo, succedeo	41	p. 01, 05, 06, 07, 09, 13, 28

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Acodir	02	177, 197
Agoas	02	547, 557
Lingoa (ou variação)	06	331, 336, 342, 345, 352, 355
Sobida	01	174
Sospeitar (ou variações)	03	176, 252, 258
Ocorrências em ditongos		
Compadeceo, concebeo, creio, descobrio, encobrio, engrandeceo, excedeo,	11	81, 96, 142, 176, 271, 546

pretendeo, respondeo,		

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Sogeitar	03	246, 352/3, 1546
Sugeitar	01	1545
Ocorrências sem flut. gráfica		
Agoas	01	1078
Complice	01	1517
Lingoa	01	552
Mintio	01	458
Sobir	01	396
Ocorrências em ditongos		
Appareceo, arrependeo, cahio, comeo, concludio, conheceo, consistio, creio, deo, escreueo, feneceo, floreceo, ouuio, pareceo, perceo, presumio, produzio, prometteo, recebeo, resolueo, respondeo, seguio, vio	95	40, 58, 214, 281, 348, 458

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Agoas	02	636, 646
Molher	14	102, 477, 502, 503, 538, 665
Ocorrências em ditongos		
Abateo, abrio, adoeceo, appareceo, encheo, escolheo, imprimio, instituhio, Judeos, meteo, morreo, permittio, prohibio, recorreo, reduzio,	21	32, 425, 530, 545, 653, 763

resolveo, succedeo, vio		

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências em ditongos		
Appareceo, grao, mereceo, morreo, naceo, pedio, pretendeo, resolveo,	08	147, 166, 382, 511, 526, 635,

Da mesma forma que nos casos anteriores, a alternância ocorre sobretudo em posição pretônica, embora tenhamos *agoa/agua, titolo*.

Em relação aos itens *molher/mulher*, Mattos e Silva (1996: 61) concorda com Maia (1986: 408), que diz:

“não se pode aplicar uma regra de condicionamento fonético do tipo assimilatório. Parece que, excetuados os casos de alteamento por harmonização, pode-se admitir que a vogal média posterior seria realizada como [o], articulação que se mantém na língua culta de Lisboa ainda no século XVIII.”

Nos apêndices de Bento Pereira e Franco Barreto, mais uma vez, encontramos uma longa lista de itens em que figuram a alternância <o> / <u>:

Erradas

Agoa

Ioiz ou Ioiz (FB) / Ioyz (BP)

Molher

Pirolas

pumar

pumareyro

Purtugal

Soprir

Sospeyçam

Sospeyto

Totor

Emendadas

Agua (FB)

Iuiz (FB) / Juiz (BP)

Mulher (FB)

Piloras, ou Pilulas (FB)

pomar

pumareyro (BP)

Portugal (BP)

Suprir (FB)

Suspeyçã(FB)/suspeixa (BP)

Suspeyto

Tutor (FB)

Tutoria

Tutoria (FB)

Chama-nos a atenção a flutuação gráfica entre <sugeitar> e <sogeitar>, no impresso 5, na mesma página, nas linhas 1545 e 1546, respectivamente, deixando clara a falta de preocupação com uma escrita que não fosse para o ouvido, do mesmo modo que a flutuação entre <mulher> e <molher>, nas linhas 337 e 338 da edição dos manuscritos.

De todos os vocábulos levantados, é válido ressaltar que <Ceo> e <Deos>, presentes nos textos impressos, não sofrem flutuação gráfica; nos manuscritos há a flutuação entre <Deos> e <Deus>, este último prevalecendo em 74,07% dos casos.

5.1.1.4. Variação entre <o> e <e>

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
pessuo	01	02
pessuidores	01	573
possuidas	01	251

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Fermoso (ou variações)	05	322/3, 325, 326, 336, 345

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Fermosura (ou variação)	03	2158, 2172, 2174

Valeroso	01	820/1

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Fermosura	01	148
Valeroso (ou variações)	04	614, 1365, 1407, 1365
Polla	01	648

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Não há ocorrências

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Fermoso (ou variações)	03	405, 787, 809

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Fermoso (ou variações)	02	190, 260
Amedentrou	01	665

entre <o> e <e>, corrigindo, na maioria dos casos, de <e> para <o>:

Erradas

Espital

Perluxidade

Pessuir

pollo que

precissam

Precurador

Precuraçam (BP) / Precuraça (FB)

Emendadas

Hospital (BP) / Ospital (FB)

Proluxidade

Possuir

pelo que (BP)

procissam (BP)

Procurador

Procuraçam / Procuraça

Prometor	Promotor
Rolaçam	Relação (BP) / Relaçã (FB)
Rosssio	Ressio (FB)
Visorey	Vicerey (FB)

Na Segunda lista de Bento Pereira, há também as sugestões de *ressios*, *semana*, no lugar das respectivas formas vulgares: *rossios*, *somana*.

Dos vocábulos retirados dos dois *corpora*, a forma <pe^{ss}uir> (66,66%) é condenada pelos ortógrafos seiscentistas, e a presença exclusiva de <fer^{mo}so> (14 ocorrências), <valero^{so}> (05 ocorrências) e <amedentrar> (01 ocorrência), revelam que a retenção gráfica se faz presente nos textos impressos da mesma forma que nos manuscritos.

5.1.1.5. Variação entre <i>, <j> e <y> e entre <u> e <v>

Das gramáticas históricas, a de Pereira (1933), em consonância com as demais, cita o século XVI como o período em que se começaram a discriminar os valores <i> e <j> e <u> e <v>.

Said Ali (1964: 36/7), sobre a alternância entre <i>, <j> e <y>, adverte-nos:

“Se na aplicação das letras do alfabeto, feita em português antigo diversamente do uso hodierno, se consegue descobrir em geral algum sistema ou tendência que projeta luz sobre a pronúncia daquele tempo, falham em todo o caso os esforços para explanar a notória confusão que então se fazia com o emprego das letras *i*, *j* e *y*.

“Fato admissível como certo é que naquelas palavras onde hoje escrevemos e pronunciamos *j*, a pronúncia antiga não diversificaria da nossa, embora nas ditas palavras pusessem ora *j* ora *i*, como em *peleja* e *peleia*, *seja* e *seia*, *aja* e *aia*, *junto* e *iunto*, *jaz* e *iaz*. Mas não se percebe o que viria fazer *j* em *ajnda* por *ainda*, nem em *jguaaes* a par de *yguaaes* e *iguaaes*.”

O autor acrescenta ainda que era usualíssimo o emprego do <y> nos ditongos e que tal prática encontra-se ainda nos escritores quinhentistas e seiscentistas.

Dada a imensa quantidade de ocorrências dos grafemas abaixo, sobretudo do grafema <i>, e, sobretudo, dado que o escopo desta tese é justamente observar que as flutuações gráficas se contrapõem a uma escrita etimológica, seguir-se-ão somente exemplos de ocorrências tanto em manuscritos quanto em impressos:

Ocorrências de flutuação gráfica entre <i>, <y> e <j>:

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	servir (2), assim (7), Villa (9), lista (15), permita (108), dito (119)	seis (380), Almeida (395), foi (474), lei (617), Reino (583), deixar (631)	Igreia (586), cuia (474), seião (509), feiã (703), Iuzeph (594), João (594)
<Y>	uy (844), assy (219), receby (189), Bahya (203), ygoalle (18), entendy (272)	mayor (154), Reyno (875), ley (1085), foy (53), primeyras (166), muyto (79)	yuiz (56), yustar (61)
<J>	escreuj (364), Igreja (658), Jndio (739), Inventario (461), Jninigo (814), recebj (12)	estarej (08), farej (323), foj (396), fuj (417), uaj (343), Almejda (595)	Janeiro (116), desejo (87), cujas (33), prejuízo (915), seja (882), juntas (936)

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	proferir (54), minhas (101), rigor (393), sofrimento (569), vivo (756), misericordia (855)	mereceis (26), queixar (126), verdadeiro (270), debaixo (442), deixão (417), peito (214)	
<Y>	lagrymas (37), martyrio (219), Parayso (451), mysterio (181), tyrannia (211), cypreste (335)	foy (36), queyxastes (18), Judayca (211), poderey (252), mayor (258), vay (500)	
<J>			Jeremias (31), Jesus (65), justa (88), Jonas (421), já (556), sujeita (672)

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	quizesse (41), citei (59), vida (1117), lagrimas (920), diuinos (295), Imperios (582)	muito (322), mais (282), debaixo (429), deffeito (661), maneira (695), maiores (990)	Iuiz (244), Ionathas (870), iuizo (722), Iustiça (577), Iesus (548), João (595)
<Y>	martyrizada (170), aly (392),	leys (1967), lauay (1861), mayor (279), Rey (2159), eya (2254), rayos (181)	
<J>			haja (1489), justificar (1445), justça (1211), juntos (1112), seja (1297), esponja (1334)

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	tiuesse (538), entendido (595), si (661), ruína (637), viuos (1192), cidades (1678)	muitos (538), maior (615), baixeza (1302), foi (1339), traidor (435), cegueira (1686),	Ioam (290)
<Y>	tyranos (326), martyres (1998), estylo (156), Babylonia (894), labyrintho (895)	ayroso (301), Reys (362), alheyo (303), mayor (305/6), traydores (1095), leys (1087)	
<J>		dificejs (954), vijs (1729)	inuejosa (1687), cuja (1682), sojeição (331), justiça (1345), ajudarão (1355), ja (1362)

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	minha (120), sobida (174), opinião (283), prizão (310), fineza (490), sentidos (485)	mais (80), respeito (442), desiguais (428), sois (572), cuidado (510), verdadeiros (68)	Ioseph (29), Ioaõ (631), Iudas (239)
<Y>	sy (109), Sylva (46), synagoga (93), Martyrio (356), tyramnizavaõ (365), mysterio (528)	hey (123), pay (109), meyo (127), Mãy (109), Rey (89), ley (119)	
<J>			ja (36), envejas (35), desejo (39), Joseph (71), cuja (48), João (257)

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	uestido (167), cinco (224), diuino (313), fizerão (359), sobir (396), Império (380)	primeiro (132), effeito (190), debaixo (397), ignorancia (445), Feuereiro (659), saiba (748)	Ierusalem (298), Iupiter (378), Ioseph (686), Iob (681), Iudeos (359), Iacob (932)
<Y>		rayo (49), mayores (172), Rey (173), ley (351), meynos (679), noyte (345)	
<J>			hoje (90), desejo (117), juízo (116), conjunções (238), despojo (762), justiça (769)

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	Igreja (350), inventou (475), admiro (488), ficou (609), milhões (574), isso (782)	mais (339), muito (229/30), excellencias (463), principio (585), innumeraveis (150)	
<Y>	lagrymas (279), Apocalypse (466), martyrizasse (717), tyrão (44)	vay (555), muyto (58), heroycas (24), hey (116), deyxasse (274), cuydo (408)	
<J>			Igreja (35), João (301), já (371), hoje (742), jejuns (629), Jesu (33)

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

	VOGAL	SEMIVOGAL	CONSOANTE
<I>	ouui (25), benigna (180), diz (173), illustre (515), diuino (361), minha (102)	deixa (27), maiores (303), cuidais (310), muitos (320), maneira (286), debaixo (339)	Iesu (545), Iosuè (547), Ianeiro (49)
<Y>	ecclipse (320), Apocalypse (313), synonomos (483)	pay (404), Mãy (105)	
<J>			Jesus (529), conjunção (129), seja (319), sujeito (291), judicial (333), hoje (399)

O que se observa, pela análise das ocorrências nos textos manuscritos, é que, indistintamente, <i>, <y> e <j> podem funcionar como vogal, semivogal ou consoante. A ausência de critério aparente entre as diversas grafias faz com que tenhamos um mesmo vocábulo grafado de duas ou até três formas diferentes: <lei> (617) , <ley> (1985); <assim> (07), <assy> (219); <foi> (474), <foy> (53) e <foj> (396). Além disso, as flutuações ocorrem num mesmo manuscrito, como <Reino> (583) e <Reyno> (875).

Nos textos impressos, embora as flutuações aconteçam em número bem menor do que nos manuscritos, parece não haver critério aparente para a distinção entre <i> e <y> quando semivogais. Quando muito, o que se nota é que a alternância entre <i> e <y> ocorre em palavras de origem grega, como <ecclipse>, <tyranno>, <martyrio>.

No entanto, da mesma maneira do que nos manuscritos, as flutuações gráficas ocorrem com frequência num mesmo texto, mais uma vez evidenciando uma escrita muito mais voltada para os ouvidos do que para os olhos: <queixar> (126), <queyxastes> (18), no impresso 1; <maiores> (990), <mayor> (279), no impresso 2; <muito> (229/30), <muyto> (58), no impresso 6.

No tocante às flutuações gráficas entre <u> e <v>, só notamos critério aparente nos textos impressos e, mesmo assim, em alguns deles: os impressos nº 2, 3, 5 e 7

valem-se do <v> para iniciar vocábulos e do <u> no interior deles: <vòs> (297), <saluação> (296), <viua> (1029), no impresso 2; <vedes> (1715), <breuidade> (1685), <vniuerso> (1705), no impresso 3; <vio> (607), <cadauer> (666), <viuentes> (678), no impresso 5; <hauia> (39), <virtude> (117), <viuifica> (82), no impresso 7. Nos impressos nº 1, 4 e 6, só se usa o <v>, seja no interior, seja no meio do vocábulo: <vejo> (330), <atravessaõ> (346), <vivas> (736), no impresso 1; <havião> (89), <ventre> (213), <viver> (125), no impresso 4; <via> (710), <livianas> (199), <vivesse> (716), no impresso 6.

No tocante aos textos manuscritos, absolutamente não há critério: <u> e <v> se alternam seja no início, seja no interior dos vocábulos: <uias> (27), <uera Crus> (53), <uilla> (101), <teuer> (37), <escreuo> (138), <conseruar> (106). Mais uma vez aqui, encontramos oscilações gráficas para um mesmo vocábulo: <ualor> (97) e <valor> (948), <conuem> (137) e <convem> (1043), <ouuesse> (446) e <houver> (243), <seruiço> (49) e <serviço> (55) - estas últimas, no mesmo manuscrito.

Há que se notar que Vera (1631), mesmo autor dos *Breves Louvores da Lingua Portuguesa* e da *Ortographia*, não registra sequer um caso de alternância entre <u> e <v> na primeira obra e condena essa alternância na segunda. No entanto, ao longo desse tratado de ortografia, encontram-se *mvitos*, *tiuer*, *estiuessesm*, *Hauendo*. Fica claro que, embora as ramistas estejam presentes na língua desde o século anterior, as alternâncias ainda são usualíssimas no século XVII, razão pela qual Vera reconheça a dificuldade que há em fazer-se a distinção:

“posto *que* no principio (em que as cousas sempre são asperas) pareça difficultoso, em pouco tempo se achará per experiencia a muita importancia de assi o irmos introduzindo na nossa scrittura & boa orthographia Portuguesa por serem estas duas letras *j* *v* diferentes das outras *que* pronunciamos como vogais” (3 v.).

Tanto a *Ortographia* quanto as *Regras* tratam da alternância entre <i> e <j> e <u> e <v>. Vera, na *Ortographia*, faz distinção entre a vogal <i> e a consoante <j>, no capítulo XI, intitulado *Da letra vogal I*. Do mesmo modo, a distinção entre a vogal <u> e a consoante <v> encontra-se no capítulo XXII, *Da letra u. & da consoante Vê*, em que o autor prescreve que se acrescente ao nosso alfabeto o grafema <v>, dado o uso

diferenciado que tem em relação ao <u>. No capítulo relativo ao <i> (10v), da *Ortographia*, o autor recomenda a diferenciação gráfica entre os fonemas consonantal e vocálico, embora deixe claro ser corrente o uso do grafema <i> com valor da consoante <j>. Quanto ao <y>, o autor adverte que seu uso só é correto em palavras de origem grega (22r), estando de acordo com o que Leão (1576) já havia dito em fins do século anterior. A seguir, conclui:

“Basta dizer, que sempre escrevemos per *i* dicções Portuguesas, & sômente per *y*, as que temos Gregas, & as Latinas, que dellas tem origem, & mais não: nem mesmo as trocaremos por *j*, que tem outro significado”.

Bento Pereira, na sua REGRA 11, intitulado *Para se usar das letras, i, u, quando sam vogays, & quando sam consoantes* (69), afirma que, embora seja comum a alternância desses dois grafemas, cada um deles deve ter seu uso específico:

“nam obstante dizerse vulgarmente que qualquer destas letras, *i*, *u*, hũas vezes he vogal, & outras consoante, eu tenho por melhor dizer, que não sam só duas, senam quatro as tays letras, pois cada hũa dellas tem diversa natureza, & sempre se deve escrever com diversa figura” .

O autor deixa claro haver distinção entre o <i>, vogal, e o <j>, consoante e, contrariamente ao que fazem os romanos, defende o uso desses dois grafemas diversos. Do mesmo modo, defende o uso distinto entre a vogal <u> e a consoante <v>, independentemente da posição que tais fonemas ocupem no vocábulo: “a vogal sempre se deve escrever assim, *u* & a consoante assim, *v*. Digo (sempre) porque alguns só a escrevem no principio, & nam no meyo: v.g. nestas palavras, *viuer*, *valuerde*”.

Bento Pereira traz um capítulo, em suas *Regras* (74-5), para diferenciar o uso do <i> e do <y>. Em consonância com Vera, o autor também diz se escreverem com <y> palavras de origem grega. A diferença é que, para ele, o <y> também deve ser empregado com valor de semivogal, diferenciando-se da vogal <i> e da consoante <j>. Ilustrando a regra, ambos os autores usam o mesmo exemplo (*cajado*, *caiado*), embora diverjam no uso dos grafemas. Bento Pereira distingue os três usos: “com *y*, *cayado*, significa o que está branqueado com cal; & com *j*, *cajado*, o baculo do pastor: & com *i*,

pequeno, *caido*, o que está derrubado” (75); Vera condena o uso do iode:

“porque se deve escrever assi, quando significa bordão, Cajado; & quando está cuberto com cal assi, Caiado. A razão de se não escrever (nem hũ, nem outro) per y, he que a ditta letra cerca de nos he breve vogal; & não consoante: como o he para com os Gregos e para com os Latinos juntamente: & o ,i, tem valor de dous ii posto entre duas vogaes: & assi o escrevião os antigos pronũciando, Maiior, Peior: & escrevendose com, y, confundese a pronunciação com a dos Castelhanos, que assi bem o escrevem” (22v).

Tanto nos impresos quanto nos manuscritos parece não existir critério no uso de <i> ou <y> - às vezes até entre <j> - e entre <u> e <v>, evidenciando que no século XVII, da mesma forma que no português medieval, são plenamente aceitas as variações gráficas, desde que elas não impliquem variações fonéticas.

5.1.1.6. Vogais idênticas contíguas

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
Fee	04	72, 526, 578, 797
Fe	01	457
Ocorrências sem var. gráfica		
cercee	02	879, 1100
remedee	01	882

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
lãa	01	231

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Vee-se	01	1199
Se vê	01	1204
Ocorrências sem flut. gráfica		
vltimo naufragio aa inundaçaõ	01	394
Christãa	05	736, 1091, 1460, 1838, 2254
Maçãa	01	2173

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Vijs	01	1729

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Saa	01	10
Fee	15	473, 477, 479, 515, 522, 532
Isaac	03	369, 617, 620

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Maçãa	02	1897, 1899
Maçans	01	1630

Ocorrências sem flut. gráfica		
Menhãa	02	144, 451
Vãa	02	1041, 1405

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Isaac	01	703

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Christãa	01	637

As gramáticas históricas são unânimes em reconhecer que a crase ocorreu em fins do século XIV. Teyssier (1997:49) informa-nos que “desde a época dos *Cancioneiros* começaram (...) as evoluções, que terão como consequência a eliminação de todos esses hiatos”. Ainda segundo o autor, esse processo de redução da dupla vogal já está concluído em fins do século XV. Williams (1986: 38) adverte-nos que as vogais duplas “continuaram a ser usadas por tradição muito depois de se haverem contraído na pronúncia” e acrescenta que Fernão de Oliveira, em sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de 1536, prescreve seu uso para indicar o som aberto de vogal (*a*, *e* e *o*), sendo o fechado indicado por uma vogal simples.

Das gramáticas e tratados de ortografia seiscentistas, a *Ortographia*, de Vera, dedica um capítulo ao assunto (Cap. III. Das letras, que se podem dobrar), iniciando-o com as vogais. De modo geral, palavras que apresentam duplicação de <a>, <e>, <o> são decorrentes de síncope da sonora intervocálica (*mala* > *maa*; *legere* > *leer*; *solo* > *soo*) e, nesses casos, podem ser substituídas por acento circunflexo, que funciona como um acento indicador de crase: “porque (...) a brevidade satisfaz, quem não quizer dobrar, use do *accento circumflexo*: como *prêgar*, *gêral*, *marê*, *galê*, *bêsta*” (31 r). Adverte-nos, porém, que, embora nos monossílabos seja preferível usar-se o circunflexo, deve-se usar a dupla vogal nos casos em que sua ausência possa causar

ambigüidade: “como, se, conjunção, See, cathedral: & sê, verbo” (31 v). Casos particulares são as vogais *i* e *u*:

“dobrão I os nomes acabados em il, im, na formação de seus pluraes, formando em, iis, & ñis: como buril, buriis; funil, funiis; malfim, malfiis; delfim, delfiis; que com aquelle til ficção fazendo dithongo. (...) E muitos preteritos corrutos dos Latinos dobrão I: como, eu lii, ou li: & assi, eu vii, vi, de vidi: currii, curri.”

Ainda sobre a duplicação da vogal <i>, diz-nos o autor que se deve usá-la para diferenciar os imperativos plurais da terceira conjugação com os seus pretéritos: “ouviivos, ouvîvos: acodiivos, acodîvos” (31 v). Sobre a vogal <u>, escrevem-se com dupla vogal somente as palavras *nuu*, *cruu*, *muu*. Segundo o autor,

“estas letras vogaes se dobrão para denotar ser a syllaba longa; & ter accentu agudo nella. Porque para mostrar ser a vogal longa, se permite, que se dobre na scrittura” (32 r).

No entanto, nessa mesma obra, à página 29, escreve *geeral*, à página 41, *seeta*, e em sua obra intitulada *Breves louvores da língua portugueza*, publicada no mesmo ano de sua Ortografia, 1631, Vera registra *maa*, *leemos*, *fee*, *dee*, *teer*, *soo*, *soomête*, *irmãa*, contrariando, desse modo, o que afirma em sua própria gramática.

Bento Pereira, nas suas *Regras geraes*, também dedica um capítulo ao assunto: *Para o dobrar das letras vogays, ou consoantes*. Diz-nos que, como regra geral, não se devem dobrar vogais que sejam “do mesmo genero, & qualidade, & pertencendo ao mesmo vocábulo” (43), a menos que apareçam na formação de ditongos, como *irmãas*, *maçãas*, “posto *que* alguns Doutores escrevem com hũ só a, & com til, maçãs, irmãos” (42). Tratadas como ditongos, o ortógrafo admite que ainda sejam ambas as letras pronunciadas, guardando “a mesma força em huma só syllaba” (39) e coloca, na mesma categoria “tres generos de diptongos”: 1) “quando se dá uniam da vogal, y, com algũa das outras vogays, ou se ponha antes, ou deploys della”; 2) “quando se dá união da vogal u, com alguma das outras vogays, ou se ponha antes, ou deploys della”; 3) “quando duas vogays, ou sejam da mesma, ou de diversa especie, fazem entre si conglutinaçam em

huma syllaba, por força do til (42). Assim, as formas nasais <-ãas>, <-ães>, <ões> são igualmente ditongos. Já em outro momento (29), afirma que “nunca se devem acrescentar letras, que não se pronunciaõ, como alguns mal acrescentaõ, e, no nome Fee, avendo de escrever Fé &c. no nome poo, avendo de escrever pó”.

Nos referidos apêndices de Franco Barreto e Bento Pereira, ambos corrigem a pronúncia *aguudo* e *aguulha* por *agudo* e *agulha*, respectivamente.

Como se vê, no século XVII, parece não haver mais o hiato provocado pela síncope da consoante intervocálica; as duas vogais contíguas já se ditongaram, o que provocará a posterior crase. No entanto, não se pode dizer que a crase já tenha terminado no século XV e que só existam vestígios da dupla vogal no século XVII. O que se observa é que, na verdade, a dupla vogal ainda é uma realidade, autorizada pelos próprios gramáticos seiscentistas, e a sua fusão ainda está em processo naquele século.

Pelos vocábulos retirados dos textos escritos, inclusive dos próprios tratados de ortografia, e pelas regras ortográficas apresentadas pelos autores seiscentistas, conclui-se que a dupla vogal, decorrente da síncope da sonora intervocálica, ainda persiste, quando nasal, como ditongo, e, quando oral, para marcar a sílaba longa (*Christãa, Isaac, menhãa, fee, leemos*), que, no dizer de Bento Pereira, não deve ser confundida com sílaba tônica: “ha de se advertir que nam he o mesmo ser syllaba predominante, que ser syllaba longa, porque póde a syllaba ser breve, & ser predominante” (59).

Vale ainda observar que, em documento inédito, datado de 25/09/1858⁹⁰, lê-se: “1 Corte de vestido de laã e seda para a *Senhora* - 25\$000”. Esse item encontra-se no diário das despesas pessoais de Pedro Fortunato de Sousa Marques, professor de primeiras letras na cidade de Paranaguá, na segunda metade do século XIX.

5.1.1.7. Seqüências nasalizadas

Não há, nos dois *corpora*, sistematização coerente da grafia das seqüências nasalizadas: seja no interior, seja no final de vocábulos, há oscilação entre o uso do til sobreposto à vogal ou à semivogal (grãde – imp. nº1, l. 69; sejaõ – imp. nº 2, l. 2149), do acento circunflexo (invêtãdo – imp. nº 6, l. 454; contêplaçaõ – imp. nº 3, l. 178/9), o

⁹⁰ Documento da coleção particular da família Marques, da cidade da Lapa (Pr).

uso de vogal seguida de consoante nasal (inclinações – imp. nº 2, l. 1011), de acento agudo (hús – imp. nº 3 – l. 650), sem que se note critério aparente. Mais uma vez, o que fica clara é a preocupação em se escrever para o ouvido, e não para os olhos.

Com relação especificamente ao ditongo <-ão>, embora só tenhamos encontrado nos *corpora* a variante <-am>, encontramos na *Ortographia* (25 v.) a advertência de que alguns ainda usam a forma <-om>:

“hūs o usão per, om: (como na lingua antiga) & outros per am, confundindo aquelle ditongo, ão, que não conhecem, por não fazerem differença de hũa cousa â outra: contra a opinião dos que melhor entendem”.

Segundo as regras da *Ortographia*, com exceção dos vocábulos *tam*, *quam*, *gram* e *Sam*, todos os verbos e nomes devem ser grafados com <-ão>. Mais uma vez, Vera justifica a prescrição desta grafia por ser a que melhor representa a pronúncia do ditongo:

“pólo que se quizermos escrever, como pronunciamos, terminemos no ditongo ão todos os verbos, & nomes Portugueses, & não em, am, que he pronunciação alheia, da que lhe damos”.

Nas *Regras*, Bento Pereira, diz ser “grande a contenda entre os peritos, se hemos de usar de *aõ*, se de *am*, ou seja os nomes, *Perdigão*, *Perdigam*, ou nos verbos, *amaraõ*, *amaram*” (64-5).

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

- **Vocábulos em <-ão> ou <-am>, excetuando-se os verbos:**

Há 198 ocorrências de vocábulos terminados em <-ão> e 96 ocorrências de vocábulos em <-am>, correspondendo a 48, 48% dos casos. Dentre as ocorrências, destacam-se as flutuações entre: <*capitam*> (14 ocorrências, nas linhas 14, 35, 54, 178,

188, 260, por exemplo) e <capitão> (02 ocorrências, nas linhas 273, 275), prevalecendo, portanto, em 87,5% dos casos, a forma mais antiga; <sam> (13 ocorrências, nas linhas 158, 169, 174, 268, 335, por exemplo) e <são> (22 ocorrências, nas linhas 45, 76, 150, 231, 300, 307, por exemplo), sendo que a forma antiga representa 37,14% das ocorrências; <tabaliam> (08, nas linhas 336, 354, 356, 369, 488, 529, por exemplo) e <tabalião> (02 ocorrências, nas linhas 362 e 530), prevalecendo a forma mais antiga em 80% das ocorrências.

- **Verbos em <-ão> ou <-am>:**

Das 300⁹¹ ocorrências de verbos em <-am> ou <-ão> encontradas nos manuscritos, são os seguintes os resultados:

Verbos no FUTURO: 29 ocorrências, das quais:

- a) 09 em <-am>: averam (58), faram (61), ficaram (1153), poderam (180, 505, 515), terem (188), veram (167, 255).
- b) 20 em <-ão>: acharão (1204), chegarão (1205), farão (19, 350, 1008, 1075, 1220), ficarão (1018), padecerão (1181), poderão (755, 838, 1184, 1191), porão (1279), serão (1012), subirão (1218), terão (561, 1219), virão (105, 107).

Verbos no PASSADO: 141 ocorrências, das quais:

- a) 37 em <-am>: achavam (209), adquiriram (860), aviam (156), buscaram (215), celebraram (191), couberam (342), davam (348), deixavam (212), descontaram (1162), disseram (345, 347, 353), diriam (240), entenderam (999), escaparam (240), fizeram (188, 238), foram (497, 528), fundaram (1183), inquietaram (748), jugavam (60), lograram (1251), mereceram (996), obraram (265), ofereceram (169), outorgaram (354), partiram (175, 210), passaram (597), pesuam (340), podiam (246), receberam (162), subiram (1162), tinham (339), tomaram (243), venderam (345).

---

⁹¹ Há cinco ocorrências de verbos no futuro do pretérito, conforme localização: correrião (567), estarião (1264), poderião (1281), serião (567, 1261).

b) 104 em <-ão>: abrião (702), achauão (1207), açinarão (357), afugentaráo (692), alegauão (615, 684), aleuantauão (743), andarão (613), apanharão (659), atalharão (743), auançarão (740), auião (820), capitaniauão (744), comcorrão (620), começauão (604), contentauão (759), corrião (889), cunharão (892, 1060), curcauão (702), custumarão (08), decerão (738), defenderão (970), derão (565, 575, 752, 817), descerão (602), despouoarão (662), disserão (571), enculquarão (585), erão (691), estauão (598, 673), experimentarão (669), fazião (595, 611, 615, 705, 816), ficarão (681, 1037), fizerão (609, 658, 667, 849), forão (70, 209, 605, 650, 654, 660), hião (850), ignorauão (617), impedirão (614), laurauão (341), leuauão (1287), mandarão (354), matarão (664), matauão (667), obrigauão (351), ofenderão (686), ouuerão (26), pagauão (704), passauão/pacauão (583, 1059, 1206), perseguirão (812), pesuião (346), podião (605), perguntarão (716), puderão (701), puzerao (606), quizerão (695), receberão (678), reduzirão (589, 777), remetião (1207), retirarão (744), sabião (626), servirão (608), sustentauão (662, 703), unirão (811), uierão (676), uirão (671), uiuião (574, 592, 602), uzauão (702), tinhão (571, 691, 697, 709, 758, 891), tirarão (698), tirauão (705), tiuerão (590, 817), trazião (611), trouxerão (608), vendião (345), vierão (598).

Verbos no PRESENTE: 125 ocorrências, das quais:

a) 38 em <-am>: acham (888, 1122), am/ham (8 ocorrências. Ex.:36, 257, 732, 1022, 1031, 1083), confeçam (998), consederão (625), contam (532), dam (1161), desponham (165), escuzam (969), estão (241), estejam (160), habitam (217), mantenham (164), necessitam (224), otram (49), pocam (512), ponham (245), saibam (332), sam (103, 105, 121, 204, 207, 211), sejam (182, 192, 195), tenham (197), vam (966), venham (164, 165).

b) 87 em <-ão>: abirão (306), aião (141), acompanhão (15), amão (194, 1202), andão (843, 1022), alegão (769), cerceão (924), chamão (599), chegão (714), consederão (625), confirmão (1233), conseruão (896), consintão (1254), corrão (966, 1055), cunhão (1053), deixão (687), desção (836), estão (34, 621, 648, 809, 887, 1093), eternizão (977), fação/fasão (08, 85, 304, 320, 1197, 1221), faltão (1209), ficão (290), fundão (726), hão (83, 87, 143, 770, 1017, 1084, 1222, 1235), honrão (183), importão (1016), leuantão (1053, 1055), obrão (807, 830), ocupão (771, 773), oponhão (278), ponhão (38), possão (901), preualeção (824), prossigão (139), queirão (402), remetão (291),

rezultão (1216), são (17 ocorrências. Ex.: 307, 560, 724, 829, 949, 1266), seião/sejão (293, 557, 840, 861), siruão (314), tenhão (135, 923, 950), tratão (770), venhão (1085)

NOS TEXTOS IMPRESSOS

- **Verbos em <-am> ou <-ão>:**

Impresso nº 1:

Verbos no FUTURO: não há.

Verbos no PRESENTE: 52 ocorrências em <-ão>

admiraão (813), andão (370), atormentão (410, 446), atravessão (346), buscaão (538), causão (385), cayaão (842), cifrão (206), chegão (482), chorão (293), corraão (844), cortão (387), dão (780), deixão (417, 654), despedação (413), digaão (528), empregão (542/3), estão (415, 610, 789), fação (565), faltão (333), ficão (333/4, 428/9), hão (783, 811), militão (442), morraão (546), quebraão (733), queriaão (531), rebentão (733/4), recopilão (207), são (13 ocorrências. Ex.: 387, 400, 600, 785, 837, 838), suspendaão (850), tirão (231), tolerão (401), traspassão (381), vivão (545).

Verbos no PASSADO: 43 ocorrências em <-ão>

acabarião (358), apressáraão (778), acabarão (563), ajuntaraão (798), apartarão (719), applaudiraão (641), arrebentarão (155), cantavaão (641), cercarão (476), commetteraão (769), concorrerão (362), considerarão (364), conjurarão (365), comprirão (375), desampararaão (633, 642, 656), depositaraão (714/5), desunirão (156), disserão (375), erão (220), faltarão (313/4), faziaão (702), fizerão (369, 748, 807), forão (241, 419, 427, 788, 845), havião (142, 461), lançarão (376), levarão (749), manifestarão (660), partirão (284, 726), repartiraão (786), sahirao (728, 840), seguiaão (640), tinhaão (316).

IMPRESSO 2:

Verbos no FUTURO: 29 ocorrências, das quais:

a) 20 ocorrências em <-ão>: aparecerão (1011), confundirão (997), correrão (2297),

corresponderão (921, 1661), darão (581), poderão (169), sahirão (111, 443), serão (2112, 2205/6), seruirão (361, 1698), suprirão (51), terão (288), trarão (2086), verão (611, 612), virão (478, 494).

b) 09 ocorrências em <-am>: armarão (2111), dirão (993), terem (290, 2x, 2204), trarão (1014), veram (615), poderão (2253/4), suprirão (100),

Verbos no PRESENTE: 156 ocorrências, das quais:

a) 123 ocorrências em <-ão>: abrandão (1858), achão (899), acomodão (1549/50), ajudão (1526), andam (189), apertão (1922), atão (917), atão (183), atravessaão (232), brotão (178, 238, 1328), chorão (1734), cometaão (1442), concordão (854/5), confessaão (487), corraão (180), dão (1552), deixaão (1036), dobrão (1193, 1195), elevaão (2198), esperaão (1827), estão (10 ocorrências. Ex.: 323, 345, 346, 368, 538, 790, 1276), estejão (1549), executão (1339/40, 1482), falaão (2044), faltão (654), ficaão (297, 299), haão (23 ocorrências. Ex.: 83, 723, 803, 1005, 1700, 2199), inclinaão (2200), louvaão (486), mostraão (1843), obraão (581), pagão (1398), percão (1665, 1671, 2023), queixaão (1703), saluaão (1515, 1525), são (34 ocorrências. Ex.: 233, 307, 432, 785, 931, 1992), sejaão (2149, 2188, 2217), soçobraão (1527), soltaão (1037), sirvaão (922), suspiraão (1195), tornaão (1038), trataão (5, 2089, 2201, 2202), venerão (908), venhaão (1417), viuão (984).

b) 33 ocorrências em <-am>: estam (12 ocorrências. Ex.: 154, 235, 324, 345, 346, 367), ham (273, 274, 982), sam (18 ocorrências. Ex.: 233, 307, 519, 634, 932, 1647).

Verbos no PASSADO: 118 ocorrências, das quais:

a) 108 ocorrências em <-ão>:

abalarão (1109), açoutarão (1591), afrontarão (1615/6), amarrarão (1062), amavaão (852, 853), apertarão (1927), apartarão (1927), atarão (1020), cahiraão (1062), chegarão (1513), cingirão (355/6), cobrirão (510/11), cometerão (1062), condenarão (599, 607), confessaraão (483), consideraram (494/5), consideraraão (488, 489/90), cubrião (616), cortarão (1385), crucificarão (601), custarão (1672), deixarão (53), desconheceraão (492), descobrirão (723, 725), despirão (1581/2, 1615), derão (1335, 1548, 1601, 1660), disserão (350), encubrião (602), erão (7, 65, 338, 338, 462, 692, 1950), estavaão (426, 1120, 1350/1), estimarão (1401), executarão (704), ferirão (1592, 1616), ferrarão (1061), fizerão (1727), foraão (8 ocorrências. Ex.: 685, 1056, 1724, 1927, 1928, 2055),

formarão (910), havião (1061, 1394, 1397), levantarão (1744), levarão (721), louvarão (496), moverão (1111, 1111/2), naufragarão (1514), obedecerão (289), padecerão (394), peccarão (1050), perderão (606, 1533), perguntarão (479/80), pintarão (1315), podião (74, 75, 836, 837, 914, 1573), puzerão (446, 474, 510, 1137, 1335), receberão (1381/2), responderão (1660), revogauão (1816), saluarão (1533), seguiraõ (1485), seruiaõ (74), talharão (467), tirarão (722, 1483, 2011), tinhão (693), tiverão (1511), vinhaõ (1119), viram (489/90, 1013), viuião (861, 862, 865), viuerão (1003, 1004).

b) 10 ocorrências em <-am>: encubriram (601), eram (188, 337, 464, 968, 1968), estavam (65), foram (1050), quizeram (509, 1314),

IMPRESSO 3:

Verbos no FUTURO: 03 ocorrências em <-ão>

arrependerão (1192), dispensaraõ (1124), poderão (51),

Verbos no PRESENTE: 42 ocorrências de verbos em <-ão>

acabaõ (420), aceitaõ (11242/3), achaõ (393), agradeção (169), approuaõ (1391), assombraõ (1771/2), aualiaõ (1439), chorão (591), confião (1329), conheção (803), consideraõ (927), dão (926), destruaõ (1010), esperão (1297), estão (472, 474, 752, 1122), excedaõ (643, 1503), fião (1195), frustrão (415), glorião (251), hão (1331), imaginão (241, 1320), julgão (1772), mouaõ (1536), obseruaó (514), padeção (1225), paraõ (1375), pareção (1220), possão (829), prometão (1194), são (719, 1320, 1543, 1755), sejam (471), triumphãõ (679), tornão (815), valhaõ (335).

* duas ocorrências de um único verbo em <-am>: ham (1484, 1502)

Verbos no PASSADO: 128 ocorrências em <-ão>

abraçauão (967/8), abrirão (1007), acometerão (1352), acudirão (1399), adminiftrauão (837), afloxauão (1566), aguardarão (1179/80), ajudarão (1355), alcançauão (132), allegauão (844/5), animarão (1395/6), annexáraõ (589), arrancauão (754, 856), arrogauão (1317), arruinarão (404), assegurauão (1414/5), assistiraõ (1564), atreuerão (1547), auião (1188, 1280), brotarão (1068), cahiaõ (969), cairão (580), calarão (577), comiaõ (703), consagraraõ (500), confessaraõ (572), conseguirão (1327), considerarão (1268/9), conspiraraõ (552), cometerão (1351), cõuidarão (1371), criaõ (1019), custaraõ

(544), dauaõ (392, 847), defenderão (571), deixarão (129, 1489), deixauaõ (1489), derão (1372), desencouaraõ (560), desprasaõ (936), desprezaõ (938), detestaõ (1403), deuiaõ (583), dirigiaõ (852), dispensauaõ (841), ensinarão (514/5), entorpeciaõ (1569/70), eraõ (272, 582, 715, 1552, 1553), escõderaõ (396/7), esperaraõ (427), estavaõ (715, 1066, 1067), estimaõ (1412), experimentarão (1019, 1144), ficaraõ (541/2, 1267), fizeraõ (405, 1322, 1516), foraõ (563, 599, 1158, 1237, 1504), gozaõ (1223, 1551), huiãõ (518/9), hiaõ (772), imitarão (1170), impediaõ (705), impedirão (1387), impozeraõ (1150), mandarão (1273), mandauaõ (851), mereciaõ (132), metiaõ, naceraõ (597), observaõ (788), offereciaõ (1411), ostentaõ (1402), padecerão (1021), pararaõ (1563), podiaõ (578, 1398), pretendiaõ (721), pozeraõ (1397, 1518/9), praticauaõ (789/90), procediaõ (601), prometiaõ (212/3, 1353), publicarão (577, 1169), queraõ (1177, 1372), quizeraõ (352), recebiaõ (861), receberão (907), resistirão (511), sentiaõ (760), sepultaõ (970), seruiaõ (1274), souberaõ (1386), subiaõ (131/2), temiaõ (1055), tinhaõ (857, 1057, 1319), tiraraõ (605, 1007), tiverão (1275), tomavaõ (771), viaõ (758, 1051), virão (338, 483/4, 1020), viuiaõ (245), voavaõ (970).

IMPRESSO 4:

Verbos no FUTURO: não há

Verbos no PRESENTE: 19 ocorrências em <-ãõ>:

acreditaõ (661/662, 919/20), apontaõ (415), authorizaõ (660/1), dão (551), deixaõ (330), equivocãõ (196), hãõ (418), necessitaõ (659), sãõ (48, 68, 193, 195, 364, 398, 659), suspeitaõ (605), tenhaõ (409, 426)

Verbos no PASSADO: 37 ocorrências em <-ãõ>:

acabavaõ (462), acharãõ (843/4), bastavaõ (479, 480), contendiãõ (211), contradiziaõ (516), conseguiraõ (437/8), creciaõ (326), disserãõ (630), diziãõ (252), encontraraõ (565), erãõ (348, 351, 397), estavaõ (242), forãõ (422/3, 423), haviaõ (89, 145), ignoravaõ (245), insinuavaõ (210), logravaõ (430), mereciaõ (432), mereceraõ (422, 427), necessitavaõ (433), ouviaõ (33), padeceraõ (417, 419), pareceraõ (91), pedirãõ (598), prendiaõ (308), tiranisaõ (364), voltaõ (642), tiverãõ (432), tratavaõ (309), venciaõ (547).

IMPRESSO 5

Verbos no FUTURO: não há

Verbos no PRESENTE: 76 ocorrências em <-ão>:

adoraõ (600), affirmão (1627), alterão (530), aplicação (1781), apurão (1789), avivão (1796), ajudão (1799/800), apregoão (1709/10), aspiraõ (560), atinão (651), castigão (2169), chegão (968), chorão (90), começo (2279, 2288, 2335, 2336), conheçaõ (563), considerão (1705/6), contagião (857), cuidão (1119,1703), dão (1370), despresão (601), devão (1871/2), emendão (2273, 2297, 2329, 2353), envergonhão (1341), esperão (1328), esperto (1815), estimaõ (387), experimentão (2311, 2367), fartaõ (1077), hão (243, 244, 246, 247, 250, 2242, 2243), hajão (1543), julgão (1118), molestão (578), morrão (1269), obrão (1042), pagão (241), percão (506), perdão (2170), pereção (1135, 1136), perguntão (969), perturbão (1555), precipitão (1045), processão (1728), publicação (1708), reparão (1328/9), resultaõ (90), são (16x. ex.: 560, 565, 916, 1076, 1808, 2071),

Verbos no PASSADO: 128 ocorrências de verbos em <-ão>:

abrirão (572, 2239, 2348), acharão (373), aconfelhauão (1369), adorarão (600), adoraúo (209/10), aduirtião (1366), alcançarão (136, 567), andarão (1156), assombrauão (1365), apurarão (573), aspirarão (1586), atreverão (1714), auião (1072, 1401, 1615/6), atribuição (1911, 1913, 1922), beberão (954, 971), cahirão (1989), causarão (864), consagrauão (1923), costumavaõ (659), crerão (1159, 1309, 1493), criaõ (341), deixauão (1162), derão (856, 960), descobrião (665), devião (1524), desenganarão (2043), desterraraõ (384), divertirão (2044), disserão (858, 1205), dizião (364, 1071), durarão (26), elevarão (371/2), entenderão (1707), eraõ (326, 442, 1160, 1532, 1541, 1793, 1929), espettauão (701), estauão (602, 2x, 644, 839, 1257/8), experimentarão (1073), fallarão (1438), fazião (700, 1928), ficarão (327, 329), fingirão (1713), fizeraõ (359, 593, 600, 837, 1491), foraõ (23x. ex.: 159, 571, 837, 901, 971, 2342), gritarão (1442), havião (1194, 2x, 2141), julgarão (1159, 1216/7, 1628, 1743, 1792), lançarão (1236), lerão (1704, 1709), nascerão (487), offerecerão (459), ouvirão (1157) podião (1348, 2221), prérgavaõ (340), puderão (1056, 1963), puzerão (1015), repuzeraõ (143), resplandecião (1161/2), sabião (1499, 1992, 2285, 2341), sobrevierão (1986/7), solemnisauão (660), souberão (1010), tinham (1487), trouxerão (1158), veneravão (1930), zombarão (181).

IMPRESSO 6

Verbos no FUTURO: 01 ocorrência de verbo em <-ão>
poderão (217/8)

Verbos no PRESENTE: 19 ocorrências de verbos em <-ão>
achão (150), consagraão (350), denotão (485), entendão (362), estão (25, 26, 123, 147, 164, 570), hão (119), saão (125, 203, 248, 249, 350, 383, 601), vão (203),

Verbos no PASSADO: 58 ocorrências de verbos em <-ão>
abrirão (05), acharão (81), adormecerão (214), andarão (551), caminharão (180), chegarão (427, 505/6), cõfessarão (208/9, 494), comião (551), custarão (537), derão (637), derramarão (59), deyxarão (213), dividirão (636/7), entendião (495), erão (11 ocorrências. Ex.: 93, 163, 178, 208, 216, 596), experimentarão (523/4), falarão (494), ficarão (212, 296/7, 297/8, 397), fiserão (517), forão (91, 92, 637), habitarão (158), havião (76, 95, 573, 685, 706/7, 715), hião (179), houverão (598), imaginarão (46), lusião (519), parecião (382), perguntarão (583), sabião (498), seguião (178/9, 679/80), servião (507, 522), tinhão (209), tiverão (524), voarão (499).

IMPRESSO 7

Verbos no FUTURO: 04 ocorrências de verbos em <-ão>
darão (566), poderão (234, 580), terão (472)

Verbos no PRESENTE: 27 ocorrências de verbos em <-ão>
andão (626), aueriguão (400), blasphemão (316), brotão (219), causão (287, 304), chamão (105, 107, 323), condenão (47), costumão (22, 185), dão (395), estão (581), gozão (227), obseruão (229), predominão (437, 438), pronosticão (49/50), são (265, 300, 482, 482), secão (363), seião (566), tornão (363), vão (518).

* há uma única ocorrência de <hande>, na linha 612

Verbos no PASSADO: 15 ocorrências de verbos em <-ão>

aceitãrão (620), chamãrão (77), circuncidarão (19), cuidauão (39), dauão (563), erão (41), forão (45/6, 488), huião (33), influirão (400), podião (42, 608), predominarão (436, 438), puderão (577).

Os gramáticos seiscentistas não são consensuais ao apresentam regras para as terminações dos diversos tempos verbais:

Vera (1631), ao longo de seu texto, termina pelo ditongo <-ão> todas as formas verbais, não distinguindo os tempos, coerentemente com o que recomenda no capítulo que escreve sobre os ditongos:

“Polo que se quizermos escrever, como pronunciamos, terminemos no ditongo ao todos os verbos, & nomes Portugueses, & não em, am, que he pronunção alheia, da que lhe damos” (25 v.)

Bento Pereira (1666: 64), embora não se atreva “a condenar o vulgar modo de escrever *aõ*, usado de muitos”, prefere a forma <-am>, principalmente para diferenciar os tempos verbais:

“os que escrevem com *ao*, *til*, *aõ*, estão expostos, como já dissemos, a grande confusam; porque, ou seja, v.g. *entráram*, de preterito, ou *entrarám*, no futuro, tudo escrevem com *ao*, *til*, *aõ*; mas os que usam de *am* no preterito, põem accento na penúltima, *entráram*, no futuro põem o accento na ultima, *entraram*”.

Apesar da coerência de sua prescrição, é de se observar que o próprio gramático, no presente do indicativo, não diferencia o uso de <-am> e <-ão>, usando ora *acabam*, ora *acabaõ* (p. 36); no pretérito imperfeito oscila entre *obrigavam* e *propunhão* (p. A2) e, contrariando sua própria regra, à página 20 de sua obra, escreve “Na lingua Latina se usâraõ”.

O que se observa, comparando os dois textos seiscentistas, é a falta de consenso

entre os ortógrafos: o primeiro, mais voltado para a pronúncia; o segundo, para a etimologia.

Dos gramáticos contemporâneos, Teyssier (1997: 55) revela-nos que, por volta de 1500, “todas as palavras da língua que possuíam primitivamente *-an* (*-am*) e *on* (*-om*) convergiram desta maneira para uma só terminação em *-ão*. É o caso das formas verbais tônicas (...) e as formas verbais átonas”. Said Ali (1964) acredita ter havido confusão entre as formas finais *<-õ>* e *<-ã>*, sobretudo quando não oxítonas, o que acelerou o processo de juntar-se a *<-ã>* a vogal *<o>*, dando o ditongo *<-ão>*.

No tocante aos tempos verbais, é notória a oscilação entre as terminações *<-am>* e *<-ão>*, seja no passado, presente ou futuro, nos dois *corpora*. Importante é dizer que essa oscilação, sobretudo nos textos impressos, acontece em um mesmo autor, denotando a ausência de outro critério que não seja o fonético para a escrita dessas formas verbais. No impresso 2, oscilam das formas *<-am>* e *<-ão>* às vezes na mesma linha: *<estão>*, por exemplo, aparece nas linhas 323, 345 e 368, e *<estam>* aparece nas linhas 324, 345 e 346; *<são>* e *<sam>* aparecem juntos nas linhas 233 e 307. Pouco depois, temos *<são>* na linha 931 e *<sam>* na linha 932.

Poucas são as ocorrências do verbos no futuro, sobretudo nos impressos. Das 29 ocorrências de futuro nos manuscritos, 09 terminam em *<-am>*, equivalendo a 31,03% dos casos; nos textos impressos, todas as ocorrências terminam em *<-am>*.

No presente, temos 125 ocorrências nos textos manuscritos, sendo 38 delas em *<-am>*, o que equivale a 30,4%; nos textos impressos, há 33 das 391 ocorrências terminam em *<-am>*, equivalendo a 8,4% dos casos.

No passado, há 141 ocorrências nos textos manuscritos, 37 das quais em *<-am>*, nom total de 26,24% dos casos; nos impressos, das 527 ocorrências, somente 10 delas terminam em *<-am>*, o que equivale a 1,8% dos casos.

Desse modo, podemos resumir os percentuais na seguinte tabela:

FORMAS VERBAIS TERMINADAS EM *<-AM>* OU *<-ÃO>*

	FUTURO		PRESENTE		PASSADO	
	<i><-AM></i>	<i><-ÃO></i>	<i><-AM></i>	<i><-ÃO></i>	<i><-AM></i>	<i><-ÃO></i>
MS.	31,03%	68,97%	30,4%	69,6%	26,24%	73,76%
IMP.	100%	-	8,4%	91,6%	1,8%	98,2%

De acordo com os dados acima, observa-se serem grandes as discrepâncias entre os textos impressos e os manuscritos: estes, como era de se esperar, apresentam uma flutuação bem maior entre as terminações <-am> e <-ão>. As flutuações de grafia entre as formas nasalizadas, sobretudo nos tempos do presente, não podem ser consideradas somente vestígios da forma mais antiga <-am>, principalmente se considerarmos que nem os ortógrafos seiscentistas são condizentes e coerentes com as normas que propõem.

5.1.2. Estudo de segmentos e seqüências consonânticas

5.1.2.1. Variação entre <s>, <z>, <ç>, <ss>

Dada a impossibilidade de se proceder a um levantamento exaustivo de todas as ocorrências de variação entre <s>, <z>, <ç>, <ss> nos textos impressos, pelo volume do *corpus*, o que geraria listas intermináveis de vocábulos, optamos por fazer esse levantamento somente nos textos manuscritos.

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
certo (ou variações)	10	137, 155, 456, 210, 253, 1152
serto (ou variações)	08	60, 123, 397, 491, 778, 844
açinar (ou variações)	02	357, 364
asinar (ou variações)	10	25, 359, 406, 431, 527, 534
facil (ou variações)	04	57, 105, 107, 838, 915
fasilmente	01	179
falço (ou variações)	02	744, 889
falso (ou variações)	07	901, 916, 930, 931, 933, 936
merce	81	01, 21, 63, 91, 120, 137

merse	03	106, 108, 120
nascimento	03	485, 744, 995
nassimento	02	379, 394
ocasiam	01	53
ocazião (ou variações)	04	62, 1043, 1175, 1204
parecer (ou variações)	13	80, 161, 319, 427, 510, 884
pareser (ou variações)	16	60, 395, 438, 511, 731, 851
sertão (ou variações)	12	14, 593, 598, 651, 709, 842
certam (ou variações)	06	157, 211, 216, 220, 239, 894

A *Ortographia* de Vera (1631) tem um capítulo especialmente dedicado ao <ç>, diferenciando-o do <c> (como em *açude*, verbo, e *açude*, substantivo) e tratando-o como grafema tão distinto do <c> que, deveria fazer parte de nosso alfabeto. Adverte não ser necessária a cedilha no <c> que antecede <e> ou <i> (como em *cinto*, *certo*), “mas se se puser não será erro, visto ser esta sua forma” (7 r.). As *Regras Gerais* (1666), além das informações apresentadas na *Ortographia*, acrescentam que a maior dificuldade não é saber quando se deve ou não usar a cedilha, mas quando diferenciar o <ç> do <ss>, “visto terem estes dous modos a mesma toada” (77). Segundo Bento Pereira, se o vocábulo tiver origem latina, sempre será grafado com <s>, mas “se forem palavras totalmente Portuguezas”, deverão ser grafadas com <ç>, esteja ele no início ou no interior do vocábulo. Se estiver no fim, deve-se observar se o vocábulo termina em –*aça*, –*eça*, –*iça*, –*oça*, –*uça*; –*ança*, –*ença*, –*inça*, –*onça*, –*unça*; –*arça*, –*erça*, –*orça*, –*urça*.(idem).

Sobre o uso do <s>, a *Ortographia* (17 r.) diz que só se dobra tal grafema entre vogais, “pronunciando a modo de ç”. Mais adiante (36 r.), adverte ser erro dobrar-se o <s> dos pronomes enclíticos (*segue-se*, e não *seguesse*).

Pelos vocábulos extraídos dos manuscritos, parece não haver preocupação com um tipo de escrita calcado na etimologia, dada a proximidade numérica entre as flutuações gráficas de vocábulos como <serto> (08 ocorrências) e <certo> (10); <nascimento> (03) e <nassimento> (02); <parecer> (13) e <pareser> (16); <sertão> (12) e <certam> (06). Algumas dessas flutuações acontecem num mesmo manuscrito, como é o caso de <falças> (linha 889) e <falsao> (linha 901); <mercês> (linha 120 e

<mersse> (idem); <ocasiam> (linha 53) e <ocazioins> (linha 62); <parecer> (linha 510) e <paressa> (linha 511).

Pelo exposto, percebe-se que, embora os tratados de ortografia recomendem que se observe a etimologia, pelos exemplos extraídos do *corpus*, parece não haver outro critério senão o fonético para as variações gráficas encontradas.

5.1.2.2. Variação entre <gu>, <g>, <c>, <qu>, <q>

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
agora	15	94, 160, 240, 710, 1005, 1291
Aguora	01	68
branco(s)	02	317, 739
branquos(s)	03	602, 607, 837
Callidades	01	55
Qualidade	02	941, 1048
cantidade (s) / contia	04	346, 347, 473, 664
quantidade (s)	04	154, 541, 940, 955
Cargo	01	522
Carguo	01	35
Castigo	01	321
Castiguo	01	117
coal/coalquer	03	509, 575, 758
qual/qualquer	06	361, 516, 533, 942, 1173, 1225
(por)coanto	04	332, 637, 712, 725
(por)quanto	23	216, 307, 499, 684, 1111, 1226
Goarde	01	63
guardar (ou variações)	13	108, 123, 199, 265, 324, 1294
pagar (ou variações)	08	81, 480, 640, 704, 1029, 1083
Pagua	01	71

Ocorrências sem flut. gráfica		
Efiqazes	01	557
comuniq(u)a	02	541, 542
Serquo	01	673
Soroquaba	01	699

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

Não há ocorrências

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocábulo

Não há ocorrências

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
calidades / calificar	02	126, 1435/6
Qualidades	01	1466
Ocorrência sem flut. gráfica		
antiguamente	01	348/9

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Não há ocorrências

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Não há ocorrências

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Antigua	01	591

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
antigo (ou variações)	06	01, 04, 14, 25 (2x), 16

Raros nos textos impressos, as variações entre <qu>, <c>; <gu>, <g> são freqüentes nos textos manuscritos.

Das gramáticas e tratados de ortografia seiscentistas consultados, somente a *Orthographia* de Vera faz referência ao uso dos grafemas <q> e <g>, advertindo que sempre se deve usar <u> depois do <q> e depois do <g>, quando se quiser dar a ele “meia pronúncia de, o; como se vê nestas palavras, aguarda, agua, lingua, mingua” (8 v.). No final da obra, num capítulo intitulado *Regras da Orthographia da lingua Portuguesa*, Vera condena variações de pronúncia de vocábulos cuja pronúncia se mantêm semelhantes à latina:

"As palavras Latinas, de que usamos incorrutas, ou pouco corrutas, não devemos corrôper mais, quãdo a pronúnciação Latina he a mesma, que a Portuguesa, por não escurecer sua origem, que não he propriedade da lingua fazer maiores corruções; como em Deus, lingua, qualidade, quantidade, quantia, cinco, melhor, & não milhor, sinco, lingoa, contia, calidade, Deos, que he diversa pronúnciação da Portuguesa propria" (44 r.).

No grupo <qu>, a vogal tende a desaparecer, absorvida pela vogal seguinte. Câmara Jr. (1985) adverte que esta redução remonta ao latim. De fato, se observarmos a relação de palavras do Appendix Probi⁹², percebemos que lá já existe a advertência de palavras que se deviam grafar com <qu> ao invés de <c>: “*exequiae non execia; equus non ecus; coquus non cocus; coquens non cocens; coqui non coci*”. Nunes (1969: 68) informa-nos ser comum a perda do *u* tanto na língua arcaica, quanto na dos quinhentistas e que “na linguagem popular o –a, oral ou nasal, que se segue à

⁹² SILVA NETO, Serafim da. *Fontes do Latim Vulgar: o Appendix Probi*. 3.ed., Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956, pp. 53-4.

semivogal, assimila-se a esta, reduzindo-se depois as duas a uma só.” Também nos diz Mattos e Silva (1991: 68) que

“em face dessa assimetria gráfica em que *q* e *g*, seguidos de *ua*, *uo* representam ditongos crescentes e em que *ue*, *ui*, precedidos de *q* e *g* não representam, se encontram na escrita arcaica grafias do tipo *guanhar* por *ganhar*, *paguar* por *pagar*, *vaqua* por *vaca* espelhada nas grafias do tipo *que*, *queria* e, talvez, hipercorretas, já que dialetalmente era provável a existência de pronúncias do tipo *gardar* ou *calquer*.”

Comparando-se o que diz a autora com a advertência expressa por Vera sobre a correta pronúncia das palavras, é realmente provável que tenha havido, ainda no português seiscentista, variações de pronúncia como *cantidade/quantidade*.

Excetuando-se <antiguo> (e variações) que aparece nos textos impressos, sem flutuação gráfica, somente o vocábulo <calidade> apresenta flutuação gráfica com <qualidade>, sendo a primeira forma mais freqüente que a segunda.

Nos textos manuscritos, o que mais nos chama a atenção é a flutuação entre <branco> e <branquo>, esta, em 60% dos casos; <coal> e <qual>, predominando a primeira forma em 33,33% dos casos; e duas únicas ocorrências de <comuniqa / comunica>, uma delas escrita da forma condenada pelos ortógrafos seiscentistas.

5.1.2.3. Variação entre e <v>

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
Reserbar (ou variações)	01	521
Reservar (ou variações)	01	258
Viuba	01	488
Viuva	01	378
Ocorrências sem flut. gráfica		
Conserbar	01	1216

Rebogar	01	520
Sauer	01	492
Uazes	01	727

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Terribel (ou variação)	02	441, 457/8

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Cobarde	01	819
Lauaredas	01	184

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Abana	01	566
Auana	01	546
Ocorrências sem flut. gráfica		
Biboras	01	1215
Cobarde (ou variações)	07	218, 224, 243, 255, 454, 506

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Não há ocorrências

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Acobardam	01	888/9

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Não há ocorrências

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

Não há ocorrências

Sobre a variação entre <b> e <v>, somente a *Orthographia* de Vera faz referência ao assunto, considerando a semelhança do <b> com o <u> consoante e afirmando ser comum entre os galegos e alguns portugueses d'entre Douro e Minho a pronúncia *bos*, *bida* por *vos*, *vida*. Teyssier (1997: 57) trata do assunto, atribuindo tal confusão à influência galega e espanhola, e cita Leão como testemunho explícito, na segunda metade do século XVI, dessa confusão:

“Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia* (1576), menciona a confusão do *b* e do *v*, e precisa que ela aparece ‘nos galegos e em alguns portugueses dentre Douro e Minho’.

Pereira (1933: 76) afirma que a permuta entre <b> e <v> é comum na transformação do latim para o português (*rabiam* > *raiva*), permanecendo ainda na fala dos minhotos. Lembra também que “perdura ainda entre nós, em certas palavras, o syncretismo dessas duas consoantes, v.g., *taberna* e *taverna*, *cobarde* e *covarde*, *boda* e *vôda*”.

Certo é que a confusão entre o <b> e o <v> se manifesta desde o século I da era cristã. Várias abonações no *Appendix Probi* o confirmam: *vaclus* (por *baculus*), *baplo* (por *vapulo*), *alveus* (por *albeus*). Além disso, outras fontes do latim vulgar apresentam tal variação: *gingibas*, *labacione*, *ferburam*, *bibunt*, *badum* (na *Mulomedicina Chironis*), *bixit*, *cibitatis*, *renobabit* (nas inscrições cristãs e/ou tumulares).

Nos apêndices de Franco Barreto e Bento Pereira, são as seguintes as correções:

Erradas

Barrer

Bisconde

Emendadas

Varrer

Visconde

Bitalha, bitualha	Vitualha (FB)
emprovecer	empobrececer (BP)
Prove	Pobre
Proveza	Pobreza (FB)
Pruvico	Publico
Pruvicar	Publicar

Na segunda lista de Bento Pereira, as *palavras toleradas* são as seguintes: *alvidrar, alvidro, avorrececer, bitualha*, que são pelo autor melhoradas em *arbitrar, arbitro, aborrececer, vitualha*.

5.1.2.4. Consoantes dobradas

Não é nosso propósito fazer aqui um levantamento exaustivo das consoantes dobradas, pois o que queremos provar não é a presença ou não de etimologizações gráficas. Ao contrário, o escopo desta tese é justamente provar que a ocorrência das consoantes dobradas flutua tanto quanto os demais casos que acabamos de ver. Deste modo, apresentaremos somente um exemplário das consoantes dobradas que aparecem nos textos manuscritos e sua flutuação com os mesmos vocábulos com consoantes simples.

Nos textos manuscritos, contamos 506 ocorrências de consoantes dobradas. Dobram-se as consoantes <c>, <f>, <g>, <l>, <m>, <n>, <p>, <t>, conforme os exemplos:

- <cc>: <ocasiã^{am}> (53), <occasiã^{am}> (192); <soccorro> (193), <socorro> (86); <acidentes> (1276), <accidentalmente> (911).
- <ff>: <afirmar> (632), <affirmar> (541); <efeito> (682), <effeito> (677); <fee> (72), <ffee> (578); <ofendessem> (606), <offendidas> (248).
- <gg>: <agradecer> (39), <aggradecer> (198).
- <ll>: <aualiado> (398), <avalliado> (403); <Angola> (1214), <Angolla> (630); <ele> (680), <elle> 692); <zelo> (1287), <zello> (544).
- <mm>: <comunicação> (131), <encommendo> (228).
- <nn>: <Capitania> (29), <Capitannia> (52); <dano> (935), <danno> (853).

- <pp>: <ocupa> (1226), <ocuppaõ> (774); <Capitania> (487), <Cappitania> (774).
- <tt>: <ate> (593), <atte> (68); <dito> (1021), <ditto> (1014); <meter> (918), <metter> (154); <remeter> (933), <remetter> (177).

Nos textos impressos, repetem-se as mesmas consoantes dobradas, mas quase não há flutuações gráficas, o que demonstra um maior travestimento etimológico nesses textos:

A *Ortografia*, de Vera, adverte que são várias as causas da duplicação das consoantes no interior de vocábulos (uso, palavras derivadas daquelas, diminutivos, composições); no entanto, adverte que não se devem duplicar consoantes em seu início ou término. A seguir, trata de cada uma delas separadamente, conforme segue

“B: a consoante *b* só se dobra nas seguintes palavras: *abbreviar, Abbade, Abbadessa, Abbadia, jibba, jibboso, sabbado*;

C: dobra-se esta consoante no caso de verbos que sejam iniciados por ela, aos quais se juntam os prefixos *ad, ob, sub*, bem como os vocábulos *occidente, succeder, successor* e *acelerar*. Também dobram o *c* os seguintes vocábulos e seus derivados: *Baccho, bocca, Graccho, peccado, sacco* (e *sacquinho*), *secco, socco, vacca* (e *vacqueiro*)

D: dobram esta consoante somente *addicionar* e *addivinhar*;

F: dobra-se esta consoante nos verbos iniciados por ela aos quais se juntam o prefixo *ad*; os verbos iniciados por *a*, que têm *f* intervocálico; os verbos e nomes compostos iniciados por ela, aos quais se juntam o prefixo *dis, ex, ob* ou *sub*;

G: dobram esta consoante os vocábulos formados pelo prefixo *ad*;

L: dobram o *l* os verbos iniciados por esta consoante aos quais se juntam o prefixo *ad, com, in*; os diminutivos em *lo, la*; nos nomes cuja consoante seja precedida de *e* tônico; os superlativos oriundos de *–limus* e mais uma série grande de vocábulos em que o *l* se mantém duplicado em razão da etimologia. Convém dizer que o autor proscree a

duplicação desta consoante nos vocábulos aos quais se acrescentam *o/a* (artigos ou pronomes);

M: dobra-se esta consoante nos nomes iniciados por ela, aos quais se juntam *con-*, *en-*, *in*, além dos seguintes vocábulos: *communitate*, *commum*, *communicar*, *commungar*, *excommungar*, *flamma*, *summariamente*, *consummado*;

N: dobra-se esta consoante nos nomes iniciados por ela, aos quais se juntam *ad-*, *in-*, além do vocábulo *anno* (e seus derivados), *panno*, *penna*, *tinnir*, *tyranno*, *bannido*, *canna*, *cannaveal*, *Ioanna*, *Ioanne*, *Britannia*, *Britanno*, *Vianna*, *Viannêses*;

P: dobram esta consoante os nomes ou verbos iniciados por ela, aos quais se juntam *ad-*, *ob-*, *sub-*, além dos seguintes vocábulos: *Cappadocia*, *cappella*, *cappa*, *cappello*, *ceppo*, *mappa*, *poppa*; e muitos nomes gregos, acabados em *-ippo*;

Q: não se dobra esta consoante;

T: dobra-se esta consoante os vocábulos que, em latim, formavam com ela grupos consonantais impróprios (*ct*, *pt*); os diminutivos em *te*, *ta*, além dos seguintes vocábulos: *attentar*, *atenção*, *attonito*, *attribuir*, *atrição*, *gotta* (e seus derivados), bem como *prometter*, *permitter*, *metter*, *arremetter*, *scetta*.”

As *Regras*, de maneira bastante simplificada, recomendam a duplicação das consoantes somente quando justificadas pela etimologia.

Pereira (1933:83) cita que, embora as geminadas tenham-se simplificado, “a conservação, na escripta desse elemento insonoro obedece apenas aos preceitos da *orthographia etymologica*”.

Said Ali (1964:32) refere-se às consoantes geminadas, chamando atenção para a geminação de *ff* e *ll*, que, segundo o autor,

“possível he que com essa curiosa geminação [...] quizessem os antigos escriptores significar que em alguns vocábulos, ou em algumas occasiões, a vogal junto a *ll* ou *ff* recebia intonação ou icto forte, mas muito rápido. Os demais casos de consoantes geminadas dever-se-iam explicar pela

etimologia”.

Entretanto, adverte-nos que

“aonde não podiam chegar os conhecimentos etymologicos, supria-se, em materia de geminação, com a fantasia e o capricho, preferindo muitas vezes o superfluo ao estrictamente bastante”.

No tocante aos clíticos (*lo, la, los, las*), explica-nos que, por serem eles unidos aos seus subordinantes sem separação alguma, assimilavam as consoantes terminais desses subordinantes, duplicando o *l* (*per + lo = pello; ver + la = vella*). Isso se comprova tanto nos impressos quanto nos manuscritos: <abaixalla> (1179), <deixallos> (717), <fazella> (835), <honrallos> (758), <naturalizallos> (720), <prouella> (54).

5.1.2.5.O emprego do grafema <h>

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

<h> inicial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
Haver (ou variações)	99	05, 151, 315, 733, 922, 1258
Aver (ou variações)	07	36, 58, 156, 402, 476, 524
Hem (preposição)	01	147
Em	cerca de 100	01, 20, 57, 99, 197, 195, 234
Hera/herão	03	572, 634, 804
Era/erão	08	618, 633, 692, 706, 1156, 1287
Hesses	03	688, 710, 813
Esse (ou variações)	13	235, 290, 630, 839, 992, 1239
Hir	09	86, 169, 590, 628, 770, 851
Ir (ou variações)	05	147, 686, 929, 1254, 1266
Histo	01	120

Isto	10	580, 597, 627, 735, 826, 899
Hoje	10	208, 575, 711, 828, 973, 1161
Oje	03	332, 345, 351
Hordem (ou variações)	04	288, 378, 748, 750
Ordem (ou variações)	20	04, 31, 142, 243, 605, 1186
Hum (ou variações)	73	29, 101, 847, 888, 906, 938
Um (ou variações)	04	253, 277, 389, 492
Humilde (ou variações)	03	546, 996, 1294
Umilde	01	867
Ocorrências sem flut. gráfica		
He (verbo 3ª p. sing)	71	06, 69, 855, 900, 1128, 1268
Heronimo	02	412, 432
Homem (ou variação)	08	15, 317, 740, 860, 897, 1203
Honra	08	57, 166, 228, 261, 679, 769
Horriuel	01	741
Hostilidade	02	213, 555

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
Alghũa	01	305
Algua/alguma	11	165, 270, 547, 647, 843, 1215
Athe	05	208, 223, 301, 597, 779
Ate	04	593, 955, 1013, 1137
Authoridades	01	788
Autorizar	02	419, 1166
Christo (ou variações)	10	333, 379, 394, 562, 578
Cristo	01	485
Sahir	01	973
Sair	01	1245
Ocorrências sem flut. gráfica		
Abstrahindo	01	755
Ahi	02	337, 660
Authentica	01	249

Bahia	16	14, 22, 247, 1085, 1153, 1296
Cahir	01	989
Catholico (ou variações)	03	609, 619, 707
Coherentes	01	1049
Constituhio	01	491
Deshumano (ou variações)	03	645, 806, 881
Destruhir (ou variações)	05	661, 668, 675, 681, 711
Monarchia	01	1194
Pernahiba	01	699
Pernaghoa	01	699
Possuhem	01	773
Prohibir (ou variações)	05	879, 1086, 1090, 1093, 1126
Sapucahy	01	325

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

<h> inicial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
He	cerca de 60	96, 169, 264, 398, 556, 627
Hum/ hũa	cerca de 50	60, 77, 376, 406, 493, 681

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Comprehender	01	393/4
Dohia	01	300
Haver (ou variações)	58	408, 438, 451, 452, 497, 566
Martha	01	66
Theatro	01	638

Thesouro	04	310, 358,721, 793/4
Throno	01	770
Sahir	03	215, 728, 839

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

<h> inicial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Haver	cerca de 100	302, 303, 331, 639, 656,982
He	cerca de 200	229,241,314, 488, 1261, 1797
Hum/huma	cerca de 200	68, 249, 585, 701, 933, 976
Hir	03	707, 782, 1337
Hombros	21	68, 459, 542/3, 711, 745, 749,
Hierarchias	01	472

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ahi	09	1316, 1394/5, 1422, 2130, 2161, 2171
Atrahir	01	234
Author	01	08
Cahir (ou variações)	05	571, 755, 948,1119,1214
Charidade	01	598
Catholico	05	41, 366, 963, 1306, 2154
Hierusalem	01	787
Hyeremias	02	787, 792/3
Monarcha	01	470
Propheta (ou variações)	03	483, 514, 517/8
Rethorica	01	74
Sahir	02	1064, 1580
Theatro	01	2156
Thema	01	59
Thomé	01	1631

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro**<h> inicial**

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Haver (ou variações)	cerca de 30	479,486,986,1310,1484, 1502
Aver (ou variações)	07	348, 151, 1188, 1189, 1219, 1280
Holandês	01	511
Olanda (ou variações)	05	506, 543, 556, 568, 1518
Ocorrências sem flut. gráfica		
He	cerca de 100	399, 442, 464, 470, 621, 654
Hespanha	02	478, 573
Hia/hião	02	772, 780
Hypocrisia	02	249, 978
Hum/huma	44	184, 236, 237, 317, 346, 375

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Página
Cahião	01	18
Cathalogo	01	23
Catholico (ou variações)	03	10, 22, 22
Chaos	01	184
Characteres	01	15
Christão (ou variações)	04	11, 13, 22, 30
Cōtrahir	01	22
Deshonra	01	21
Deshumanidade	01	22
Destruhia	01	984
Esphera	02	dedic , 10
Exhalação	02	28
Inhabil	03	17, 29, 29h
Labyrintho	01	16

Machina	01	18
Monarchia	07	Pref, 06, 07, 08, 15, 22
Sahio	01	561
Theatro	02	502, 1281
Thesouros	02	446, 574
Triumphos	01	359

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

<h> inicial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
He	cerca de 100	74 (2x), 126, 174, 217, 331
Hum /huma	cerca de 50	53, 113, 130, 183, 295, 351

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Abraham	02	366, 367
Author/(des)autorizado	03	32, 40, 312
Charidade	03	136, 142, 174
Nazareth	03	123, 125, 125
Sahir	01	97
Thesoureyro	01	54
Triumphe	01	235

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

<h> inicial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Haver (ou variações)	cerca de 200	24, 161, 202, 203, 246
Aver (ou variações)	38	165, 167, 225, 228, 1066, 1092
Ocorrências sem flut. gráfica		
He	cerca de 250	110, 130, 194, 201, 1905, 2356
Hum/huma	cerca de 200	52, 58, 64, 72, 166, 1065, 1422

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Architectura	01	357
Athe	10	196,296, 396, 544, 1930,2039
Author	01	170/1
Autor	01	795
Cahio	02	293, 2001
Cholericos	01	1804/5
Comprehender (ou variações)	02	115, 434
Christão (ou variações)	cerca de 80	118, 217, 295, 326, 360, 1638
Eschola	01	1855
Machinou	01	958
Melancholicos	01	1805/6
Pharao	01	239
Proibir (ou variações)	06	494,498,807/8,808, 820, 1193
Reprehender	01	1022
Sepulchro	01	651
Theologo	01	203
Throno	01	143

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

<h> inicial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Haver	18	23, 133, 172, 405, 685, 758,
He	cerca de 100	148, 226, 339, 416, 444, 768
Hum/huma	cerca de 150	22, 45, 63, 64, 194, 306
Hir	03	179, 180, 540,
Hombros	01	663

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Página

Instituhir	01	542/3
Instituir	02	543, 545
Ocorrências sem flut. gráfica		
Abrahão	01	695
Ahi	01	164
Attrahir	01	334
Catholico (ou variações)	02	59, 731
Christo	cerca de 50	33, 271, 277, 286, 301, 307
Nazareth	01	345
Proibir	01	29
Sahir	09	47, 530, 537, 567, 570, 670
Thema	03	26, 115, 117

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

<h> inicial

Vocábulo	Total de ocorrências	Página
Ocorrências sem flut. gráfica		
Haver (ou variações)	04	05, 17,
He	cerca de 50	
Hum/huma	08	02, 04, 05, 07, 14, 15
Hombro	02	14, 16

<h> medial

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Ocorrências sem flut. gráfica		
Blasphemia	01	314
Christo	1	178, 254, 258, 374, 375, 387
Coherente	01	519
Compreender (ou variações)	02	303, 540
Ephemeridas	01	66
Matemathico (ou variações)	09	145, 156, 164, 188, 229
Patriarcha	02	419, 527, 546

Pharisaicos	01	135
Philosophia	02	279, 634
Theologia (ou variações)	02	121, 634/5

Pode-se dizer que as etimologizações gráficas misturam-se nos textos às grafias fonéticas. De modo geral, percebe-se uma tentativa de escrita etimológica, embora freqüentemente os escribas mesquem a essa escrita formas da língua antiga.

Os ortógrafos unanimemente recomendam que se escreva do modo que se fala, apesar de, todos eles, dedicaram capítulos em suas obras destinados ao uso de consoantes dobradas, desde que elas se justifiquem etimologicamente.

Curioso é observar que a *Ortographia* é a favor de que se escreva segundo a origem das palavras, desde que a grafia etimológica seja coincidente com a pronúncia, condenando, desse modo, exageros que possam causar duplo ou falso entendimento. Assim, a *Ortographia* trata do < h > (9 r.), dizendo que ele “não he letra mais que na figura: sòmente serve aos Latinos para nota de aspiração que para isso a inventarão, que he dar força a vogal, a que se junta”. Acrescenta que “na pronúncia não a sentimos”, excetuando-se quando entra na formação dos dígrafos *nh*, *ch*, *lh*, “pronúncias próprias da nossa lingua, que os Latinos não conhecerão. Donde errão os que escrevem dicções Portuguezas per *ch* derivadas dos Latinos, & Gregos”. Dessa maneira, o autor condena grafias como *Monarchia*, *architecto*, que devem ser grafados com *qu*, justificando que “assi os escreveremos, porque da mesma maneira os pronunciamos. Porque a boa ortographia consiste em escrever, como pronunciamos : & da mesma maneira pronunciar como escrevemos” (10 r.). Em suas *Regras*, semelhantemente, Bento Pereira trata do assunto, não acrescentando nenhuma informação diferente das fornecidas por Vera.

Franco Barreto (1671: 132) reconhece haver controvérsias entre os autores, mas acrescenta não ter dúvidas de que, em português, o <h> tenha três funções: “serve de letra” (na formação dos dígrafos), “de aspiração” (nas interjeições *ha, ha; ah,; oh*), e “de distinção” (desfazendo possíveis ambigüidades, como entre o verbo *ser* – *he* – e a conjunção aditiva – *e*). Não admite que se escrevam com <h> vocábulos portugueses, em respeito à sua etimologia, exceto quando for necessário para desfazer ambigüidades e acrescenta que

“erram, os que querem escrever per ch, vocabulos Portuguezes, dirivados dos Gregos, ou Latinos, como choro por coro (...) & assi estes nomes Monarchia, Machina, & semelhantes escrevemos sê h, & cõ qu; como Monarquia, Maquina, &c. diremos tâbê Cosmocracia, filosofia, artografia, assi como soã ã Portuguez.” (136)

Das gramáticas históricas, Said Ali (1964: 33) refere-se ao uso do *h* inicial como forma de denotar

“o pequeno esforço com que proferiram, ou suppunham proferir, a vogal inicial de alguns vocabulos. Isto resalta sobretudo dos monossylabos *he*, *hũ*, *hi*, nos quaes se respeitou esta escripta ainda muito tempo depois de modernizado o systema orthographico medieval”.

Pereira (1933: 75) acrescenta que desde o tempo de Cícero o *h* havia perdido a aspiração, “sendo apenas artificialmente mantido nas escolas e no fallar de gente culta”.

Tanto nos textos manuscritos quanto nos textos impressos é grande a quantidade de itens grafados com <h> e o que se percebe é que seu emprego, como no português medieval, é bastante arbitrário, sendo usado nas seguintes situações: etimologicamente (*Monarcha*), pseudo-etimologicamente (*hesses*), para marcar o hiato (*sahir*), para “encorpar” monossílabos (*hum*) ou diferenciá-los de formas átonas (*he*).

5.1.2.6. Demais variações

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Vocábulo	Total de ocorrências	Linhas
Aluoro	01	371
Aluaro	02	337, 359
Amostradores	01	497

Foam	05	36, 37 (3x), 38
Fuam	01	38
Mostrar (ou variações)	02	02, 1005
Detreminado	01	556
Determinar (ou variações)	02	96, 103
Lixboa	01	272
Lisboa	03	1065, 1080, 1246
Perjuizo (s)	02	1230, 1263
Prejuízo	12	213,881,915,1045,1126, 1210
Premita (ou variações)	02	556, 646
Permitir (ou variações)	08	108,143,861, 924, 1055, 1192
Propio (ou variações)	06	350, 363, 500, 788, 796, 805
Proprio	07	254, 309, 764, 903, 947, 1180
Ocorrências sem flut. gráfica		
Fruito	04	552, 731, 764, 781
Pernuncios	01	274
Reconcouo	01	661
Sacraficarei	01	873

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Amieçando	01	1163/4
Ameaçando	01	333
Pertender (ou variações)	01	50
Pretender (ou variações)	01	63
Mudauel	01	1058
Pregunto	01	1171

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Despois	08	363, 867, 877, 890, 911, 913

Deuação	01	1128
Flota	01	545
Floxos / Afloxauão	02	1488, 1566
Froxos	01	1053
Fructuosamente	01	1508/9
Fruito	02	136, 990/1
Heregia	01	152
Igreija	02	759, 765, 1041
Pexes	01	703
Pertendemos	01	1495
Pronosticarião	01	208/9

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Preguntar (ou variações)	04	98, 237, 285, 366

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Alumia	01	354
Fruitos	05	60, 71, 796, 804/5, 1614
Pertender (ou variações)	03	381, 713, 745
Preguntou	01	640/1
Salamão	03	330, 869/70, 1667
Treuoas	02	332, 2281

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

Vocábulo	Total de ocorrências	Linha
Impida	02	158, 163
Intermissão		187
Pronosticar (ou variações)	02	123, 169

Dentre as demais variações presentes nos textos, destacamos: prótese

(*auinculou*), epêntese (*despois*), aférese (*presentou*), assimilação (*reconcouo*), dissimilação (*sacraficarei*, *sacrqficio*, *deuação*, *propios*), ditongação ou monotongação (*pexe*, *Igreija*, *froxo* e *floxo*), metátese (*pertendemos pregunto*, *perjuizos*, *premita*, *detreminado*), crase (*emprendeo*), rotacismo (*floxo/froxo*) e a manutenção do *-i-*, fruto da vocalização do grupo consonantal impróprio *-ct-*, em *fruito*. Com relação a <*fruito*> convém notar que, embora não tenhamos encontrado ocorrências de <*fruto*> ou <*fructo*>, há num dos impressos o advérbio <*fructuosamente*>, revelando a convivência de uma forma refeita com a arcaica vocalizada. Chama-nos também a atenção a presença do vocábulo <*foam*> / <*fuam*> nos textos manuscritos, própria dos canteres de maldizer, oriundo do árabe <*fulan*>, e <*Salamão*>, semelhante à forma encontrada no Orto do Esposo, do séc. XIV, <*Salamõ*>.

Os apêndices de Franco Barreto e de Bento Pereira apresentam intens semelhantes aos destacados acima:

<i>Erradas</i>	<i>Emendadas</i>	Arremangar	Remangar
Bayxar	Abaxar	Arrematar	Rematar
Acipreste, dinidade	Arcipreste	<i>Erradas</i>	<i>Emendadas</i>
Acipreste, arvore	Cipreste	Arreponder	Repeder
Acupar	Ocupar	Arresoar	Rasoar
Agabar	Gabar	Atromentar	Atormentar
Agardecer	Agradecer	Avaluar	Avaliar
Alinterna	Lanterna	Avaluaça	Avaliaça
Alcorcovado	Corcovado	Avoar	Voar
Alicornio	Vnicornio	Auto	Apto
Almario	Armário	Bayxo	Baxo
Almoço	Almorço	Bernio	Hybernio
Almazona	Amazona	Boutiçar	Bautizar
Apoupar	Poupar	Boutiço	Bautismo
Arrebentar	Rebentar	Caronica	Cronica
Arrecear	Recear	Caronista, coronista	Cronista
Arrecuar	Recuar	Chançarel	Châceler
Aredar	Redar	Chusma da galé	Churma
Arrefecer	Refecer	Collector	Colleytor

Compeçar	Começar	Frolido	Florido
Concrudir	Concluir	Garça	Graça
Consirar	Considerar	Gufano	Bufano
Consiraça	Consideraça	Increo	Incrédulo
Crerigo	Clerigo	Isgreja	Igreja
Crelesia	Clerisia	Intrelocutoria	Interlocutória
Cunho de moeda	Crunho	Mancipado	Emancipado
Dedo meminho	Dedo minimo	Mancipar	Emancipar
Digarey	Direy	Manicordio	Monocordio
Diques	Adiques	Maninconizado	Melanconizado
Disforme	Deforme	Menagem	Omenagem
Dispor o senhor	Expor	Mêsa	Mesa
Docto	Douto	Monipodio	Monopolio
Doctor	Doutor	Negrigente	Negligente
Doctrina	Doutrina	Obscuro	Escuro
Effecto	Efeyto	Obscurecer	Escurecer
Enfatiosi	Enfiteusi	Obscuridam	Escuridã
Enfatiota	Enfiteuta	Obsequias	Exequias
Entonces	Entã	Oucioso	Ocioso
Enxemplo	Exemplo	Paviola	Padiola
Enxerca	Enxerga	Piciça ou percissã	Procissã
Enxecuam	Execuçã	Perluxidade	Proluxidade
Enxecutar	Executar	Praceiro	Parceyro
Escadea, de subir	Escada	Precurador	Procurador
Esprimentar	Experimentar	Precuraça	Procuraça
Estiba	Estima	Pregunta	Pergunta
Estibar	Estimar	Preguntar	Perguntar
Estribuidor	Destribuidor	Priol	Prior
Estribuiçam	Destribuiça	Prifeito	Pefeyyto
Farnasia	Frenesia	Proluxo	Prolixo
Farnetego	Frenetico	Rabiscar	Rabuscar
Filosonomia	Fisionomia	Rector	Reitor
Freima	Fleyma	Reima	Reuma
Frol	Flor	Rendiça	Redença

Resido	Residuo	Spuma	Escuma
Reveria	Revelia	Star	Estar
Rolaçam	Relaçã	Stado	Estado
Sambixuga	Sanguixuga	Teyma do pregador	Tema
Samos	Somos	Tribulo	Turibulo
Socresto	Sequestro	Tromento	Tormento
Solorgiam	Cirurgia	Veador	Vedor & vereador
Solergia	Cirurgia	Videas	Vides

5.1.3. Uso de grafemas maiúsculos

5.1.3.1. A distinção entre grafemas maiúsculos e minúsculos

O milênio compreendido entre a queda do Império Romano e o advento da Imprensa viu florescer a escrita, tanto como efetivo elemento de comunicação quanto como objeto de decoração. De fato, à medida que o Império Romano declinava, o papel da escrita ia cada vez mais ficando a cargo dos monges e seus *scriptoria* passaram a ser os maiores centros de produção e preservação do conhecimento, através da cópia e iluminação de manuscritos. Escrita e cultura refugiam-se nos mosteiros, de modo que os livros passam a ser considerados como raras obras de arte, ganhando valor não só por seu conteúdo, mas também por sua forma. Por essa época, surgem as iluminuras, como uma forma de arte de desenhar, em caixa alta, a letra que iniciava cada capítulo de um livro, daí até hoje a letra maiúscula também ser chamada “capitular”.

De acordo com Bacelar (1998: 13),

“Nesse período, várias escritas adquiriram identidades gráficas próprias, assim como se desenvolveram formas altamente sofisticadas de decoração, transformando as letras iniciais em elementos visuais de grande beleza e variedade.”

No latim clássico não havia distinção entre grafemas maiúsculos e minúsculos: todos os grafemas eram escritos com caracteres gráficos semelhantes ao que hoje chamamos “maiúsculos”.

A criação de grafemas minúsculos se deu entre os séculos IV e VI, como uma alternativa de escrita, ou seja, o escrivão poderia recorrer a só uma das duas formas de grafia.

De acordo com Bacelar (*idem, ibidem*), durante o reinado de Carlos Magno (747 – 814), deu-se o chamado “renascimento científico”, o que provocou o aumento e a preocupação com a preservação e uso da palavra escrita, sobretudo de uma forma de escrita que fosse fácil de produzir e ler. Desde então,

“desenvolveu-se uma caligrafia a partir da uncial e da meia-uncial com uma grande variedade de formas, tanto rectilíneas quanto redondas, que podia ser rapidamente produzida com uma pena de ganso. Trata-se da primeira escrita a apresentar uma minúscula normalizada e com desenho próprio, independente da forma da maiúscula correspondente.”

Com a mudança do suporte, e conseqüentemente de instrumento de escrita, na Idade Média, quando o cinzel deu lugar à pena, o uso de caracteres minúsculos se intensificou. Desde então, os caracteres maiúsculos, ou “capitais monumentais”, porque concebidos para inscrições nas pedras, passam a ser vistos como algo próprio da antiguidade clássica. É assim que nasce a noção de que os caracteres maiúsculos são usados para grafar palavras mais importantes, como nomes próprios, por exemplo.

Com a progressiva redução dos casos latinos e conseqüente formação das línguas românicas, as funções gramaticais deixam de se dar pelas declinações, o que exige uma ordem mais rígida dos termos da oração, o uso de conectores e de sinais de pontuação. A divisão dos elementos ao longo do texto passa a ser visualmente marcada e o grafema maiúsculo passa também a marcar o início de uma nova frase.

5.1.3.2. A capitalização da inicial

Entendida como “elemento gráfico suprasegmental abstrato que se caracteriza por ultrapassar o nível do grafema enquanto unidade discreta e se aplicar a seqüências inteiras de grafemas” a capitalização da inicial é elemento que “só pode ser entendido como uma instrução para se transformarem grafemas não marcados em grafemas marcados” (Gallmann, 1986 *in* Marquilhas, 1991: 78).

Desse modo, como já foi dito na seção anterior, as informações fornecidas a uma palavra iniciada pelo grafema inicial maiúsculo são de natureza semântica, e têm a ver com o traço de *grandeza*: geográfica (topônimos em geral), de consagração social (vocabulário aristocrático, nomes profissionais), de consagração espiritual (vocabulário religioso), de número (referentes a comunidades humanas), etc (Marquilhas, 1991: 80).

Em consonância com Marquilhas, Gonçalves (2003) chama a atenção a que o uso de grafemas maiúsculos veicula os valores de uma época, de modo que, no século XVII, as maiúsculas relacionam-se aos valores ligados à Igreja Católica.

5.1.3.3. As normas nos tratados ortográficos seiscentistas

As *Regras geraes*, de Bento Pereira, apresentam, na primeira das três partes que compõem seu tratado, a regra intitulada “Para escrever letra grande”. De acordo com ela, os grafemas maiúsculos são usados em duas situações distintas: para iniciar nomes e para iniciar períodos. De acordo com o autor (p. 01), deve-se usar “letra grande” no início de nomes próprios de pessoas (tanto o prenome quanto o sobrenome), reinos, províncias, cidades, vilas, montes, rios e meses. Deve iniciar também o nome Deus, os nomes dos deuses da gentilidade, os adjetivos que indicam origem. O autor acrescenta que também se pode usar inicial maiúscula no “nome apelativo de alguma grande dignidade, como *Pontifice*, *Rey*, & os nomes de sciencias, & artes nobres, como *Theologia*, *Filosofia*, *Rhetorica*”(1-2).

Com relação aos períodos, devem-se usar os grafemas maiúsculos em “todo o principio de escritura, & qualquer período, ou clausula que se siga depois de acabar outro período, ou clausula precedente em ponto final, ou interrogativo [...] ou admirativo”. (2). Do mesmo modo, usa-se o grafema maiúsculo para introduzir uma citação, depois de “dous pontos” ou de “meio círculo”.

Igualmente, em sua *Orthographia*, Álvaro Ferreira de Vera se dedica ao assunto, no capítulo intitulado “Regras geeraes da Orthographia da lingua Portuguesa”. De maneira geral, Vera concorda com Pereira, acrescentando que os grafemas iniciais maiúsculos podem ser usados para destacar um assunto:

“nomes propios de quaesquer cousas, sobrenomes, nomes de sciências, artes, dignidades; & qualquer cousa, que se vai trattando; como, da Caridade: os nomes de nações [...], os patronímicos ” (46 v.).

No entanto, adverte-nos o autor que não devem ser usados grafemas maiúsculos no interior dos vocábulos, mormente em textos manuscritos: “Em meio da dicção senão põe letra grande, porque he notavel erro escreverse assi, oCasiões, oBra, orDinária: como vi de letra de mão mui perfeita mas mui errada na orthographia” (p. 47).

5.1.3.4. A capitalização da inicial nos documentos

Para falarmos da capitalização nos documentos, faz-se necessário tomarmos os textos manuscritos e os textos impressos separadamente, pois, embora os impressos sejam todos sermões escritos por jesuítas, temos manuscritos de naturezas bastante diversas: cartas, escrituras, relatórios, ofícios. Com relação especificamente aos documentos notariais, que geralmente são redigidos diante das partes interessadas e com a presença de testemunhas, sem a possibilidade de revisão, é plausível que esses documentos não apresentem o “capricho” dos textos literários ou mesmo das cartas pessoais. Somado a isso, o fato de a escrita do século XVII ser *processada encadeada* aumenta ainda mais a frequência de “descuidos” no tocante à grafia, já que, por vezes, linhas inteiras são escritas sem que o notário tire a pena do papel.

Diante disso, é natural que encontremos nos textos manuscritos, em geral, uma quantidade maior de ocorrências que estejam em desacordo com as normas, conforme observaremos a seguir.

I. Capitalização da inicial em nomes:

Trataremos aqui como nomes todos aqueles que, de acordo com os manuais de Pereira e Vera, designem nomes de pessoas, nomes geográficos (províncias, cidades, vilas, montes, rios), etnônimos e vocabulário religioso (o nome Deus, os relativos à cristandade e os nomes dos deuses pagãos).

Seguem-se as listas de nomes próprios com a linha em que se encontram entre parênteses:

- **NOMES DE PESSOAS**

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

1. Todos os nomes iniciados por maiúscula:

Francisco Fonseca Falcão (11), Agostinho de Figueiredo (22, 26), Thomas Francisco de Oliveira (66), *Pedro* Taques de Almeida (75), *Agostinho* Rocha Figueiredo (92), João Negrais Dias (110), Paullo Marques Catalam (113/4), Jacome Cantinho de Mello (124), João Correa Sampaio (125), Antonio Garcez Barroso (126), Francisco Correa Vaspazanos (149), Antonio Telles da Silva (187), Pedro Vaz de Barros (260), Sebastiam Cardoso de Sampayo (261/2), Alexandre de Souza (267), Felleciano Cardozo (273), Thomás *Fernandez* de Oliveira (275), Cysprian[o] Tavares (298), Rodrigo Castelo Branco (327/8), Diogo de Lara (329), Alvaro de Moraiz (337, 371/2), Ines Rodrigues (343), *João* Francisco (360/1), *Domingos* Rodriguez Maciel (367, 370), Saluador Cardozo de Almejda (375/6, 391, 395, 409, 437, 483), Anna Barreto (378, 404, 412), Mathias Machado (384, 408, 414, 438/9, 454, 456, 464, 469), Manoel Pinto Guedes (386/7), Heronimo Pedrozo(432), João Barreto (432), Manoel da Murim (495), Mathias da Costa (530, 532, 537), Cícero (539), Iuzeph de Anchieta (594), Ioaõ de Almejda (594/5), *Andrade* de Couros (672), Joaõ Peixoto Viegas (673), Afonço Furtado (675), Thomas *Fernandez* de Oliueira (736), Joaõ da Rocha Pitta (746), Antonio Luis *Gonçalvez* da Câmera (750/1), Francisco Manoel (782), Simaõ de Vasconsellos (797), Bertolomeu Lopez de Caruallho (867), Bernardo Vieira Ravasco (868/9, 1296), Pedro Alvarez Cabral (982)

2. Só um dos nomes iniciado por maiúscula:

Pedro vaz de barros (17), Afonço furtado de cas[t]ro (24/5), Alvaro de moraiz (330, 336, 344), Luiza da foncequa (337/8, 358, 360), françisquo Ìorge uelho (356), Ioam *francisco* (356), Alvaro de morais madureira (359), *diogo* de Lara (371), Manuel pinto guedes (395/6, 406/7, 409, 419, 460), Gonçallo de almeida (404/5, 457), João barreto (412), Heronimo pedrozo (412), *Manuel* pinto (442, 471, 473, 475, 479), Antonia pais (488, 489), Andre de sequera de mendonça (493), Vicente pires damora (494), Antonio pinto (494), Antonio de oliuera (494/5), Antonio barros (495), Clemente de martis francisco alures (496), Roque de barcelos (496/7), Antonio pardo (528), domingos da Costa (528), Antonio baReto (528), Antonia pais (531), Saluador de oliueira (531), Antonio pardo (531), domingos da Costa (531), Antonio bareto (531), Francisco De souza (700)

3. Só um dos nomes iniciado por minúscula:

Bernardo Vieira rau[a]sco (113/4), *Pedro* taques de Almeida (54), paulo Marquez Catalam (19), gaspar João Bareto (340/1), Manoel *ferrera* Rios (359, 360), domingos Rodriguez Maciel (358/9), Francisco Ìorge uelho (360, 362), M[a]n[uel Pi]nt[o] guedes (373/4, 390), Saluador Cardozo de almeida (383, 411, 451, 467/8), Manoel pinto Guedes (417/8)

4. Todos os nomes iniciados por minúscula:

goncalo de almeida (413), manael pinto (428), francisco nunes de sequera (493), luis *pereira* francês (493), francisco da mota (496), saluador de oliuera (527)

Das 132 ocorrências de nomes próprios presentes nos manuscritos, 66 delas obedecem às normas de grafia, equivalendo a exatamente 50% das ocorrências. Nos demais casos, ao menos um dos nomes vem grafado em minúscula, e, em 4,5% dos casos, não se observam as regras prescritas pelas gramáticas do século XVII. Em um único caso, encontramos maiúscula no interior do nome próprio, indicando, como nos textos medievais, o <r> dobrado: Antonio baReto (528).

NOS TEXTOS IMPRESSOS

De maneira geral, o que se observa é que os nomes próprios presentes nos textos impressos, excetuando-se os nomes dos autores e dos censores (que, via de regra, aparecem em caixa alta), limitam-se a nomes de personagens bíblicos, não apresentando

sobrenome (Adam, Abraham, Iozeph, Iudas, Isaac, Martha, Moyses etc). Todos são transcritos com inicial maiúscula.

Excetuando-se os nomes que foram transcritos em caixa alta, temos, ou nas licenças, ou nas dedicatórias, somente ocorrências em que tanto o prenomes quanto sobrenomes aparecem iniciados por maiúsculas, revelando um maior apuro formal que os textos manuscritos:

Iorge de Goes (2: 39), Manoel Pimentel de Sousa (2: 2298), Manoel de Moura Manoel (2: 2298), Valério de S. Raymundo (2: 2299), Magalhaens de Menezes Carneiro (2: 2306), Miranda Roxas (2: 2305) ; Antonio de Sà (4: 27), Alexandre da Sylva (4: 46), Joseph Ferreira (4: 62); Castro, Diniz / Carneiro, Moniz, Gonçalo do Crato, Pedro Bispo de Bona, P. Pereira Oliveira (6: licenças).

• TOPÔNIMOS E ETNÔNIMOS

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

bahia (14), Bahia (12 ocorrências. Ex.: 203, 247, 266, 643, 673, 681), Brasiliana (947 (2x), 952, 953, 1007), brazil (335, 487), Brazil (51 ocorrências. Ex.: 220, 579, 628, 712, 825, 1009), Mexicana (887, 961, 965, 1002), Paulista (07 ocorrências. Ex.: 654, 675, 691, 777, 824, 829), Peruana (887, 937, 961, 965, 1023), Portugues (544, 840, 970), sam (são) paullo (335, 381, 394/5, 446), são Paullo (269), Sam paullo (486, 492), São Paullo (15 ocorrências. Ex.: (45, 150, 202, 300, 604, 859), sam Vicente (381), Sam Vicente (487, 589, 1236), sanctos (95), Santos (10, 123, 282, 297, 494), rio de Janeiro (747/8), Rio de janeiro (04), Rio de Janeiro (146, 495, 1272), Aldea de Rodelas (847), America (645), Angola (262, 1212), borda do Campo (340), Boypeba (1278), Buenos Ayres (1278), Camamuâ (204), Camamu (661), Campos do Aporâ (209/10), Capanema (661), Caxoeira (661), Cayrû (204, 660), Castella (950, 1178), circullo antartiquo (587), Cubata / Cobatam (23, 94), Espanha (1199), França (1178), Gegoaripe (661), Hibutû sunumga (371), Ilha de Itaparica (152), Ilheos (657), Índia (1212, 1277), Lisboa (272, 1065, 1080, 1246), Maragugipe (661), Maranhão (1212), Mogi (47), Pernagoha (751), Pernahiba (698), Pernambuco (815, 830, 1259, 1271), Peru (647 Porto Seguro (574/5, 657), Portugal (10 ocorrências. Ex.: 614,864,1056,1118,1190,1195), rio das contas (661), Rio de Sapucahy (235), Rio de Sam Francisco (158, 169, 663, 848), Rio grande

(663), serras do Sobrabusu (698), Serra das Esmeraldas (226/7), Serra do Orobo (678/9), Seregipe (894), Spiritu Santo (227, 656, 699), uera Crus de ytapema (53).

Das 148 ocorrências de topônimos nos textos manuscritos, 17 não obedecem às normas de utilização de maiúsculas, equivalendo a 11,48% dos casos. O que provoca essa grande diferença entre os números é a presença maciça do topônimo <Brazil> nos manuscritos 19 e 20 (46 ocorrências), que são relatórios enviados a Portugal. Excetuando-se esses dois últimos manuscritos, é significativa a flutuação gráfica do topônimo <São Paulo> (46,66% das ocorrências fogem à norma) e <Rio de Janeiro> (40% das ocorrências fogem à norma).

Quanto aos etnônimos, em todos os casos (24 ocorrências) observa-se a capitalização da inicial.

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impressos	Topônimo / Etnônimo (Linha)
1. Jorge Benci	Não há ocorrências
2. E. de Matos	Assirios (1299), Egypcios (1511), Hebreos (1511), Hierusalem (56), Troya (584, 2131), Lisboa (2297, 2300, 2305)
3. D. G. Carneiro	Bargãça (dedic.), Babylonia (p. 16), Frãceses (p.8, 22), Hespanha (p.8), Abana/Auana (9), Olanda (9), Olandezes (8, 9), Nauarro (21) Protuguez (pref), Viscainho(21)
4. A. de Sá	Brasil (35), Coimbra (59), Nazareth (123)
5. A. da Sylva	Athenienses (450), Egypto (599, 601, 1246), Egypcios (251), Gregos (251), Macedonia (449), Canaã (599, 601, 602), Hebron (640, 641, 642, 653), Israel (737, 1064), Portugal (1146), Troya (1255, 1952), Turquia (1363), Ierusalem (1460), Babilônia (1869)
6. R. de Jesus	Brasil (11), Nazareth (345), Bahia (474)
7. S. Vasconcelos	Brasil (11), Egypto (558), Lisboa (604), China (604), Romano (31, 33, 46)

São raros os topônimos nos textos impressos, considerando a sua natureza bastante diversa da dos manuscritos. Os semões, de modo geral, apresentam pouca referência a

lugares e, quando o fazem, normalmente são lugares relativos a passagens bíblicas. Os poucos topônimos que há, diferentemente dos manuscritos, respeitam a norma prescrita pelos ortógrafos seiscentistas, sem exceção, revelando um apuro formal bem maior do que o presente naqueles textos.

- **VOCÁBULOS LIGADOS À RELIGIÃO⁹³**

NOS TEXTOS MANUSCRITOS

Catholico (618), catholico (609, 706), Christo / Cristo (334, 379, 485, 578, 612), christo (394), Deus (19 ocorrências. Ex.: 10, 21, 63, 199, 554, 865), deus (343), Padre (11 ocorrências. Ex.: 560, 594, 688, 714, 797, 834), padre (850), Companhia de Jesus (560, 588, 688, 713, 796), Jesus (9 ocorrências. Ex.: 334, 379, 578, 612, 797, 841), (santa Madre) Igreja (586, 769), Spirituais (834), Reuerendisimos (560, 588, 688, 713, 796).

NOS TEXTOS IMPRESSOS

Impresso nº 1 – Jorge Benci

Alma (750), Calvário (177, 459, 637), Corpo Celeste (765), Cruz (711), Discípulos (640), Divino (ou variações) (240, 448, 468, 655, 677, 758), Eterno Pay (Padre) (19, 355, 574, 615), Inferno (405, 475, 504, 750), Omnipotencia (557), Templo (291), Verbo (677).

Impresso nº 2 – Eusébio de Matos

Cana (54 ocorrências. Ex.: 1135, 1139, 1142, 1145, 1166, 1174), Capa (60 ocorrências. Ex.: 414, 417, 420, 427, 430, 497), Catholico (41, 366, 693, 1306), Chagas (34 ocorrências. Ex.: 101, 1693, 1835, 1848, 1859, 1867), Cordeiro (18 ocorrências. Ex.: 206, 207, 212, 213, 214, 1898), oroa (15 ocorrências. Ex.: 348, 356, 360, 368, 412, 416), Cruz (12 ocorrências. Ex.: 156, 1089, 1751, 1880, 1942, 1960), Demonio (1227), Encarnação (07 ocorrências. Ex.: 1914 (2x), 1959, 1960, 1961), Pregar (ou variações) (45, 46).

---

⁹³ Os vocábulos <Ceo>, >Christo> e <Deos> não foram contados, devido à imensa quantidade de ocorrências e absoluta ausência de flutuação gráfica.

Impresso nº 3 – Diogo Gomes Carneiro

Euangelicos (756/7), Igrejas (759)

Impresso nº 4 – Antonio de Sá

Anjo (14 ocorrências. Ex.: 74, 77, 78, 446, 450, 481), Demonio (96, 100, 338, 343, 352), Evangelista (72, 76, 82, 86, 104, 611).

Impresso nº 5 – Antonio da Silva

Anjos (240, 254), Apocalipse (465), Clemente (1129), Cruz (2327, 2328, 2384), Demonio (27 ocorrências. Ex.: 1140, 1141, 1411, 1413, 1441, 1465, 1553), Encarnação (2108), Evangelista (2080, 2084, 2091), Paraíso (974, 1202), Propheta (2388), Theologo (309, 312), Trindade (2019), Verbo (413).

Impresso nº 6 – Ruperto de Jesus

Arca do Sacramento (113), Divino (08 ocorrências. Ex.: 188, 238, 329, 335, 344, 389), Evangelho (80, 92, 115), Templo (113), Verbo (336, 336), Virgem (16 ocorrências. Ex.: 83, 95, 97, 147, 184, 196).

Impresso nº 7 – Simão de Vasconcelos

Companhia (de Jesus) (444, 460, 470, 579, 600, 620), Cruz (120, 132, 140, 584, 644), Euãgelho (21, 62), Pregadores (21), Gêtios (29), Santo Padre (103, 114), Virgem (93, 95, 254, 341, 342).

Apesar de ser esperada uma presença maciça de vocábulos ligados à religião grafados com inicial maiúscula nos dois *corpora*, encontramos, nos manuscritos, muitas flutuações, que, mais uma vez, refletem a pouca preocupação com a forma escrita: há uma ocorrência de <deus>, que equivale a 5% dos casos; uma ocorrência de <padre>, que equivale a 8, 34% dos casos; uma ocorrência de <christo>, 16,67 % dos casos e duas ocorrências de <catholico> se sobrepõe à <Catholico>, em 66,66% dos casos.

Quanto aos textos impressos, não há flutuações: excetuando-se os vocábulos <Mãe>, <Pay> e <Filho>, que são escritos com grafemas iniciais minúsculos, desde que não se refiram a Cristo, todos os demais vocábulos ligados à religião são grafados

com inicial maiúscula, sem exceções

II – Capitalização da inicial em períodos / parágrafos

De maneira geral, observa-se o respeito ao uso de grafema inicial maiúsculo no início de períodos ou parágrafos, tanto nos impressos quanto nos manuscritos.

Em relação aos manuscritos, é importante salientar que o de número 19, cuja edição está entre as linhas 530 a 867, é composto por um único período, articulado por meio da conjunção coordenativa <e>. Desse modo, excetuando-se o cabeçalho, não há nenhum outro parágrafo, além daquele “do principio da escritura”, que, de acordo com as regras, começa com maiúscula.

Quanto aos textos impressos, todos os parágrafos são iniciados com grafemas maiúsculos. No tocante aos períodos, no impresso nº 3, excetuando-se aqueles iniciados após ponto, há flutuação quanto ao uso de iniciais maiúsculas e minúsculas:

- Após exclamação:

a) “...quão murchas vira hoje França as suas lizes! **quão** cadaueres seus leoês da Inglaterra! quão arruinados Castella os seus castellos! **Se** a nossa Lusitania ...” (linhas 341 a 345)

b) “Como se viaõ antigamente alumeadas as Igrejas de Portugal com estas luzes! **como** se sentiaõ salgados os vícios, & costumes com este sal! como reformados os fieis com a prudência...” (linhas 758 a 762)

c) “,, desenfreado appetite de ambição! **Quem** se não despedíra contente dos bens...” (linhas 1257 a 121259)

- Após interrogação:

d) “... não se virão sojeitos ao imperio dos Romanos? **se** cadahum descaisse froxo...” (linhas 338 a 340)

e) “Pode negar que não he partido desigual, pelear hús polla defensão da patria, & outos por obediencia? **hús** por amor, & outros por força? **hús** polla honra, outros por dinheiro?” (linhas 645 a 649)

f) “Que importa sejaõ os scetros muitos em numero, se estes estão diuididos em varias partes (...), vingadoras justas dos danos que origina a ambição de seu monracha? **Que** importa, que este gigante tenha o corpo grande, se o coração Hespanha...” (linhas 470 a 4478).

g) “Não vedes, como sentindo os inimigos, a desigualdade do partido, o seu maior cuidado he ver se pode eneruar as forças deste poder? **Naõ** vedes a bateria das merces e títulos com que quer abrir brechas nesta nossa vniação? **Naõ** vedes as minas...” (linhas 652 a 658)

Embora percebamos uma tendência a iniciar com grafema minúsculo o período que, mesmo vindo depois de uma exclamação ou interrogação, faz parte de uma seqüência de idéias, ou de uma enumeração, não podemos afirmar que esse uso seja sistemático, visto termos seqüências em **a**, **b** e **e**, cujos períodos são iniciados com minúsculas, e termos seqüências em **f** e **g**, cujos períodos são inciados por grafemas maiúsculos.

III - Considerações finais

Este é um dos raros momentos, no que tange à ortografia dos textos seiscentistas, em que se tem uma observação mais estreita à norma. Como dito anteriormente, o uso de maiúsculas veicula os valores de uma época ou de uma sociedade, razão pela qual haja uma enorme quantidade de vocábulos ligados à cristandade com capitalização da inicial.

Conhecidas as regras constantes nos tratados seiscentistas, percebe-se, como é natural, que há uma tendência a que elas sejam seguidas muito maior nos textos impressos do que nos manuscritos, sobretudo por eles serem constituídos de sermões, escritos por membros da Companhia de Jesus.

Embora os impressos apresentem alguns exemplos de usos que fogem ao que é

prescrito, é nos textos manuscritos que encontramos uma quantidade elevada de casos em que as normas não são observadas. Todos eles apresentam algumas variações em relação às regras (<*circullo antartiquo*>, <*marques das minas*>, <*conservação do Comercio*>), mas o manuscrito 17 apresenta casos que vão de encontro ao que elas dizem:

“Aluaro de moraiz”; “Saibam Coantos Este *publico*”; “noso senhor Iesu Christo”; mil e seis sentos e sincoenta E noue annos”; “nesta uila de sam paulo Capitania de sam Vicente do estado do brazil”; “Luzia da fonçequa”: “partindo Cem terras de gaspar João Bareto”; por preço e Contia de uinte mil Reiz”; “Manoel Ferreira Rios”; “domingoz Rodriguez Maciel”; “francisco Iorge uelho”

A grande flutuação gráfica talvez se explique por ser este um documento notarial e, como tal, não ter sido escrito com o mesmo esmero com que o foram os demais, ou por ser o notário um dos casos de “mãos inábeis”⁹⁴, na terminologia de Marquilhas (1996: 278).

Considerando sejam semânticas as informações fornecidas por uma palavra pela capitalização da inicial, as flutuações que ora encontramos podem revelar uma indecisão quanto à determinação do valor das grandezas materializáveis na escrita.

Além disso, observando-se a grande quantidade de vocábulos ligados aos valores religiosos que se apresentam nos diversos textos, o uso de grafemas iniciais maiúsculos funciona como um reflexo de uma mentalidade que se propõe a uma volta ao passado estável, equilibrado e seguro que a Igreja Católica oferece.

---

⁹⁴ De acordo com a autora: “falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita”.

5.2 Polissíndeto – a coordenação

Embora as gramáticas e manuais didáticos dêem pouca importância ao assunto, vários estudiosos têm-se dedicado à coordenação.

Buscando seu conceito no dicionário, encontramos que coordenação é “termo que, na análise gramatical, se refere ao processo ou resultado de ligar unidades lingüísticas de *status* sintático equivalente, como uma série de orações, sintagmas ou palavras” (Crystal, 2000: 69). Martinet (1968: 160) considera a coordenação como um processo de *expansão* sintática, chamando *expansão* ao acréscimo de qualquer elemento que não modifique as relações mútuas e a função dos elementos pré-existentes num enunciado. Segundo ele, há dois tipos de expansão: por coordenação e por subordinação. A expansão por coordenação ocorre quando a função do elemento acrescentado é idêntica à de um elemento pré-existente no mesmo quadro, de tal modo que, suprimindo-se este, aquele possa substituí-lo, desempenhando a mesma função. De forma análoga, Tesnière (1969) considera a coordenação fruto do *desdobramento* de um termo. Dik (1972) trata a coordenação como um tipo de construção em que se ligam dois ou mais membros de mesma função gramatical. Em consonância a ele, Rojas Nieto (1982: 18-19) conceitua coordenação como “o procedimento combinatório sintático de termos equivalentes, insertos no mesmo nível de estrutura hierárquica, que se opera, seja por simples justaposição, seja por meio de um elemento conectivo”. Moraes (2000: 168) define coordenação como sendo “um tipo de relação que se estabelece entre dois elementos equifuncionais”. Pelo exposto, observa-se haver consenso de que, para haver coordenação, seja necessário haver identidade funcional dos termos coordenados.

Partindo da observação supracitada de Rojas Nieto, a coordenação pode operar-se por simples justaposição ou por meio de conectivos. Tais elementos, as chamadas *conjunções coordenativas*, caracterizam-se por serem conectivos que não se podem deslocar dentro da frase (propriedade que Martinet atribui aos advérbios, considerados monemas autônomos) e que estabelecem conexão entre quaisquer constituintes da comunicação. Câmara Jr. (1985: 182-183) chama de conjunções coordenativas as partículas “que estabelecem uma ligação de sequência entre as palavras, grupos lexicais ou orações, de uma comunicação dada, para indicar que se trata de uma soma de significações, acrescentando-se umas às outras para uma significação total em que todas figuram no mesmo plano”. Ainda segundo o autor, a “coordenação sindética é um processo geral de expressão lingüística, cujo objetivo é dar mais unidade e travamento a

uma oração informativa. Para isso, utilizam-se em português, como em muitas outras línguas, dois mecanismos gramaticais: um conjunto de partículas especializadas para essa função, ou seja, ‘conjunções coordenativas’; uma série aberta de advérbios, simples ou em locução, que em concomitância com a expressão modal estabelecem um elo coordenativo”. Esta é a razão pela qual consideram-se conjunções “verdadeiras” somente *e*, *nem*, *ou*, *mas*: as três primeiras “n-árias”, ou seja, “capazes de, em tese, repetir-se *n* vezes entre elementos que coordenam”, e tendo a “propriedade de agir em todos os níveis de construção, inter e intrafrasal” (Moraes, 2000: 170); a última “binária” e capaz de estabelecer relações somente em nível interoracional.

Assim, percebe-se que a coordenação, mais do que um mecanismo sintático, é um processo responsável pelo encadeamento do discurso, constituindo recurso de coesão textual. Bernárdez (1982: 145) considera que o texto seja um “processo de coordenação contínua”, Salum (1979: III) nos lembra que “o texto é uma sucessão de frases coordenadas ou justapostas, podendo estar em relação de subordinação semântica, mas não de subordinação sintática. Subordinação sintática só no plano intrafrásico”.

Desse modo, a noção de conjunção coordenada aproxima-se da idéia de *conjunction*, proposta por Halliday (1976): instrumento que se situa na fronteira entre a coesão gramatical e a coesão lexical.

5.2.1. A coordenação no português arcaico

Poucos são os especialistas em gramática do português medieval que se ocuparam em falar da sintaxe e, dentro dela, da sintaxe de coordenação. Na maioria das vezes, limitam-se a listas das conjunções coordenativas do português arcaico. Dentre eles, Nunes (1969: 352-353) relaciona as conjunções (que ele chama de *partículas de relação*) coordenativas latinas que persistem ou persistiram no português: “as *copulativas* et, e, nec, nem; as *disjuntivas* aut, ou, vel, vel (arc.)”. Quanto à conjunção *mas*, informa-nos o autor que, “para compensar a perda das demais conjunções latinas, recorreu a língua a outras palavras, principalmente aos advérbios e preposições” (*id.*: 353). Said Ali (1964: 218-219) afirma serem coordenativas “as conjunções que estabelecem paralelismo sintático entre duas orações” e diz não haver dúvida de que as conjunções copulativas, adversativas e disjuntivas pertençam a este grupo.

Os que se ocuparam em falar sobre o processo de coordenação no português

arcaico, como Dias (1970) ou Mattos e Silva (2000), têm, de maneira geral, postura bastante semelhante à dos que pesquisam a língua atual.

Dias (*op. cit.*: 251) trata da coordenação tanto dos membros de uma oração como das orações propriamente e esclarece que “para haver coordenação, basta que o valor syntactico dos membros, que se coordenam, seja o mesmo. Assim, podem, por ex., coordenar-se entre si attributos constituídos por um adjectivo, uma prepos. com substantivo, uma or. relativa”. Acrescenta ainda que “duas orações podem estar coordenadas asyndeticamente, deixando-se, contudo, deprender do contexto que a segunda é consequência da primeira”. Segue-se a isso vasta exemplificação sobre a ocorrência das conjunções coordenativas no português medieval.

Mas é em Mattos e Silva (*op. cit.*: 120) que encontramos uma reafirmação da equivalência entre o português arcaico e o atual. Assim se manifesta a autora sobre o assunto:

“As frases ou sentenças coordenadas se distinguem das subordinadas por não preencherem, como essas, função sintática na frase a que estão conectadas. Não são, portanto, sintaticamente dependentes.

“A coordenação por excelência é do tipo *aditivo ou copulativo* e a conjunção que a expressa é o *e* (lat. *et*). Na documentação do período arcaico o *e*, além de ligar frases, ocorre como conector de enunciados, isto é, como elo encadeador do discurso. Além disso o *e* pode coordenar quaisquer constituintes da sentença, como aliás outras conjunções aditivas e disjuntivas.”

A fim de confirmar o que foi dito anteriormente - que a conjunção coordenativa liga quaisquer elementos da frase - julgamos procedente fazer um levantamento da ocorrência de cada uma das conjunções, nos dois *corpora*, e o tipo de elemento que conectam. Desse modo, pode-se observar o uso dos conectivos entre sintagmas, orações, períodos e parágrafos, conforme exemplificação a seguir:

➤ Entre sintagmas:

texto/linha	Nos textos impressos
2 (184)	“cercado de espinhos, & lauaredas”
3 (611-12)	“composto bruto da priuança, ignorancia, & tyrannia”
4 (182)	“Senhor meu, & Deos meu”

linha	Nos textos manuscritos
337	“lo go apareceo odito Aluaro de Moraes E bem assim sua mulher Luziada fonçequa”
532-33	“treladei bem e fielmente”
774-75	“e não paresera que o ter muita ou pouca gente aquellas Cappitanias”
796	“e por mais que tudo mentirozos sem palaura sem ffee nem lei nem Rey”
12230	“he a conservação do Reyno e do Estado”

➤ Entre orações:

texto/linha	Nos textos impressos
1 (219-20)	“Martyrio eraõ de minha alma vossas dores, vossas penas, & vossos sentimentos: porem alivio, & desafoço era tambem vossa presença.”
1 (223-24)	“não posso disfarçar a dor, nem occultar o sentimento.”
5 (922-24)	“Vio Eua a serpente, ouuio ffallar aquelle Dragaõ; & não consta do texto, que estremecera, nem que pasmara”
7 (352-54)	“Exponde pello contrario aos mesmos raios do Sol hum pequeno de lodo, & vereis que em vez de abrandallo, desfazello, & derretello, o seca mais”

linha	Nos textos manuscritos
349-50	“e que de oje em diante o dito comprador faria e dizporia da dita testada de terra”
552	“poça Vossa Magestade mandar pulir ou liquidar do limitado fruto que

	dellas se colher algumas utilizadas”
583-86	“sem nenhuma repugnância de sua uontade contra a nossa posse, mas antes por nos conseruarem nella nos enculquaraõ modos de Agriculturas”
714-16	“adonde os <i>Reuerendissimos Padres</i> misionarios não chegaõ com suas misois nen esta braueza he capax de reduzir na liberdade de seus sertois sem os fazer domesticos em pouoadõ”

➤ Entre períodos /parágrafos:

texto/linha	Nos textos impressos
1 (254-57)	“Meu Deos, meu Deos, porque me desamparastes? <i>Deus, &c.</i> Mas ainda não declarey bastantemente o excesso de minha soledade”
3 (618-20)	“acção de seu primor, & desaggrauo. Nem tema a cobardia a grandeza dos milhoês”
5(1729-32)	“inda hoje se está gerando, <i>ego hodie genui te.</i> Porèm toda esta verdade tem contra si hum grande texto de Isayas”

linha	Nos textos manuscritos
8-10	“senpre Custumarão de visto en <i>que</i> sempre estarej a nobreza dessa Villa. E prestandoce <i>para</i> alg[ũ]a couza me tem <i>Vossas merces</i> [<u>corroído</u>] todo seu serviço”
1200-02	“como Espanha sendo Senhora das Índias chora. E por isso nenhuma couza 7 r. he mais conveniente ao serviço de <i>Sua Majestade</i>
1221-22	“menos o faraõ agora <i>que</i> a moeda nova tem tanto menos de exceso. Mas <i>quando</i> o fação nenhum inconveniente he dos Povos mandarem os Estrangeiros”

É importante aqui esclarecer que é rara, sobretudo nos textos manuscritos, a diferenciação formal entre períodos ou parágrafos, pois são escassos os sinais de pontuação. O ms. 16, por exemplo (linhas 329-72), uma escritura de venda, excetuando-se o cabeçalho, apresenta um único parágrafo, composto de um único período, todo “colchetado” pela conjunção <e>. Do mesmo modo, entre as linhas 98 a 100; 397 a 400

e 500 a 503, encontramos a conjunção <e> repetidas vezes, constituindo aquilo que hoje estilisticamente se chama polissíndeto. O ms. 19, muito mais extenso e de natureza bastante diversa, constrói-se de vários parágrafos (34 ao total) e somente dois deles apresentam dois períodos. Além disso, apresenta uma seqüência de parágrafos (porque sua disposição formal permite-me chamá-los assim) iniciados por um <e> que é um elemento claramente somatório de uma série extensa de objetos diretos (catorze), de um verbo apresentado no início do texto.

O ms. 19 é uma carta relatando os costumes paulistas. Tal relatório foi feito a partir de observações do relator e, sobretudo, de informações fornecidas pelos padres jesuítas. Desse modo, excetuando-se uma longa introdução, em que o relator louva a pátria portuguesa, bem como a Companhia de Jesus, a carta toda é uma narrativa daquilo que lhe disseram os padres, seguida de suas próprias opiniões sobre os moradores de São Paulo:

(linhas 569 – 572) “E como agora sou mandado a dizer sobre esta materia o que souber apontarei com pureza o que a elles [os padres] | ouui, e o que meparese de seus ditos; | Disseraõme que tinhaõ feito, muitos grandes seruissos a Deus e a *Vossa Magestade* que Deus *Guarde* na conquista dos | Indios”

Os catorze parágrafos seguintes, que continuam a relatar o que lhe disseram os padres, são todos iniciados por **E que**, deixando claro que ao primeiro complemento direto de *disseraõ* somam-se outros de mesmo *status*.

Eis alguns deles:

(579-80) “**E que** sendo este o fundamento que temos do Brazil pera o pesuirmos, e nenhum outro como constará dos | lugares adonde isto mais expreçamente seexacta”

(587-89) “**E que** depois que paçou Américo a descobrir o circullo antartiquo, fora o *Reuerendissimo Padre Nóbrega da Companhia* | de Iesus á Capitania de *Saõ Vicente*”

(593-94) “**E que** ate aquelle tempo se não penetrou sertoõ por nenhum Misionario , mais que o de *Saõ Paullo* | pellas Sanctidades do *Padre Iuzeph de Anchieta*”

(657) “**E** senão **que** o diseçe a antiguidade da Capitania do Spirito Sancto, e goitacazes”

(692) “**E que** elles Paulistas eraõ os uerdadeiros exploradores do Brazil”

Terminada essa seqüência, inicia-se outra em que o relator passa a tecer considerações pessoais sobre os moradores da Vila de São Paulo:

(717-18) “**E** Depois de todas estas rezois me preguntaraõ se seria melhor deixallos augmentar en sua diabólica seita”

É de se notar que o <*e*> introdutório do parágrafo acima funciona como articulador do texto; é ele o responsável por, terminada a seqüência do que disseram os jesuítas, estabelecer a coesão textual, de tal modo que se retoma o propósito da carta.

Com relação às demais conjunções, presentes nos textos manuscritos, pode-se observar que a conjunção *mas* aparece poucas vezes (em seu lugar é freqüente o uso de *porém*) e mesmo assim seguida de *antes*, o que sugere não ter essa conjunção tanta força como elemento opositor:

(583-85) “sem nenhuma repugnância de sua uontade contra a nossa posse, **mas antes** por nos conseruarem nella nos enculquaraõ modos de Agriculturas ”

(853-54) “porem a maior cautella e preuenção numqua fes danno, **mas antes** espertou o auertido”

A conjunção *nem* (a negativa de *e*) apresenta a particularidade de, em um único momento, apresentar reforço da negativa, fato característico do português arcaico:

(764-66) “porque sem elles **nem** Vossa Magestade terá minas **nem nenhũ** outro fruto daquellas terras”.

A disjuntiva *ou* ora aparece em forma simples, tendo valor tanto inclusivo (1) como exclusivo (2), ora em forma correlata, com valor somente exclusivo (3) e (4):

(751-52) "Agora de proximo hum fulano, galete, que foi prouido pello *Gouernador Geral Antonio Luis Gonçalvez* da Camera por pouedor **ou** outro officio das minas de Pernagoha" (1)

(717-18) "E Depois de todas estas razois me preguntaraõ se seria melhor deixallos augmentar en sua diabolica seita, barbaros costumes augmentando o inferno, com seus dezatinos en prejuizo de nossas uidas, e fazendas **ou** se seria melhor chegaros a fazer catoliquos" (2)

(598-99) "que no sentro daquelles sertois estauaõ embrenhados **ou** foçe pello odio dos que chamaõ mancos uniremse ao nosso gremio, **ou** pello exercicio de sua braueza por serem costumados a continuas guerras" (3)

(727-31) "paresseme que *pera* os desuadir, e derrubarlhe as torres da opinião com *que* defendem a escrauidaõ do gentio *que* he o tudo en *que* se funda o seu objecto, **ou** ha de ser com huma bateria Real que os araze e destrua, **ou** com huma ardiloza [*rasura*] endustria que os contente". (4)

Parece ter ficado clara a idéia de que a coordenação seja um processo em que dois constituintes ocupam a mesma posição sintática, estabelecendo uma relação de adição, exclusão ou alternância. A partir disso, pôde-se observar o comportamento das "verdadeiras" conjunções coordenativas como encadeadoras do texto, responsáveis pela coesão textual. Desse modo, as relações estabelecidas por elas em quaisquer níveis de construção vão formando blocos, que se juntam a blocos maiores, formando aquilo a que chamamos texto.

Pela observação do comportamento das conjunções coordenativas nos *corpora* utilizados e pela comparação com o que os especialistas afirmam ter sido a coordenação no português arcaico, percebe-se que o processo de coordenação não se modificou através da história; ele é anacrônico. Não poderia ser diferente, já que a idéia de processo implica a própria estrutura, conceito mais amplo, que representa o arcabouço pré-existente à utilização dos signos que, ao serem conectados, ocupando todos os espaços dessa estrutura, arquitetam o texto. Assim, por mais que se tenha alterado a noção de texto, ou do uso dos conectivos, a urdidura tem de se manter intacta, pois é ela

que promove a existência mesma daquilo a que chamamos texto.

No entanto, a grande semelhança entre o uso dos nexos de coordenação no português arcaico e no português seiscentista dá-se em relação à sua frequência. Podemos observar que, no português do século XVII, do mesmo modo que no português medieval, o uso da conjunção coordenativa é bem mais freqüente do que hoje: aquilo que atualmente chamamos *polissíndeto*, e que usamos como recurso estilístico, é, nos dois momentos considerados, condição fundamental para que o texto se construa de forma coesa, revelando que o pensamento de uma época preside à escolha das estruturas mais adequadas a sua expressão.

Auerbach (2004: 60-64) explica a opção pela parataxe ou pela hipotaxe opondo a retórica clássica à retórica cristã. Na primeira, o homem procura uma explicação para o mundo vinculada ao conhecimento e considera que a história se desenvolve como uma sucessão de eventos no tempo, interligados por relações de causa, consequência e condição. A lógica do mundo busca exprimir-se e sustentar-se pela lógica do discurso. “Essa visão do tempo desdobra a história num plano horizontal, e os nexos estabelecidos entre os fatos têm sua contrapartida na estruturação sintática dos textos.” (Carone: 97,46). Já a retórica cristã, mais popular, justapõe os elementos sem os ordenar, porque só Deus pode ordenar o mundo e o compreender.

“Quando, por exemplo, um acontecimento como o do sacrifício de Isaac, é interpretado como uma prefiguração do sacrifício de Cristo, de maneira que no primeiro, por assim dizer, anuncia-se e promete-se o segundo e o segundo ‘cumpre’ o primeiro - *figuram implerem* é a expressão para isto -, cria-se uma relação entre os dois acontecimentos que não estão unidos nem temporal nem casualmente - uma relação impossível de ser estabelecida de forma racional e numa dimensão horizontal, se for permissível esta expressão para uma extensão temporal. Só é possível estabelecer esta relação quando se unem os dois acontecimentos verticalmente, com a providência divina, que é a única que pode planejar a história desta maneira e a única que pode fornecer a chave para a sua compreensão.” (p. 64)

Sendo assim, muito mais do que um simples recurso de estilo, a escolha pela parataxe ou pela hipotaxe revela visão de mundo de uma sociedade. No caso especificamente do povo português (e, conseqüentemente, brasileiro), sufocado pela intervenção da Igreja Católica e alheio às novas correntes filosóficas do século XVII, a opção pela parataxe desprende-se a impressão de um mundo estreitamente ligado e fixo; a idéia de um Deus, um universo e um destino sem horizonte e sem ambigüidades.

Dentro da visão cristã, a história não dispõe de um princípio permanente de ordenar e compreender os fatos, restando ao homem a sua observação passiva e resignada. Nessa concepção histórica vertical, desaparece a temporalidade: os fatos não se condicionam, nem são causa ou conseqüência de outros, mas desígnios divinos. Daí a predominância de orações coordenadas nos textos religiosos medievais, na Bíblia e nos *corpora* analisados, frutos de uma época em que Portugal (e, conseqüentemente o Brasil), submetido à censura intelectual provocada pela Inquisição, orientava-se por uma visão de mundo centrada no espírito severo e unificador da Contra-Reforma.

6 – Conclusões

Esta tese teve como objetivos:

- preparar a edição criteriosa de manuscritos seiscentistas para pesquisa lingüística;
- delinear tendências gramaticais do português do século XVII, comparando fatos apresentados nesses manuscritos aos apresentados em impressos coetâneos;
- confrontar os dados com as normas gramaticais prescritas pelos gramáticos e ortógrafos portugueses do século XVII.

O desenvolvimento deste trabalho permitiu que fizéssemos uma reflexão sobre a necessidade de considerarmos a língua como fenômeno social e histórico (Aubert, 1996: 13), elemento aglutinador da sociedade, que se reflete continuamente na língua que lhe serviu de instrumento.

Pelo que se apurou nos vários compêndios de gramática histórica, pela análise de alguns dos principais ortógrafos seiscentistas e observando-se os dados coletados dos *corpora*, cabem aqui as seguintes conclusões:

1. Não se pode afirmar que o português seiscentista se caracterize por uma renovação da linguagem do século anterior, no sentido de seu aprimoramento, mas, ao contrário, consiste em um retrocesso em relação a ele, pois a ortografia desse período, embora hoje seja chamada pseudo-etimológica não está significativamente distante da escrita fonética.

Como pudemos observar, pela análise das variações gráficas, a norma empregada pelos autores dos diversos textos analisados, sejam eles impressos ou manuscritos, não corresponde àquilo que prescreviam as gramáticas do século XVII, contemporâneas dos textos, nem, muitas das vezes, com o que dizem os especialistas em estudos diacrônicos.

Além disso, a absoluta falta de consenso entre os gramáticos contemporâneos ou

seiscentistas e, sobretudo, a imensa quantidade de flutuações gráficas presentes num mesmo autor nos dois *corpora*, ou até mesmo entre os ortógrafos, só reforçam a afirmação de que a escrita, no século XVII, apesar de um travestimento etimológico, ainda está mais voltada para a fonética do que para a origem das palavras.

2. No tocante especificamente ao uso dos nexos de coordenação, parece ser clara a idéia de que as alterações lingüísticas estão intimamente ligadas ao comportamento dos integrantes de uma comunidade, se considerarmos que a retenção de um fato lingüístico tipicamente medieval, como o polissíndeto, revela uma visão de história vertical - em que os acontecimentos são determinados pela vontade de Deus e sempre aludem à história de Cristo, ponto culminante da literatura judaico-cristã. Assim, passagens do Velho Testamento antecipam a vida de Cristo do mesmo modo que esta confirma profecias passadas.

Nessa concepção de mundo, anula-se a noção de tempo e todo acontecimento tem duplo sentido: o seu próprio e um outro, no mesmo plano hierárquico. Tal visão vai de encontro ao pensamento renascentista, que considera a história uma sucessão de fatos interligados numa relação de causa, efeito e condição.

3. Consideramos que o caráter conservador da língua portuguesa seiscentista constitua um reflexo da forte influência católica e do pensamento inquisitorial, decorrentes das profundas mudanças por que passava a sociedade ocidental contra-reformista. Mais do que em qualquer outra parte da Europa, foi na Pensínsula Ibérica que a Contra-Reforma atuou mais fortemente, isolando Portugal e Espanha das grandes correntes filosóficas do século XVII e de sua conseqüente produção cultural e intelectual.

Conforme dissemos na introdução desta tese, há momentos da história que, por diversas razões, foram bem documentadas e interpretadas pelos estudiosos, enquanto outras não tiveram a mesma sorte, o que nos possibilita uma retomada e uma caracterização mais precisa. Acreditamos ser esse o caso do português seiscentista.

Ainda há muito o que ser estudado sobre as marcas gramaticais arcaicas do português seiscentista, sobretudo no tocante à sintaxe e à pontuação. Ao longo do levantamento dos dados, pudemos observar uma quantidade significativa de

características tipicamente medievais, como dupla negativa, pleonasmos, uso do verbo <ser> no sentido de <estar>, uso do pronome <lhe> no singular indicando plural, atração gramatical, uso do mais-que-perfeito do indicativo pelo imperfeito do subjuntivo.

Pelas freqüentes flutuações gráficas, pela diversidade dos textos constantes nos dois *corpora* e pelas marcas sintáticas que pudemos observar nos textos, acreditamos que os fatos aqui levantados e analisados sejam característicos do português seiscentista e não simplesmente, como quer Mattoso Câmara (1985: 31), “sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram das áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial”.

Dias (1933) fala de um “português arcaico médio” sem, no entanto, precisar data. Talvez essa fosse a melhor classificação para o português que se estende no Brasil até o século XVII.

7 – Referências bibliográficas

- ACIOLI, Vera Lúcia C. (1994). *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Ed. Universitária/Ed. Massangana.
- ALDEN, D. (1970) “Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil”. In: KEITH, H. e EDWARDS, S.F. (orgs). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ALMEIDA, M. Mourivaldo Santiago de (2000). *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP. (Tese de Doutorado)
- AMBIRES, Juarez D. (2000). *Os jesuítas e a administração dos índios por particulares em São Paulo, no último quartel do século XVII*. São Paulo: FFLCH/USP. (Dissertação de Mestrado)
- ARIÈS, Philippe (1997). “Por uma história da vida privada”. In: CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. 6ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras.
- AUBERT, F. H. (1996). “Língua como estrutura e como fato histórico-social: conseqüências para a terminologia” in ALVES, Ieda Maria (org). *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. São Paulo: FFLCH/CITRAT (Cadernos de Terminologia, 1).
- AUERBACH, E. (2004). *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 5.ed., São Paulo: Perspectiva.
- AZEREDO, J. C. de. (1993). *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BACELAR, J. (1998). *A Letra: comunicação e expressão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- BASTOS, Neusa M. O. B. (1987). *Contribuição à História da Gramática Portuguesa – o século XVII*. São Paulo: PUC-SP. (Tese de Doutorado)
- BECHARA, Evanildo.(2001). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Lucerna.
- BERNÁRDEZ, Enrique.(1982). *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid: Espasa-Calpe.

- BRITTO, F. de. (1921). “A reforma orthographica”. In: *Revista de Língua Portuguesa – arquivo de estudos relativos ao idioma e literatura nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. Lit. Rohe, anno II, num. 9.
- BUESCU, Leonor. (1984) *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- CÂMARA Jr., J. M. (1974). *Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa*. 6.ed., Rio de Janeiro: J. Ozon.
- _____. (1985). *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- CAMBRAIA, C. N. (1999). Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos lingüísticos. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- CAMINHA, P. Vaz de. (1999). *A Carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear* / de Antonio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia, Heitor Megale. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- CARDOSO, Simão. (1994). *Historiografia gramatical: 1500-1920: Língua portuguesa – Autores portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. Anexo VII da Revista da Faculdade de Letras; Série Línguas e Literaturas.
- CARNEIRO, Diogo Gomes. (1641). *Oração Apodixica aos Scismaticos da Patria*. Lisboa: Lourenço de Anueres. ed. fac-similada da Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa, dirigida por Laudelino Freire. Rio de Janeiro, 1924, vol. XIV.
- CARONE, F. de B. (1997). *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 4.ed., São Paulo: Ática.
- CARVALHO, Laerte R. de. (1958). “O Ensino em São Paulo” in *Ensaio paulistas*. São Paulo: Anhembi.
- CASTILHO, A. (org.) (1998). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, vol. 1.
- _____. (1999) “O Português do Brasil” in ILARI, R. *Lingüística Românica*. 3.ed., São Paulo: Ática.
- CASTRO, I. (1991). *Curso de Historia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CHARTIER, Roger (1997). “As práticas da escrita”. In: CHARTIER, Roger (org). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. 6ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras.

- COUTINHO, I. L. (1976). *Gramática Histórica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- CRYSTAL, David. (2000). *Dicionário de Lingüística e Fonética*. 2.ed. rev. e ampliada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CUNHA, A. G. (1995). Algumas Pistas para a Datação do Vocabulário Português. In: *Para Segismundo Spina – Língua, Filologia e Literatura*. São Paulo; EDUSP.
- _____. (1986). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CURTO, D. R. (1988). *O discurso político em Portugal (1600 – 1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa.
- DIAS, Augusto Epiphany da Silva. (1970). *Syntaxe histórica portuguesa*. 5.ed., Lisboa: Clássica Editora.
- DIK, Simon C. (1972). “General properties of coordinations” in *Coordination its implication for the theory of general linguistics*. Amsterdam: North Holland Publishing Company.
- ELIA, Sílvia. (2003). *Fundamentos histórico-lingüísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- _____. (1940). *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti.
- _____. (1975). “O Português do Brasil. Aspectos Coloniais”. In: *Ensaio de Filologia e Lingüística*. Rio de Janeiro: Grifo/MEC.
- _____. (1979). *A unidade lingüística no Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.
- FAUSTO, B. (2002). *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- GALLMANN, P. (1986). “The graphic elements of German written language” in Gerhard August. *New trends in graphemics and orthography*. ed. Gerhard August. Berlin-Nova Iorque, Walter de Gruyter. (pp. 43-79).
- GONÇALVES, R. A.; MAIA, I.; SANTOS, M. A. C. dos & SCHLEUMER, F. (1998). *Luzes e sombras sobre a colônia: educação e casamento na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Humanitas/Departamento de História/FFLCH/USP.
- HAUY, A. B. (1989). *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos).
- HOLANDA, S. B. de (1995). *Raízes do Brasil*. 26.ed., São Paulo: Companhia das Letras.

- HOUAISS, A. (1985). *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade.
- HUBER, J. (1986). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA NETO, W. (2001). *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Hedra.
- FLEXOR, M. H. O. (1990). *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2.ed. aum. São Paulo: Arquivo do Estado.
- GONÇALVES, M.F. (2003). *As idéias ortográficas em Portugal. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734 – 1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e tecnologia.
- ILARI, R. (1992). *Lingüística Românica*. 3.ed., São Paulo: Ática, 1999.
- LEÃO, Duarte Nunes de. (1606). *Origem da Língua Portuguesa*. 4.ed., conforme a primeira, com estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa: Pro Domo.
- LOPES, D. de C. (1920). “Pela escripta sonica”. In: *Revista de Língua Portuguesa – arquivo de estudos relativos ao idioma e literatura nacionaes*. Rio de Janeiro: Typ. Lit. Rohe, anno I, num. 5.
- MACHADO, J. P. (1987). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4.ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MAIA, C. de A. (1986). *História do galego-português*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARQUILHAS, Rita. (1991). *Norma gráfica setecentista – do autógrafo ao impresso*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- _____. (1996). *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Tese de Doutorado: Universidade de Lisboa.
- MARTINET, André. (1968). *Elementos de Lingüística General*. 2.ed. rev., Madrid: Gredos.
- MARTINS, Wilson (2001). *A Palavra Escrita*. 3.ed., São Paulo: Ática.
- MATTOS, Eusébio de. (1677). *Ecce Homo. Practicas pregadas no Collegio da Bahia as sextas feiras à noite, mostrandose em todas o Ecce Homo: pello Padre Eusebio de Mattos, Religioso da Companhia de Iesus, Mestre de Prima na sagrada Theologia*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa. ed. fac-similada da Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa, dirigida por Laudelino Freire. Rio de Janeiro, 1923, vol. XI.
- MEGALE, HEITOR. “Filologia Bandeirante” in *Itinerários*, 13. Araraquara: UNESP, 1998, pp. 11-34.

- MELLO E SOUZA, L. (org) (1997). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras (vol. 1)
- MENDONÇA, R. (1936). *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MICHAELIS de VASCONCELOS, C. (1946). *Lições de Filologia Portuguesa, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*. Lisboa: Revista de Portugal.
- MONTEIRO, J. M. (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MORAES, Lygia Corrêa Dias de. (2000). “Do discurso à sintaxe: para uma revisão das conjunções coordenativas em português” in *Estudos de Gramática Portuguesa (II)*. Frankfurt am Main: TFM.
- _____. (1987). *Nexos de Coordenação*. São Paulo (Tese de Doutorado apresentada ao DLCV da FFLCH/USP)
- NARO, A. (1973). *Estudos Diacrônicos*. Petrópolis: Vozes.
- NASCENTES, A. (1952). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro.
- NUNES, J. J. (1969). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 7.ed. Lisboa: Clássica.
- PAIVA, Dulce de F. (1988). *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos).
- PEREIRA, Bento. (1666). *Regras Gerays, Breves, & comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever em lingua Latina & Portugueza*. Lisboa.
- PEREIRA, E. C. (1933). *Grammatica Historica*. 8.ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PITA, Luís F. Dias. “Ortografia da Língua Portuguesa: algumas considerações” in *Revista Idioma*, 21. Rio de Janeiro: CeFil Clóvis Monteiro – UERJ, 2001.
- PRADO JÚNIOR, C. P. (1976). *Formação do Brasil Contemporâneo*. 14. ed., São Paulo: Brasiliense.
- RANAURO, Hilma. (2003). “O legado de Jerônimo Soares Barbosa” in *Revista Portuguesa de Humanidades*, nº 7, Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Filosofia de Braga.
- ROJAS NIETO, Cecília. (1984). *Las construcciones coordinadas sindéticas en el español hablado culto de la ciudad de México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

SAID ALI, M. (1957). *Dificuldades da lingua portuguesa*. 5. ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

_____ (1964). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

SAINTE-BEUVE, Charles-Augustin. (1954). *Port-Royal*. Paris: Gallimard.

SALUM, Isaac Nicolau. (1979). *Abordagem lingüístico-retórica do texto*. Nº 11. São Paulo (policopiado).

SARAIVA, José Hermano (1981). *História concisa de Portugal*. 7.ed., s/loc.: Publicações Europa-América (Col. Saber).

SILVA, R. V. MATTOS e (1984). *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

_____ (1991). *O português arcaico. Fonologia*. São Paulo: Contexto.

_____ (2001). *O português arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.

SILVA NETO, S. da (1956). *Fontes do Latim Vulgar: o Appendix Probi*. 3.ed. rev., Rio de Janeiro: Acadêmica.

_____ (1963). *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 2.ed., Rio de Janeiro: INL/ MEC.

_____. (1986). *História da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença/INL.

SILVEIRA, A. F. de SOUSA da. (1972). *Lições de Português*. 8.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

SPINA, S. (1977). *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix.

_____ (1987). *História da Língua Portuguesa – segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, vol. III (Série Fundamentos).

TANODI, Aurélio. *Interpretação paleográfica de nomes indígenas*. Córdoba, Argentina: Editor, 1965.

TARALLO, F. (1994). *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Ática.

TESNIÈRE, Lucien. (1969). *Éléments de syntaxe structurale*. 2.ed. rev. et corr. Paris: Klincksieck.

TEYSSIER, P. (1997). *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

VASCONCELOS, J. L. de (1970). *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

VERA, Álvaro Fereira de (1631). *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa*. Lisboa.

VILLALTA, L. C. “Vida privada e colonização: o lugar da língua, da instrução e dos livros”. In Mello e Souza, L. (org.) (1977). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras (pp. 332 a 385).

VOLPATO, L. (1986). *Entradas e bandeiras*. São Paulo: Global.

WEHLING, A. & WEHLING, M. J. C. (1994). *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

WILLIAMS, E. B. (1986). *Do latim ao português*. 4.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.